

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO  
EM TIMOR-LESTE 2006

# O caminho para sair da pobreza

Desenvolvimento rural integrado



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Publicado em Janeiro de 2006

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
UN House  
Caicoli Street  
Dili  
Timor-Leste  
[www.undp.east-timor.org](http://www.undp.east-timor.org)

Desenho da capa:  
Sean Borrell e Kym Smithies

Tradução: Gabriela Lima  
Revisão da tradução: Rui Gomes

Impressão: Image Offset  
80 McMinn Street, Darwin, NT 0800, Austrália

## Mensagem do Presidente da República de Timor-Leste

A pobreza e privação crónica continuam a afectar de forma trágica mais de quarenta por cento da nossa sociedade actualmente. O número daqueles que vivem numa situação de pobreza absoluta em Timor-Leste pode ter aumentado nos últimos anos. Embora o fosso entre os ricos e os pobres possa ter-se expandido, os pobres continuam a estar acorrentados àquilo a que se dá o nome de “armadilha da pobreza”.

Mas olhar para a pobreza como um curso ou um destino deixou de ser algo aceitável – quer do ponto de vista moral quer do ponto de vista da realidade política. Quando participei na Cimeira do Milénio em 2000, como observador, os líderes mundiais comprometeram-se, pela primeira vez na história, a reduzir substancialmente – para metade – o número de pessoas a viver em condições de pobreza absoluta, dentro de um prazo relativamente curto, visado para 2015.

Num recente diálogo aberto com a duração de dois dias, com base numa democracia participativa por mim partilhada, percebi, mais uma vez, que não podemos ignorar o destino de mais de quarenta por cento da nossa população. A pobreza pode ser uma potencial contribuidora para dar azo à instabilidade social e à desordem pública, e pode impulsionar o crime e o conflito. Os pobres e as pessoas desfavorecidas, particularmente as mulheres, viúvas, órfãos, antigos ex-combatentes e veteranos têm de ser reconhecidos como pessoas com direitos e como potenciais agentes que podem contribuir para o crescimento económico e para a redução da pobreza – os dois objectivos pilares do Plano de Desenvolvimento Nacional.

Para reduzir a pobreza para metade, ter-se-á de implementar esforços sustentados a vários níveis e fortes parcerias entre todas as partes interessadas. O relatório sugere três caminhos chave a seguir – a descentralização e a governação local, parcerias e alianças e o desenvolvimento da capacidade. Reduzir a pobreza para metade requer políticas nacionais eficazes, o estabelecimento do acesso a

serviços económicos, bem como de saúde e de ensino, e requer o alargamento de oportunidades no sentido de permitir aos pobres organizarem-se a si próprios, em especial, ao nível da comunidade local, de modo a poderem apresentar as suas opiniões e a participarem na tomada de decisões sobre a dotação dos recursos locais. A atribuição de poderes (*empowerment*) aos pobres e a sua participação na governação local também serão factores que contribuirão para uma maior responsabilização e transparência do uso dos recursos públicos que são gastos em seu benefício.

Mas a transferência de poderes (*empowerment*) aos pobres não é apenas uma responsabilidade do Governo. É crucial estabelecer interacções com as organizações da sociedade civil, com as cooperativas e com os órgãos de comunicação social. Um número significativo de organizações não-governamentais tem actuado em diversas áreas, incluindo áreas como a saúde, a educação/ensino, o abastecimento de água e saneamento, a investigação e a advocacia, e ainda os direitos humanos e desenvolvimento. Além disso, a cultura de cooperação existente entre os agricultores pode ser uma forma de os ajudar a aumentar a produção através da aquisição de investimentos agrícolas e da venda dos seus excedentes. O incremento da produtividade e do produto final pode ter um impacto significativo sobre a pobreza. Adicionalmente, os órgãos de comunicação podem contribuir fortemente não só agindo como fontes de informação e de educação pública em áreas como a agricultura, saúde e saneamento, mas também servindo de *cães de guarda* públicos que podem expor a corrupção e os direitos humanos e outros abusos. Têm de ser estabelecidas parcerias e alianças com intervenientes não estatais.

Dado o passado histórico deste país, defrontamo-nos com o facto de as nossas instituições e o nosso povo estarem indevidamente providos das competências necessárias para lidar com questões mais complexas

relacionadas com o desenvolvimento económico e social do nosso país. Desenvolver as competências e as capacidades de formação humana dos pobres é particularmente importante e poderá ter um impacto determinante na sua produtividade e na sua dignidade humana.

Timor-Leste tem os recursos para reduzir a pobreza e até para eliminá-la. Mas fixar um objectivo é uma coisa e atingi-lo é outra. Devoto sinceras esperanças no sentido de este Relatório de Desenvolvimento Humano contribuir significativamente para o nos-

so esforço de mobilizar recursos e estabelecer parcerias para atingirmos este objectivo.



**Kay Rala Xanana Gusmão,**  
**Presidente,**  
**República Democrática de Timor-Leste**

## Mensagem do Primeiro Ministro da República de Timor-Leste

O Primeiro Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano para Timor-Leste foi publicado no momento da independência do país, em Maio de 2002. Quatro anos depois, a publicação do Segundo Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano prova ser um evento igualmente importante, uma vez que dá o devido reconhecimento ao progresso do país passados os seus primeiros anos como nação soberana, embora consciente dos grandes passos que ainda terá de dar ao longo do caminho em direcção a uma paz e desenvolvimento sustentáveis.

À medida que percorremos este caminho e fazemos o inventário para sabermos até onde chegámos e o que alcançámos também precisamos de continuar a andar para a frente. Na sua breve história de quase quatro anos desde a independência, Timor-Leste tem um Plano de Desenvolvimento Nacional que ajuda a dar uma orientação sobre a visão e o futuro do país. Este plano foi posto em prática pelos Programas de Investimento Sectorial que articulam as estratégias específicas de cada sector com o caminho à nossa frente.

É compreensível que, para o futuro previsto, os desafios relativos ao desenvolvimento se mantenham na linha da frente, dado que Timor-Leste é uma das nações mais pobres do mundo. Por exemplo, estamos conscientes da necessidade urgente de ter de implementar melhorias em muitos sectores, em particular, nos sectores sociais cujos indicadores de saúde se encontram entre os mais baixos da Ásia Oriental, sendo que a taxa de mortalidade de crianças com idade inferior a cinco anos é de 136 por cada 1.000 nados vivos. Adicionalmente, quase 64 por cento da população ainda sofre de insegurança alimentar e a subnutrição afecta 46 por cento das crianças. Mais de 44 por

cento da população continua a subsistir com menos de \$1 (dólar americano) por dia, e o desemprego estima-se em 30 por cento nas zonas urbanas sem capacidade para absorver 11.000 licenciados por ano.

Este Segundo Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano tem em conta estes desafios assustadores e identifica as oportunidades que existem para os abordar. Por exemplo, a redução da pobreza está estreitamente ligada à importância do desenvolvimento rural integrado. O relatório vai mais longe, ao apresentar a razão por que as instituições locais e as parcerias são fundamentais. Mais importante, sublinha a necessidade que há em atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio através de políticas nacionais eficazes e da participação activa em todos os sectores.

Tal como a história nos mostrou, o espírito e a determinação do povo timorense são extraordinariamente resilientes. Não existem tarefas impossíveis que não possam ser atingidas com base num forte empenho e resolução. Continuaremos a caminhar juntos para a frente com os nossos parceiros que continuaram, ao longo dos anos, a mostrar o seu apoio persistente. É esta união no percurso do caminho para o progresso que vamos assegurar que os valores fundamentais para a paz, liberdade e desenvolvimento se estendam a todos os homens, mulheres e crianças em Timor-Leste.



**Mari Bin Amude Alkatiri,**  
**Primeiro Ministro,**  
**República Democrática de Timor-Leste**

## Agradecimentos

Este relatório foi realizado sob a direcção do Grupo de Trabalho para a Redução da Pobreza e Crescimento Económico, que é co-presidido por Rui Maria Araújo, Ministro da Saúde (suplente: Abel Ximenes, Ministro do Desenvolvimento) e por Haoliang Xu, antigo Vice-Representante Residente do PNUD (suplente: Elisabeth Huybens, Administradora Nacional do Banco Mundial). Estamos particularmente agradecidos pelo incentivo e pelo apoio de Aicha Bassarewan, Vice-Ministra do Plano e Finanças, Sukehiro Hasegawa, Representante Residente do RESG/PNUD, Naheed Haque, Directora Nacional do PNUD e Naoki Takyo, Assistente Senior do Representante Residente do PNUD. Muitas pessoas e organizações deram um contributo inestimável para a produção deste relatório.

Contribuidores e consultas: Os documentos e as notas de base foram

preparados por Hélder da Costa, César da Cruz, Lourenço Fontes, João Cancio Freitas, Manuel da Silva, José Garcia Medrano, Fernando Egídio, Lucas da Costa, Luke McNamara, Albano Salem e Demétrio Carvalho. Entre as pessoas consultadas durante a preparação do relatório, contam-se Oliver Wittershagen, Douglas Campos, Agnes Coutou, Ana Paula, Siobhan Mullally, Aisling Swaine, Kiyoko Furusawa, Jacqueline Siapno, Maiko Uchida, Manuel Mendonça, Kazuhiko Shimizu, Andreas Demmke, Silvino Lopes, Alessandra Casazza, Elsa Fan, Lisa Reefke, Kym Smithies, Sean Borrell e Laura Gomez Climent.

Apoio administrativo: o relatório também beneficiou do apoio administrativo prestado por Domingos Mesquita, Herdade dos Santos, Aurélia da Costa, Irene Dabare, José Abel e pessoal da Direcção Nacional de Estatísticas.

### **Chefe de equipa**

Rui Gomes

### **Assistentes do chefe de equipa**

Vijay Naidu e Naoki Takyo

### **Equipa redactora**

Nanak Kakwani, Antoine Heuty,  
Vijay Naidu, Janne Niemi,  
Musunuru Rao e Puguh Irawan

### **Equipa das estatísticas**

Martin Cumpa, Laura Mourino e Puguh Irawan

### **Revisores pares**

Selim Jahan, Charles Myers e Antonio Serra

### **Edição e composição**

Peter Stalker

## Prefácio

Como membro mais recente das Nações Unidas, Timor-Leste mostrou um forte empenho com vista a uma boa governação e desenvolvimento. No entanto, Timor-Leste permanece entre os mais pobres países do mundo. A pobreza em Timor-Leste é mais severa nas zonas rurais. O principal desafio durante os anos vindouros será o de conceber e implementar programas viáveis que permitirão que o país saia da pobreza e que atinja os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e o primeiro Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN). Em termos de percentagem da população, isto significa que os que viverem na pobreza têm de ser reduzidos de 40 por cento em 2001 para 27 por cento em 2015.

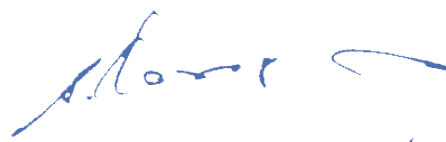
Alcançar estes objectivos, no entanto, está intimamente ligado a uma melhoria dos serviços públicos, aumento do emprego e crescimento económico sustentado. O desenvolvimento rural integrado é a chave para o aumento de actividades produtivas e emprego na agricultura, pesca, florestas, turismo, comércio e indústria. O crescimento terá de iniciar com a agricultura, que emprega cerca de três quartos da população activa. O turismo também oferece uma oportunidade. Dado o contínuo crescimento do volume do turismo mundial e o tamanho da sua quota-parte na economia global, bem como nas receitas cambiais externas da região da Ásia-Pacífico, o turismo seria uma das áreas chave que podia fomentar o crescimento económico e a criação de emprego. O comércio é igualmente considerado um importante motor de crescimento, sendo o café a rubrica mais importante da exportação para além da exploração por parte do país dos recursos de petróleo e de gás no Mar de Timor. Todas estas actividades exigem pessoas formadas e qualificadas, necessitando de políticas de educação e ensino sólidas e iniciativas de desenvolvimento de capacidades orientadas para os objectivos.

O Governo de Timor-Leste já compro-

meteu um terço do seu orçamento anual para políticas em prol dos pobres. Espera-se que o Governo fomente as capacidades dos pobres, particularmente nas zonas rurais, através do melhoramento das infra-estruturas e melhores acessos aos mercados. As organizações da sociedade civil e o sector primário ainda em fase embrionária terão de desempenhar um papel extremamente importante em assegurar uma prestação de serviços mais desenvolvida e em promover o crescimento económico.

Tal como o recentemente falecido Sérgio Vieira de Mello referiu com razão em 2002, “o desenvolvimento humano é o processo de ampliação das escolhas das pessoas, proporcionando a cada indivíduo a oportunidade de dar o melhor das suas capacidades.” O Governo e o povo de Timor-Leste deram grandes passos para identificar o caminho para sair da pobreza. Na sequência da contínua redução da presença da ONU e de uma diminuição da assistência bilateral e multilateral, os líderes de Timor-Leste olham agora para a frente e esforçam-se por implementar políticas em prol dos pobres através do desenvolvimento rural integrado. Fé e determinação são os elementos que permitem que o povo de Timor-Leste enfrente e ultrapasse com resiliência os desafios que encontram nas suas vidas diariamente. Ao unirmos todos os esforços numa forte cooperação, podemos fazer juntos o caminho para sair da pobreza.

**Dr. Sukehiro Hasegawa**

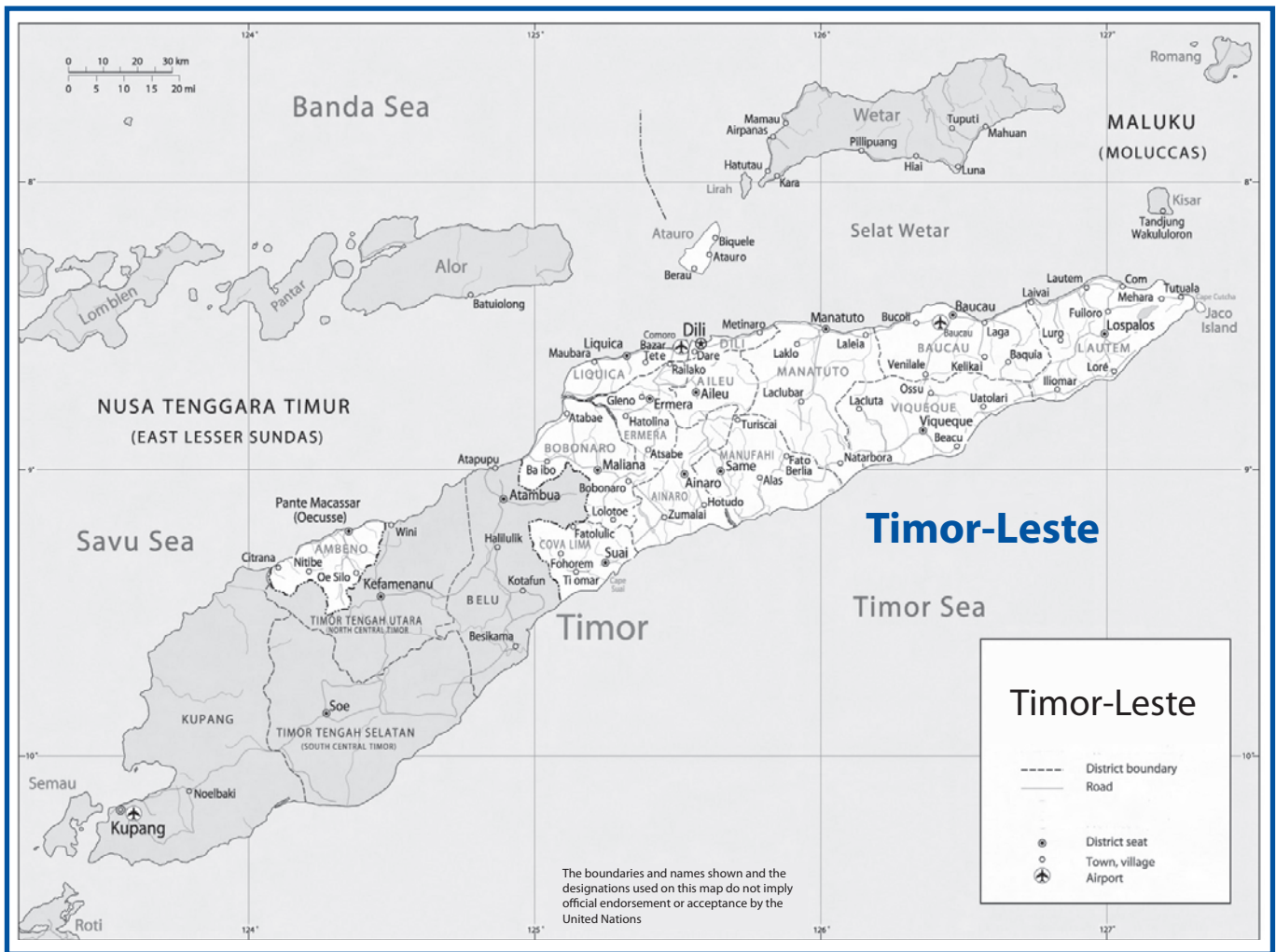


**Representante Especial  
do Secretário-Geral da ONU**

**Coordenador Residente da ONU e Residente  
Representante do PNUD em Timor-Leste**



# Timor do Sol Nascente



Timor-Leste, ou Timor Lorosae — ‘Timor do Sol Nascente’ — situa-se na parte leste da ilha de Timor, a mais oriental das ilhas Sunda Menores. A parte ocidental faz fronteira com a província indonésia de Nusa Tenggara Timur da Indonésia. A norte fica o Mar Savu e o Estreito de Wetar. A sul, 500 quilómetros através do Mar de Timor, encontra-se a Austrália. Também faz parte do território nacional de Timor-Leste o enclave de Oéçussi, na parte ocidental da ilha de Timor, assim como as ilhas de Ataúro e Jaco.

O relevo de Timor é genericamente caracterizado por um núcleo de montanhas e montes acidentados consistindo numa massa confusa de cordilheiras de pontas aguçadas e blocos de terreno escarpados. O terreno eleva-se a mais de 2.000 metros acima do nível do mar, e inclui o Monte Tatamailau a 3.000 metros. Cerca de 44% de Timor-Leste terá uma inclinação de aproximadamente 40%, o que, em combinação

com a elevada precipitação, favorece a erosão do solo. O clima é quente, com uma temperatura média de 24°C e cerca de 80% de humidade. Durante a estação seca, Timor-Leste tem ventos moderados e temperaturas ligeiramente mais amenas — 24°C na zona costeira e 20°C ou menos nas montanhas. Mas entre Novembro e Abril, na época das monções, os rios tornam-se torrenciais devido à precipitação extremamente elevada.

Durante este período, a temperatura média no litoral é de cerca de 25°C. Na costa norte, a precipitação varia entre 500 e 1.000 milímetros por ano e é feita apenas uma colheita. A planície costeira a sul, contudo, pode receber mais de 2.000 milímetros e tem duas estações húmidas e duas colheitas. A ilha é também afectada por distúrbios climatéricos associados ao El Niño.



# Acrónimos e abreviaturas

APP .....	Avaliação do Potencial Participativo	MECJD .....	Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto
ASEAN.....	Associação das Nações do Sudeste Asiático	MI.....	Ministério do Interior
AusAID.....	Agência australiana para o desenvolvimento internacional	MJ.....	Ministério da Justiça
ASYCUDA.....	Sistema Automatizado de Administração de Dados Alfandegários	MOP.....	Ministério das Obras Públicas
BAD.....	Banco Asiático de Desenvolvimento	MPF.....	Ministério do Plano e das Finanças
BULOG .....	Agência indonésia de logística	MRT.....	Matriz do Relatório Trimestral
CCT.....	Cooperativa Café de Timor	MS .....	Ministério da Saúde
CEFDM.....	Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres	MTC.....	Ministério dos Transportes e Comunicações
CFET.....	Fundo Consolidado para Timor-Leste	NCBA .....	Associação Nacional de Actividades Cooperativas
DOTS .....	Tratamentos de curta duração sob vigilância directa na detecção de casos e estratégias de tratamento da tuberculose	OAA .....	Organização Agro-Alimentar
DTT .....	Difteria, Tosse convulsa, Tétano	ODM .....	Objectivo de Desenvolvimento do Milénio
ETWAVE.....	Mulheres de Timor-Leste Contra a Violência	OFC .....	Orçamento de Fontes Combinadas
FDATL.....	Fundação para o Desenvolvimento e Agricultura de Timor-Leste	OMT .....	Organização Mulher Timor
FMI .....	Fundo Monetário Internacional	ONG.....	Organização Não Governamental
FOKUPERS .....	Fórum de Comunicação das Mulheres	OPMT .....	Organização Popular da Mulher Timor
FONTIL.....	Fórum ONG Timor-Leste	OSC .....	Organização da Sociedade Civil
FRETILIN.....	Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente	PAP .....	Projecto de Avaliação de Pobreza
GDI .....	Índice de Desenvolvimento Humano ajustado ao género	PAT .....	Programa de Apoio à Transição
GEM .....	Medida de empowerment tendo em atenção o género	PDL .....	Programa de Desenvolvimento Local
GFFTL .....	Grupo de Jovens (Mulheres) Estudantes de Timor-Leste	PDN.....	Plano de Desenvolvimento Nacional
HIV.....	Vírus da Imunodeficiência Humana	PIB .....	Produto Interno Bruto
IANV.....	Inquérito (às famílias) de Avaliação dos Níveis de Vida	PIS .....	Pacote ou Programa de Investimento Sectorial
IANVTL.....	Inquérito (às famílias) de Avaliação dos Níveis de Vida de Timor-Leste	PNUD .....	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IDH.....	Índice de Desenvolvimento Humano	PPC.....	Paridade do Poder de Compra
IGIM .....	Inquérito de Grupo sobre Indicadores Múltiplos	RDH.....	Relatório de Desenvolvimento Humano
IMFTL .....	Instituição de Microfinanças de Timor-Leste	RNDH .....	Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano
IPH.....	Índice de Pobreza Humana	RTL .....	Radio Timor Kmanek
JICA.....	Agência de Cooperação Internacional do Japão	SIDA.....	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
MAE .....	Ministério da Administração Estatal	SUSENAS.....	Inquérito sócio-económico às famílias indonésias
MAFP.....	Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas	TFET .....	Fundo para Timor-Leste
MD .....	Ministério do Desenvolvimento	UNCDF .....	Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital
		UNICEF.....	Fundo das Nações Unidas para a Infância
		UNIFEM .....	Fundo das Nações Unidas para as Mulheres
		UNMISSET .....	Missão das Nações Unidas para Apoio em Timor-Leste
		UNTAET .....	Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste
		USAID.....	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

---

# Índice de conteúdos

Mensagens .....	i
Agradecimentos.....	iv
Prefácio .....	v
Timor do Sol Nascente.....	vi
Acrónimos e abreviaturas.....	vii
Sumário executivo.....	1

## Capítulos

---

1. O estado do desenvolvimento humano em Timor-Leste.....	8
Indicadores de desenvolvimento humano.....	10
Pobreza .....	12
Desigualdade entre os géneros.....	16
Infra-estruturas e comunicações .....	20
Ambiente.....	23
Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio .....	21
Conclusão.....	26
2. Combatendo a pobreza rural.....	27
A estratégia para a redução da pobreza .....	27
Agricultura e desenvolvimento rural.....	28
Abordagens potenciais aos desenvolvimento rural e agrícola.....	33
Uma estratégia em prol dos pobres.....	35
Conclusão e implicações na política .....	35
3. Custeando os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio .....	37
O custo para atingir o objectivo ODM da pobreza.....	38
Os custos para atingir os restantes ODMs.....	40
Orçamentação em prol dos pobres .....	41
De onde provirão os fundos de investimento? .....	42
Conclusão.....	43
4. Trabalhando em conjunto: instituições e parcerias .....	45
Desenvolvimento institucional .....	45
Governo e instituições locais .....	46
Envolvimento da comunidade.....	47
Parcerias e alianças .....	48
Desenvolvimento da capacidade.....	51
Conclusão.....	52
5. Uma agenda anti-pobreza .....	53
Reforçando as capacidades humanas.....	53
Alargando as oportunidades e providenciando emprego decente .....	54
Uma agenda anti-pobreza.....	55
Bibliografia.....	56

## Anexos

---

I. Processo de preparação deste relatório .....	59
II Conceitos.....	60
III Objectivos, Metas e Indicadores de Desenvolvimento do Milénio .....	62
IV Conceitos de indicadores de Desenvolvimento do Milénio.....	64
V Situação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em Timor-Leste.....	68
VI. Notas técnicas: Cálculo dos índices de desenvolvimento humano.....	71
VII Notas sobre estatísticas .....	76
VIII Conceitos dos termos estatísticos.....	79
IX Indicadores de desenvolvimento humano .....	83

---

**Caixas**

---

1.1	A Visão Nacional de Timor-Leste para o ano de 2020 .....	8
1.2	A população de Timor-Leste .....	9
1.3	Melhorando o acesso aos serviços de saúde para os residentes rurais .....	10
1.4	Paridade de poder de compra – questões e implicações.....	14
1.5	O movimento das mulheres em Timor-Leste.....	18
1.6	Promovendo a igualdade entre o géneros.....	17
1.7	Iluminando os lares timorenses – O projecto de ajuda Inverell .....	20
1.8	A ecologia de Timor-Leste.....	21
1.9	Os efeitos do El Niño.....	21
1.10	Correspondência entre os objectivos de desenvolvimento humano e os ODMs.....	22
1.11	Correspondência entre a Visão Nacional e os ODMs .....	23
1.12	Relatório do ODM em Timor-Leste .....	22
2.1	Desafios para o Plano de Desenvolvimento Nacional .....	27
2.2	Projecto de Desenvolvimento de Micro-finanças .....	29
2.3	Segundo Projecto de Pequenas Empresas.....	30
2.4	Lições aprendidas a partir de um projecto de desenvolvimento rural .....	33
2.5	Cooperativa Café Timor.....	35
3.1	Mobilização de recursos para alcançar os ODMs a nível global.....	41
4.1	O Programa de Desenvolvimento Local .....	46
4.2	O poder do voluntariado.....	48
4.3	O Fórum das ONG .....	49
4.4	A posição da rádio em Timor-Leste .....	50

**Quadros**

---

1.1	Índices de desenvolvimento humano entre 1993-2004.....	11
1.2	Comparação do IDH de Timor-Leste com grupos de países .....	12
1.3	Comparação do IDH com os de outros países, 2003 .....	12
1.4	Índice de pobreza humana.....	16
1.5	Comparações com o IPH de outros países.....	16
1.6	Índice de desenvolvimento ajustado ao género .....	17
1.7	Comparações com os GDI de outros países.....	18
2.1	Indicadores seleccionados para a população rural por região .....	29
2.2	Produção de culturas antes e depois da violência .....	30
3.1	Recursos necessários para reduzir a pobreza .....	39
3.2	Os custos para atingir o ODM da educação, saúde e abastecimento de água .....	40
3.3	Estimativas do actual investimento planeado em diferentes sectores .....	41
3.4	Orçamento de fontes combinadas e necessidades de financiamento .....	42
3.5	Lacuna fiscal sob diferentes cenários.....	43
4.1	Actividades das ONGs internacionais em Timor-Leste.....	49

**Gráficos**

---

1.1	Distribuição de estudantes ricos e pobres pelos graus escolares .....	11
1.2	Tendência do IDH, 1993-2004 .....	13
1.3	Pobreza de rendimento, 1996-2001 .....	13
1.4	Incidência da pobreza por região.....	13
1.5	Pobreza e educação/ensino .....	15
1.6	Pobreza e ocupação .....	15
1.7	Desigualdades rurais e urbanas na infra-estrutura seleccionada.....	20
1.8	Segurança alimentar das famílias por mês.....	22
1.9	Articulações entre os objectivos ODM e a redução da pobreza .....	26
2.1	Posse de terras per capita.....	28
2.2	Articulações com o desenvolvimento rural .....	34
3.1	Taxas de crescimento económico necessárias para atingir a meta do ODM.....	39
4.1	Um quadro institucional para participação nas zonas rurais.....	48



# Sumário Executivo

**Este relatório faz a avaliação do progresso do desenvolvimento humano em Timor-Leste no contexto dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Foca em especial a pobreza e as formas de a reduzir particularmente através do desenvolvimento rural integrado. Por fim, considera os recursos e as parcerias que Timor-Leste necessitará para proporcionar o direito do seu povo ao desenvolvimento humano.**

Nos últimos anos, o povo de Timor-Leste obteve resultados impressionantes – particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento social e político. Este facto deveu-se largamente ao seu próprio esforço. Sobreviveu durante séculos debaixo de um regime colonial, ultrapassou uma ocupação de 24 anos, e tornou-se independente apenas depois de ter passado por um enorme e longo sofrimento e de ter feito sacrifícios inacreditáveis.

No entanto, o progresso económico tem sido bem mais lento. É o país mais pobre da região, com um rendimento per capita de apenas \$370 (dólares americanos) por ano. E cada vez fica mais pobre: depois da retirada de pessoal afecto à ONU e outros colaboradores de apoio, a economia continua a diminuir.

## *O estado do desenvolvimento humano*

O avanço do progresso geral é evidenciado pelos indicadores de desenvolvimento humano em Timor-Leste – que, apesar de estar continuamente a melhorar, permanece numa posição bem inferior em relação ao avanço verificado na maioria dos outros países da região. A esperança de vida é curta, os níveis de aprendizagem são baixos e uma grande parte da população vive abaixo do limiar da pobreza.

## *Saúde*

Os padrões de saúde ainda são muito baixos. A esperança de vida em 2004 foi estimada em apenas 55,5 anos – 54,0 anos para o género masculino e 56,6 anos para o género feminino. O povo de Timor-Leste mantém-se vulnerável a doenças de índole respiratória e diarreica, bem como à malária, dengue, TB (tuberculose) e lepra. Ainda não são confrontados com uma epidemia alastrada

do HIV/SIDA, mas apenas poucas pessoas estão a par da sua ameaça e menos pessoas ainda sabem como preveni-la. As pessoas gozam de pouca saúde, em parte, devido ao facto de não terem acesso directo aos serviços de saúde. O abastecimento de água e saneamento também é deficiente: metade da população não tem acesso a água potável e 60% não possui saneamento salubre.

É neste ambiente de saúde precária que as crianças estão particularmente expostas: em cada 1.000 nados vivos, cerca de 90 crianças morrem antes do seu primeiro aniversário. São vitimadas por algumas das doenças infantis mais comuns, incluindo infecções diarreicas e de índole respiratória aguda; mais de metade das crianças com menos de dois anos nunca foram vacinadas.

## *Ensino*

Os padrões de ensino são igualmente baixos. Em 2004, a taxa de alfabetização adulta era de apenas 50,1%–56,3% para o género masculino e 43,9% para o género feminino. A situação deveria melhorar, uma vez que mais crianças vão à escola. Mas ainda há demasiadas crianças a faltarem: entre 10% e 30% das crianças com idade para frequentarem a escola primária não estão na escola – particularmente aquelas provenientes das famílias mais pobres. Mesmo que se tenham matriculado, a tendência dos alunos é fazerem demasiado tarde e terem, depois, de repetir as aulas ou desistirem; menos de metade das crianças que entram para a escola primária completam seis anos de ensino.

Também se verifica muito pouca aprendizagem fora das idades escolares normais: apenas cerca de 2% das crianças com menos de cinco anos frequentam qualquer tipo de escola pré-primária ou infantário. Na outra extremidade da escala etária, poucos adultos

*O povo de Timor-Leste obteve resultados impressionantes no que diz respeito ao desenvolvimento social e político*

*Cerca de 40% das pessoas vivem num estado de pobreza de rendimento, com menos de \$0,55 por pessoa por dia*

assistem a aulas de alfabetização quer organizadas pelo Governo quer por ONGs.

### *Índice de desenvolvimento humano*

O avanço lento no melhoramento da saúde e do ensino foi registado no índice de desenvolvimento humano em Timor-Leste (IDH). O IDH tinha vindo a crescer durante a década de 1990, tendo decaído em 1999 como resultado da assombrosa destruição e deslocação durante o período de referendo. Em seguida, voltou a crescer, mas o IDH em Timor-Leste é ainda o mais baixo entre os países da ASEAN.

### *Pobreza*

O baixo IDH em Timor-Leste corresponde ao elevado nível de pobreza de rendimento. O limiar da pobreza de rendimento está fixado em \$0,55 per capita por dia. Em 2001, a percentagem da população com um rendimento abaixo deste valor era de cerca de 40% – apenas ligeiramente inferior à dos anos anteriores. A pobreza de rendimento é mais pronunciada nas zonas rurais (46%) do que nas urbanas (26%). Contudo, também se contrastam diferentes zonas urbanas: mais baixa em Díli e Baucau (14%) e mais alta nas restantes.

As pessoas mais pobres tendem a ser aquelas com menos ensino e que mais provavelmente trabalham na agricultura. As viúvas e os órfãos da resistência, os veteranos e as antigas crianças soldados encontram-se igualmente entre os mais pobres. Especialmente em desvantagem e vulneráveis são aquelas crianças – uma em cada dez – que perderam um ou os dois pais.

Uma medida abrangente da pobreza é o índice de pobreza humana (IPH) que consiste numa medida composta de privação que combina a probabilidade de sobrevivência até aos 40, analfabetismo, a percentagem de crianças com peso insuficiente e a percentagem daqueles que padecem da falta de acesso a água salubre. Desde 2001, O IPH em Timor-Leste também tem melhorado, mas apenas muito ligeiramente; o progresso no que respeita à sobrevivência e à alfabetização tem sido contrastado pela deterioração dos padrões de vida.

### *Insegurança alimentar*

Os padrões de vida também estão comprometidos pela falta de alimento. Muitas famílias rurais têm pouco alimento durante

os meses pouco prósperos de Novembro a Fevereiro. Actualmente, 64% da população sofre de insegurança alimentar.

A insegurança alimentar é, em parte, resultado dos baixos níveis de produção de alimento – uma consequência da terra pobre e, em geral, dos baixos níveis de tecnologia, em conjunto com elevadas perdas de culturas, tanto antes como depois das colheitas. Outro problema é a distribuição: muitos agricultores têm falta de capacidade de armazenamento e sentem dificuldades em fazer chegar os seus produtos aos mercados.

### *Desigualdade entre os géneros*

O género feminino em Timor-Leste sofre de uma discriminação significativa – na família, no local de trabalho e na comunidade. As meninas, mais do que os rapazes, deixam a escola e dois terços das mulheres com idade compreendida entre os 15-60 anos são analfabetas, em comparação com menos de metade dos homens. As mulheres também sofrem de discriminação no trabalho: têm menos probabilidades de integrarem a população activa no trabalho formal e recebem muito menos do que os homens.

As mulheres, agora, têm mais acesso à informação sobre a reprodução, no entanto, muitas ainda não têm total acesso aos serviços de planeamento familiar. Como resultado, as mulheres em Timor-Leste tendem a ter elevadas taxas de fertilidade e muitas morrem no parto – a taxa de mortalidade materna vai até 800 por cada 100.000 nados vivos.

A amplitude da discriminação contra as mulheres está patente no índice de desenvolvimento humano ajustado ao género (GDI). Este mostra um ligeiro incremento desde 2001, largamente devido a um aumento no rendimento feminino, embora, em contraste, tenha havido, até certo ponto, um pobre desempenho no ensino.

Outra questão de séria preocupação é a violência baseada no género. As mulheres continuam a ser objecto de violência doméstica, assédio sexual no local de trabalho, violação e outras formas de maus-tratos e abuso sexual. Cerca de metade das mulheres sofrem de alguma forma de violência nas suas relações íntimas.

### *Infra-estruturas e comunicações*

Um obstáculo significativo aos padrões crescentes de desenvolvimento humano é o es-



tado da infra-estrutura do país. Timor-Leste tem uma razoável rede de estradas principais, mas as estradas secundárias e terciárias estão menos desenvolvidas e, durante a estação das chuvas, é difícil chegar a muitos sucos.

O fornecimento de electricidade também é desigual. Os serviços são razoavelmente bons nas zonas urbanas, abastecendo 92% dos lares em Díli e Baucau, mas apenas abastecem 10% dos lares em zonas rurais: na realidade, nos últimos anos, a percentagem de residentes rurais abastecidos com electricidade tem efectivamente diminuído. As pessoas que viverem fora dos principais centros urbanos também têm serviços de telecomunicações muito limitados.

### *Ambiente*

A maioria dos timorenses depende de forma vital do estado do ambiente natural. Infelizmente, este tem-se deteriorado rapidamente. A agricultura de queimada, em conjunto com décadas de exploração e queima insustentável de bosques e florestas deixaram a terra exposta, e as torrentes de água devastaram o solo. Esta situação é exacerbada pela recolha de madeira combustível: a maior fonte de energia para os residentes rurais. Esta medida também prejudica a saúde das pessoas: a ineficaz queima de madeira em cozinhas mal ventiladas é um factor decisivo nas doenças de índole respiratória.

### **Combatendo a pobreza rural**

Se Timor-Leste tem de reduzir os níveis de pobreza, precisa de um crescimento económico sustentado. No entanto, qualquer crescimento ainda se verifica muito ténue; a economia continuou a descer a seguir à retirada do pessoal da ONU. O que será necessário futuramente, contudo, não é apenas qualquer tipo de crescimento, mas sim, um crescimento “em prol dos pobres” que seja equitativo e que crie emprego suficiente para a crescente população activa em Timor-Leste. Também terá de ser sustentável e não deverá sobre-explorar os recursos naturais – bem como deverá basear-se em actividades que ajudem a incrementar a cultura e a identidade nacional.

### *Agricultura e desenvolvimento rural*

O crescimento terá de iniciar com a agricultura, que emprega cerca de três quartos da população activa. A maioria dos agricultores vive numa cultura de subsistência, em-

pregando membros da família em pequenas parcelas de terra: a média das propriedades ronda os 1,2 hectares. Actualmente, a produtividade é baixa: a produção por trabalhador é inferior a um décimo da produção industrial e dos serviços, sendo que, como resultado, a agricultura gera apenas um quinto do PIB.

A baixa produtividade pode dever-se a um clima desfavorável, a solos pobres e à falta de estradas e outras infra-estruturas. Mas existe uma série de outras restrições ao desenvolvimento agrícola. Aos agricultores faltam, em geral, provisões e maquinaria, bem como competências de gestão e muitas outras competências que lhes permitam tirar partido de níveis tecnológicos mais elevados. Também se confrontam com restrições financeiras: não têm acesso ao crédito e, mesmo se tivessem, talvez ficassem relutantes ao investimento, uma vez que não está ainda garantida a titularidade da sua propriedade.

Timor-Leste precisa de desenvolver um sector agrícola dinâmico que não gere apenas mais rendimento para os agricultores, mas que crie também mais oportunidades de emprego não-agrícola. Desta forma, a política do Governo para conseguir alcançar este objectivo tem sido a de se concentrar no fornecimento de infra-estruturas e serviços sociais, mas oferecendo apenas serviços económicos limitados na expectativa de o sector privado se inserir e tapar os buracos. Contudo, o sector privado ainda se encontra numa fase embrionária, portanto, para já, o Governo ainda terá de tomar a liderança mesmo com respeito aos serviços económicos.

O caminho à frente de Timor-Leste basear-se-á provavelmente na combinação de uma ou mais das quatro opções básicas:

1. *Desenvolver os serviços do governo* – O Governo fornecerá estes serviços durante os próximos cinco a dez anos até o sector privado estar suficientemente desenvolvido para tomar posse.
2. *Incentivar as organizações locais* – O Governo e os parceiros do desenvolvimento podem incentivar a criação de cooperativas, associações de agricultores e grupos de utentes.
3. *Envolver as ONGs* – Reforçar as ONGs e outras organizações da sociedade civil, de modo a poderem prestar serviços.
4. *Incentivar o sector privado* – O Governo pode incentivar os empresários que estejam

*Uma das prioridades mais imediatas deveria ser a de fomentar a concessão de crédito*



*É importante que este crescimento não fomente o aumento da desigualdade*

interessados em prestar serviços, através da dedução de impostos e acesso ao crédito.

Qualquer que seja o balanço da provisão, Timor-Leste precisa urgentemente de uma estratégia bem definida para o desenvolvimento rural em prol dos pobres. Esta situação requererá um maior investimento público, bem como uma melhor coordenação com a administração, uma vez que a responsabilidade sobre o desenvolvimento rural se distribui por um número de ministérios e agências.

Uma das prioridades mais imediatas deveria ser a de fomentar a concessão de crédito. Uma opção é a de criar um Banco de Desenvolvimento Rural, incentivando, ao mesmo tempo, mais empréstimos pelos bancos comerciais. Associado a isto deveria estar a reforma agrária, tanto para redistribuir a propriedade agrícola como para emitir títulos de propriedade que pudessem ser usados como garantia.

Também será importante criar mais cooperativas de produção e de comercialização, bem como cooperativas de transporte para ligar as áreas de produção principal aos mercados de consumo mais importantes. Tendo melhores acessos aos mercados, os agricultores podem diversificar a sua produção na produção de aves domésticas e ovos e investir mais na criação de gado. O sector das pescas também pode diversificar, alargando a sua actividade à pesca de espécies no alto mar.

### **Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio**

Como país que se fez recentemente independente, Timor-Leste está a dar início, com atraso, aos ODMs. Globalmente, o ano de partida para os objectivos foi 1990, o que é algo desapropriado para Timor-Leste, que só alcançou a independência passados cerca de dez anos. Como ano de partida, seria mais apropriado 2001. Portanto, em vez de projectar o objectivo de reduzir a pobreza para metade entre 1990 e 2015, Timor-Leste devia projectar esse objectivo para reduzir cerca de um terço da pobreza entre 2001 e 2015. Mesmo com este ajuste, Timor-Leste enfrenta um sério desafio. O Relatório de Desenvolvimento Humano global de 2003 incluiu Timor-Leste na lista dos 59 países de maior prioridade e de elevada prioridade que precisam de acções urgentes para poderem atingir os ODMs.

Que investimento seria necessário para Timor-Leste ir de encontro aos ODMs? A resposta a esta questão é difícil de estimar, uma vez que o país tem muito pouca informação e apenas recolheu alguns estudos empíricos que possam sugerir o impacto dos diferentes tipos de investimento. Não obstante este facto, é possível ter-se uma ideia do que é necessário considerando primeiro o que será preciso fazer para atingir o objectivo da pobreza, e, a seguir, quanto custará para fornecer serviços públicos efectivos.

O requisito básico para atingir o objectivo da pobreza é o crescimento económico. Mas é importante que este crescimento não fomente o aumento da desigualdade. Esta situação pode ser ilustrada através de três cenários diferentes: o crescimento em prol dos pobres, cuja medida padrão da desigualdade, o coeficiente de Gini, desce em 0,5% por ano; o crescimento neutro, cujo coeficiente de Gini se mantém o mesmo; e o crescimento anti-pobres, cujo coeficiente de Gini aumenta em 0,5% por ano.

Se o crescimento for neutro e não houver alterações no coeficiente de Gini, então, para reduzir a pobreza em um terço, a taxa de crescimento anual terá de rondar os 4%. Se o crescimento for em prol dos pobres, contudo, a taxa apenas precisará de se situar entre os 3% e 4%. Mas se o crescimento for anti-pobres, terá de rondar os 5%. Que investimento seria preciso para atingir os níveis de crescimento necessários? Com base no cenário de crescimento em prol dos pobres, a média total do investimento anual, tanto público como privado, terá de ser \$48 milhões (dólares americanos); com base no cenário de crescimento neutro, \$55 milhões; enquanto que com base no cenário de crescimento anti-pobres, a média terá de ser \$65 milhões. Este cálculo é necessariamente sugestivo, mas sublinha a importância de seguir uma estratégia de crescimento que tenda para os pobres.

#### *Os custos para atingir os restantes ODMs*

Atingir o objectivo da pobreza, devia contribuir por si só para atingir os restantes ODMs. Mas para atingir os outros objectivos também será necessário um investimento específico em sectores como a educação e ensino, a saúde, abastecimento de água e saneamento. As estimativas do que é necessário dependerão de várias hipóteses e a margem de alcance pode ser bem vasta – de \$63

milhões a \$137 milhões por ano. Dentro das hipóteses mais plausíveis, a média seria de \$63 milhões por ano.

Com base nestes dois exercícios, para a pobreza e para os três sectores, o total dos custos anuais passados os próximos 12 anos, para atingir os ODMs, abrangeria \$122 milhões nas circunstâncias mais favoráveis, \$203 milhões por ano nas menos favoráveis. Estes dados indicam que, em princípio, deveria ser possível atingir os objectivos, uma vez que o quadro favorável se aproxima dos actuais \$125 milhões por ano.

De onde provêm os fundos de investimento? Embora o investimento privado devesse desempenhar um papel importante crescente no fomento do desenvolvimento económico, durante, pelo menos, os próximos dez anos, a fonte predominante de financiamento será a despesa pública. O orçamento preliminar para 2004-05 indica que a despesa pública total para os próximos quatro anos terá de ser \$983 milhões. As receitas internas, incluindo as provenientes do Mar de Timor, cobririam mais de metade deste valor, deixando uma lacuna fiscal durante este período de cerca de \$480 milhões, ou uma média de cerca de \$120 milhões por ano.

Desde então, há outras estimativas que sugerem défices mais baixos, como resultado de cortes na despesa e aumentos nas receitas, particularmente provenientes do petróleo. Todavia, ainda é provável que exista uma falta de recursos significativa. Como poderá ser suprida? O oitavo ODM sublinha que atingir os objectivos não é apenas uma responsabilidade nacional mas também global. Timor-Leste, como outros países de baixo rendimento, devia ser, portanto, capaz de contar com o apoio dos parceiros do desenvolvimento, incluindo os doadores bilaterais, organizações internacionais, fundações públicas e privadas e ONGs internacionais.

Toda esta despesa terá, contudo, de ser focada nos sectores prioritários que possam ajudar os pobres. Até agora, Timor-Leste tem tido um bom repertório: o Fundo Consolidado para Timor-Leste (CFET), por exemplo, dotou cerca de 35% do total à educação/ensino e saúde. Todavia, existem questões que se preocupam com a distribuição do investimento em todo o país. Neste momento, a grande parte das despesas do CFET continua a ir para Díli; apenas um terço do total da despesa pública e um quin-

to dos bens e serviços vão para os distritos. O Governo terá de arranjar formas de transição dos recursos e poderes de tomada de decisão para os distritos.

### **Trabalhando em conjunto: instituições e parcerias**

Timor-Leste tem estado na vanguarda da participação popular. Desde o período da resistência em diante, as suas instituições nacionais mantiveram uma forte parceria de trabalho com o povo – exemplo evidente disso foi o processo de consulta às massas que conduziu à Visão Nacional com vista à preparação do Plano de Desenvolvimento Nacional.

Não há, por isso, falta de resolução política no topo para encorajar a participação. O desafio será o de assegurar que o povo em todo o país tem capacidade de tirar partido destas oportunidades.

O leito de rocha destas parcerias tem de consistir em instituições nacionais de confiança. Timor-Leste começou bem ao criar as instituições de base da administração pública, embora a maioria precise de reforços nos anos vindouros. Também estão a ser desenvolvidos esforços para a criação de novas instituições.

#### *Descentralização e governo local*

Atingir os ODMs requer políticas nacionais eficazes, mas a maior parte do trabalho tem de ser realizada ao nível local e, em particular, nas zonas rurais. Timor-Leste tem ainda de descentralizar até certo ponto. A Constituição dá a visão necessária de governo descentralizado, mas o poder ainda permanece concentrado no centro. A descentralização até agora tomou largamente a forma de desconcentração.

Em princípio, a descentralização devia tornar os serviços mais eficientes, permitindo que eles fossem mais ajustados às necessidades locais. Mas dada a falta de pessoal e recursos, levaria dez anos ou mais para implementar a descentralização com eficácia. Nos primeiros anos, o Governo devia, por isso, focar a descentralização da prestação de serviços – organizando desde o centro ou criando gabinetes dos departamentos nacionais em alguns centros regionais. Depois, consoante os recursos permitissem, e à medida que fosse ficando disponível pessoal mais habilitado, o Governo podia transferir gradualmente a autoridade para os corpos locais.

*Atingir os ODMs  
requer políticas  
nacionais  
eficazes, mas a  
maior parte do  
trabalho tem de  
ser realizada ao  
nível local*

*As pessoas não só precisam de desenvolver as suas competências, mas também de ter oportunidade de as aplicarem e aperfeiçoarem*

A descentralização também precisa de ter em conta as dimensões políticas, incluindo as estruturas de poder local. Por isso, em vez de transferir responsabilidades e recursos verticalmente do governo central para os governos regionais e locais, o Governo precisará de fomentar redes horizontais de trabalho que permitam aos governos regionais e locais interagirem com intervenientes não estatais.

#### *Parcerias e alianças*

Entre as mais importantes encontram-se as organizações não governamentais, das quais o país tem mais de 400. As ONGs nacionais, uma série das quais estão ligadas à Igreja Católica, têm estado activas em diversas áreas, incluindo a educação/ensino, saúde, projectos de água e saneamento, investigação e advocacia, bem como direitos humanos e desenvolvimento. Adicionalmente, mais de um quarto das ONGs são internacionais – frequentemente concentradas no desenvolvimento de capacidades através da educação/ensino e formação, bem como através dos serviços de saúde e desenvolvimento da comunidade.

As cooperativas ocupam igualmente um lugar importante. As famílias agrícolas de subsistência já possuem uma cultura de cooperação através de uma rede de organizações de agricultores e o potencial para a criação de novas cooperativas está patente desde o sucesso obtido pela Cooperativa Café Timor.

Os órgãos de comunicação também podem contribuir não só agindo como fontes de informação e educação pública em áreas como a agricultura, saúde e saneamento, mas também servindo de cães de guarda públicos que podem expor a corrupção e os direitos humanos e outros abusos.

#### **Desenvolvimento da capacidade**

Todas estas instituições vão desempenhar um papel importante no desenvolvimento do futuro de Timor-Leste. Mas partilham uma fraqueza comum – a falta de pessoal qualificado. Uma das prioridades mais urgentes em Timor-Leste é, por isso, a de aumentar os níveis de ensino do país, de qualificação e de capacidade – quer nos serviços públicos, nas ONGs, na sociedade civil ou no sector privado.

O Governo planeia manter o número de funcionários públicos efectivos até 17.200.

Esta resolução tem, em alguns casos, os resultados certos: as forças policiais e de defesa parecem ter sido providas de pessoal e de equipamento a um nível razoável. No entanto, nos restantes locais, o pessoal é inadequado. Por exemplo, o número de trabalhadores na extensão agrícola é demasiado baixo. E praticamente todos os planos de investimento sectorial do Governo sublinham a falta de pessoal qualificado. Também é igualmente séria a falta de capacidade daqueles que estão empregados: a qualidade do pessoal é muito variável e a maioria precisa de formação continuada.

Algumas das competências em falta podem ser supridas através da contribuição da organização da sociedade civil, mas também ela tem falta de pessoal qualificado. O Governo devia ser igualmente capaz de contratar o sector privado para algumas actividades, mas também aqui, as oportunidades são limitadas, dado que o sector privado permanece muito pequeno.

Entretanto, a prioridade deverá ser a de tirar o maior usufruto tanto do pessoal do governo existente como dos consultores estrangeiros – uma questão que deve ser totalmente abordada por muitos departamentos do governo.

As pessoas não só precisam de desenvolver as suas competências, mas também de ter oportunidade de as aplicarem e aperfeiçoarem. O Governo precisará de dar toda a atenção ao ambiente de trabalho dos funcionários públicos – incluindo oportunidades de promoção e estruturas de incentivo para assegurar que o pessoal se mantém motivado para aplicar e desenvolver as suas competências.

#### **Decisões vitais para o futuro**

Timor-Leste sobreviveu a um período traumático da sua história. O seu povo mostrou uma capacidade de resiliência e de determinação extraordinária em manter o seu destino nas suas próprias mãos. Agora, encontra-se no processo de formatação desse destino, tomando muitas decisões vitais que determinarão o curso do país nas décadas vindouras.

Sendo assim, Timor-Leste devia ser capaz de contar com o apoio de muitos dos seus amigos além-mar, quer em termos de formas de cooperação eficazes para o desenvolvimento ou obtendo autorização para o justo acesso aos seus próprios recursos natu-

rais. Mas a maioria das batalhas terá de ser travada perto de casa, dado que os timorenses estão num processo difícil de transição de uma sociedade dominada e adulterada pelas forças externas para uma sociedade baseada nas tradições sociais e realidades económicas do próprio país. Têm a sua visão de para onde querem ir, da nação que eles pretendem que seja. Mas ter consciência dessa visão será uma tarefa árdua e longa e existem à sua frente muitas decisões dolorosas que terão de ser tomadas.

# O estado do desenvolvimento humano em Timor-Leste

**Timor-Leste deu grandes passos nos últimos anos – tomando partido do retorno à democracia, que permitiu ao seu povo ter mais voz na determinação do percurso do desenvolvimento futuro. Mas o progresso económico tem sido bem mais lento e o índice de desenvolvimento humano em Timor-Leste confirma que ainda se encontra no nível mais baixo de desenvolvimento humano na Ásia.**

Este é o segundo Relatório do Desenvolvimento Humano Nacional. O primeiro relatório, lançado na independência em 2002, informou sobre o contexto histórico e explorou as perspectivas para promover o desenvolvimento humano. Este segundo relatório faz uma nova avaliação do quadro do desenvolvimento humano quatro anos depois – no contexto dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Foca em especial a pobreza – e as formas de a reduzir, particularmente através do desenvolvimento rural integrado. Por fim, considera os recursos e as parcerias que Timor-Leste necessitará

para proporcionar o direito do seu povo ao desenvolvimento humano.

Timor-Leste fez avanços significativos. O alcance do progresso foi evidenciado pelo inquérito às famílias que registou as mudanças na vida das pessoas entre 1999 e 2001 (PAP, 2003). Cerca de 29% das pessoas sentiram que as suas vidas estavam, em geral, muito melhor, 60% igual e 11% bem piores – sendo que a percentagem que viu melhorias é significativamente maior nos centros urbanos do que nas zonas rurais. Cerca de um terço dos adultos (34%) acreditavam que a sua situação económica tinha melhorado, enquanto que cerca de um quinto (22%) sentiu a sua piorar.

É compreensível que onde se tenha notado mais progresso tenha sido nas áreas sociais e políticas: 85% acreditavam que tinham mais poder e que tinha havido melhorias na guarda e segurança física, no ensino, na participação política e no seu status na comunidade. Isto deve-se largamente aos seus próprios esforços. O povo de Timor-Leste sobreviveu durante séculos debaixo de um regime colonial, ultrapassou uma ocupação de 24 anos e tornou-se independente apenas depois de ter passado por um enorme e longo sofrimento e de ter feito sacrifícios inacreditáveis.

Mas o novo Governo também fez esforços para promover a participação e consultou activamente o povo sobre o percurso de desenvolvimento futuro do país num exercício nacional que envolveu 38.293 pessoas e cobriu praticamente todos os sucros do país. Os elementos essenciais da Visão Nacional resultante são apresentados na Caixa 1.1.

## Caixa 1.1 – A Visão Nacional de Timor-Leste para o ano de 2020

Através de um processo extenso de consulta em 2002, o povo de Timor-Leste previu o seguinte para o futuro do país

- Timor-Leste será um país democrático com uma cultura tradicional vibrante e um ambiente sustentável;
- Será uma sociedade próspera com alimentação adequada, acolhimento e vestuário para todas as pessoas;
- As comunidades viverão em segurança, sem discriminação;
- As pessoas serão letradas, informadas e habilitadas. Serão saudáveis, viverão uma vida longa e produtiva. Participarão activamente no desenvolvimento económico, social e político, promovendo a igualdade social e a unidade nacional;
- A produção e o emprego aumentarão em todos os sectores – agricultura, pesca e florestas;
- As pessoas deixarão de viver isoladas, porque haverá boas estradas, transportes, electricidade e comunicações nas cidades e povoações, em todas as regiões do país;
- Os níveis de vida e serviços melhorarão para todos os timorenses e o rendimento será equitativamente distribuído;
- Os preços estabilizarão e o fornecimento de alimentos seguro, com base numa gestão e utilização sustentável dos recursos naturais;
- A economia e as finanças do estado serão geridas com eficiência, de forma transparente e livres da corrupção; e o estado assentará em princípios de direito. O governo, o sector privado, a sociedade civil e os líderes a comunidade serão totalmente responsáveis para com aqueles que os escolheram e elegeram.



Este processo traçou o caminho para o primeiro Plano de Desenvolvimento Nacional (RDTL 2002).

A situação económica, contudo, não melhorou significativamente. O mesmo inquérito (PAP, 2003) concluiu que houve outros aspectos da vida que tinham piorado, incluindo ter casa, procura de produtos, emprego e infra-estruturas.

O progresso do desenvolvimento humano implica melhorar todas estas áreas – social, política e económica. É essencialmente um processo de ampliação das escolhas das pessoas. Isto envolve melhorar as suas capacidades, tais como a capacidade de se levar uma vida longa e saudável, de se ser reconhecido e de se gozar uma qualidade de vida decente. Mas promover o desenvolvimento humano também requer criar condições que permitam às pessoas exercer essas capacidades – promovendo a participação, por exemplo, a igualdade entre os géneros, a segurança humana e a sustentabilidade ambiental. Estes dois aspectos do desenvolvimento humano têm de ser equilibrados: incrementar as capacidades das pessoas sem criar oportunidades que possam levar à frustração.

### **Indicadores de desenvolvimento humano**

A falta de progresso económico geral é evidenciado pelos indicadores de desenvolvimento humano em Timor-Leste. Este é o país mais pobre da região – a esperança de vida é curta, os níveis de aprendizagem são baixos e uma grande parte da população vive abaixo do limiar da pobreza. Ao mesmo tempo, a população aumenta rapidamente, em mais de 3% por ano (Caixa 1.2).

#### *Rendimento e emprego*

A situação do emprego piorou durante os passados dois anos largamente devido à retirada de pessoal da ONU e outros colaboradores de apoio e o conjunto de negócios que lhes estavam associados. Em cada ano, cerca de 14.000 jovens integram a população activa, aumentando as listas de desempregados. Em 2001, o desemprego entre os jovens (15-24 anos) era de 15% em geral – e cerca de 43% entre aqueles que pertenciam à população activa de Díli e Baucau. Como a economia continua a estagnar, a situação de emprego piorou; em 2004, a taxa de desemprego aumentou para 8,9%, sendo 23% relativos aos jovens (Censo da População e

Acolhimento 2004).

Muitas pessoas estão também subempregadas, especialmente no sector informal e no agrícola. O Censo de 2004 mostra que 88% do total de 293.348 pessoas activas tinham um auto-emprego ou agricultura de subsistência. Confrontando-se com limitações em casa, alguns dos jovens mais empreendedores estão a emigrar em busca de melhor fortuna no estrangeiro: de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, uma média de 800 jovens timorenses estão a deixar o país em busca de oportunidades no estrangeiro.

#### *Saúde*

Os padrões de saúde são baixos: a esperança de vida foi estimada em apenas 55,5 anos em 2004 – 54,4 anos para o género masculino e 56,6 anos para o género feminino. As doenças de índole respiratória e diarreica são vastas e a malária e o dengue são endémicas. A TB continua a assustar a população a lepra ainda persiste em ser um problema, especialmente em Oecussi. O HIV/SIDA ainda não prevalece de forma alargada, mas apenas poucas pessoas estão a par da sua ameaça e menos pessoas ainda sabem como preveni-la.

A saúde das crianças é especialmente vulnerável: de cada 1.000 nados vivos, cerca de 90 crianças morrem antes de fazerem o primeiro aniversário e aproximadamente 136 crianças morrem antes de fazer o seu quinto aniversário. As taxas de mortalidade são particularmente elevadas nas montanhas rurais: 15% das crianças morrem aí antes de fazerem o seu quinto aniversário,

*A situação do emprego piorou durante os passados dois anos largamente devido à retirada de pessoal da ONU e outros colaboradores de apoio*

#### **Caixa 1.2 – A população de Timor-Leste**

Em 2004, Timor-Leste teve uma população estimada em cerca de 923.198. Em Novembro de 2005, foi estimada a quantia de cerca de 1.011.000. A origem das pessoas remete para a Melanésia ou Malaia-Polinésia, misturada com grupos mais pequenos cujos antepassados remontam à China e ao mundo árabe. Ao todo, eles falam mais de 20 línguas ou dialectos, dos quais o Tétum é a língua mais usada. Quase metade da população percebe Bahasa Indonésio, menos de 5% Português e cerca de 2% Inglês.

Cerca de 24% da população é urbana, dentro dos quais 14% reside nos grandes centros urbanos de Díli e Baucau. Mais de metade da popu-

lação se encontra na Região Central, 27% na Região Oriental e pouco mais do que 20% na Região Ocidental. A população é predominantemente jovem: mais de metade tem uma idade inferior a 15 anos e mais de dois terços têm uma idade inferior a 25 anos. Um quinto da população tem uma idade inferior a 5 anos.

As taxas de fertilidade são elevadas – mais de 7 crianças por mulher em idade reprodutora. E isto, combinado com a baixa taxa de uso de contraceptivo (7%), contribui para um crescimento da população na ordem dos 4% – com graves implicações no emprego e na procura de serviços públicos.

comparando com cerca de 7% nos maiores centros urbanos. Muitas destas mortes infantis estão relacionadas com a subalimentação: 46% das crianças com menos de 5 anos têm peso abaixo dos valores mínimos, 47% são subdesenvolvidas e 12% são debilitadas. Outras crianças morrem de doenças para as quais existe vacinação: 58% das crianças com menos de dois anos nunca foram vacinadas e 95% das crianças não estão devidamente protegidas. Muitas crianças sofrem igualmente de diarreia e infecções respiratórias agudas. De acordo com o Inquérito de Grupo sobre Indicadores Múltiplos do UNICEF, mais de metade das crianças experimentou algum tipo de doença nas duas semanas precedentes ao inquérito e muitos poucos pais seguiram os procedimentos de cura medicinal recomendados (UNICEF, 2003).

O acesso às instalações de saúde é difícil, especialmente nas zonas rurais. Para o país em geral, leva uma média de 70 minutos a pé até chegar às instalações de saúde mais perto, mas em algumas zonas rurais, isto pode levar várias horas. A viagem através de microlet (mini-autocarro) pode custar \$2 por visita. Mesmo depois de chegar ao centro de saúde, não há garantias de que o(a) médico(a) ou enfermeiro(a) estão disponíveis, já que estes profissionais têm de atender mais do que uma instalação de saúde (Caixa 1.3).

Por questões de padronização regional, o acesso a outros serviços, tais como de água e saneamento, também é complicado. Em

toda a parte, metade da população não tem água potável salubre, 60% não tem saneamento salubre. Mais uma vez, a situação é muito pior nas zonas rurais.

### *Alfabetização e Educação*

Os níveis de educação também são baixos. A taxa de alfabetização dos adultos é apenas de 50,1% – 56,3% para o género masculino e 43,9% para o género feminino. O analfabetismo é maior dentro da população mais velha: entre os 15-34 anos de idade, 73% são alfabetizados enquanto, entre os que tiverem mais de 50, a percentagem desce para os 19%. Este é largamente o resultado da falta de educação primária: em 2004, cerca de 62% dos homens e 80% das mulheres com idade compreendida entre 30-54 anos não completaram o ensino primário (Censo da População e Acolhimento 2004).

Em 2004, o valor bruto de matrículas em escolas primárias foi de 116% - 118% entre os rapazes e 113% entre as raparigas, indicando uma grande percentagem de crianças com idade já ultrapassada. Ao nível secundário, tanto inferior como superior, os valores brutos de matrículas foram de 59% e 46%, enquanto que a nível terciário, o rácio foi de 6,6%.

Entre 10% e 30% das crianças com idade própria para a escola primária, ou cerca de 67.000 das crianças com idade compreendida entre 6 e 11 anos, não estão na escola – e os ausentes dividem-se por igual entre rapazes e raparigas. Um dos problemas principais é a matrícula tardia: em 2001 apenas 55% das crianças com 7 anos e 72% daquelas com 8 anos frequentaram a escola. Subsequentemente, cerca de 20% das crianças têm de repetir os anos e muitas acabam por desistir – ainda hoje, menos de metade das crianças que entram para a escola primária completam seis anos escolares. O n.º de matrículas parece ser inferior nas zonas rurais, tal como a qualidade do ensino e aprendizagem (Banco Mundial, 2003a).

A baixa frequência escolar é muitas vezes o resultado da pobreza. As crianças pobres tendem a matricular-se tarde: com a idade de 7 anos, apenas 10% das crianças das zonas mais pobres estão matriculadas na escola, comparado com os 29% das zonas mais ricas. As crianças pobres também tendem a desistir mais cedo, e como resultado, concentram-se nos níveis mais baixos, enquanto as crianças mais ricas estão mais uniforme-

### **Caixa 1.3 – Melhorando o acesso aos serviços de saúde para os residentes rurais**

Muitas comunidades vivem longe das instalações de saúde existentes e alguns grupos da comunidade estão a voltar actualmente à terra ancestral, ainda mais longe das estradas e instalações de saúde. Um modo de servir estas comunidades é através de clínicas móveis concebidas para providenciar serviços abrangentes duas vezes por semana. No entanto, o transporte e outros problemas dificultaram a manutenção destas clínicas e a provisão de um conjunto de serviços.

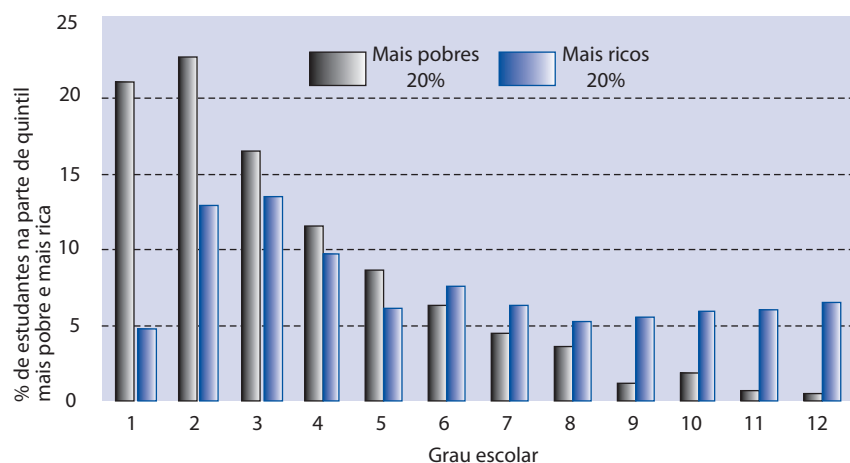
O Ministério da Saúde concluiu que as clínicas móveis não são provavelmente o modo mais eficaz de ir ao encontro das necessidades de saúde rurais e, em vez destas, tem vindo a abrir novos postos de saúde

em zonas remotas. Para estes novos postos, aplicou determinados critérios, incluindo a população na zona de captação, o uso de clínicas móveis existentes, localização geográfica e as oportunidades para reabilitar edifícios existentes para os postos de saúde. O Ministério adaptou os novos postos de saúde com base no seu pessoal, libertando algumas das posições inferiores como resultado da contratação de uma série de serviços centrais hospitalares e de saúde comunitária – embora ainda tenha de pagar a despesa destes serviços contratados dentro do orçamento geral de saúde.

*Fonte: Ministério da Saúde, Junho de 2004*



**Gráfico 1.1 – Distribuição de estudantes ricos e pobres pelos graus escolares**



mente distribuídas na escola (Gráfico 1.1). Mas também há problemas de atitude em todos os grupos de rendimento: um inquérito concluiu que 32% das crianças mais pobres e 26% das crianças mais ricas expressaram ‘não ter interesse’ na escola (Banco Mundial, 2003a).

Há igualmente uma educação muito deficiente fora das idades normais de frequência escolar: apenas cerca de 2% das crianças abaixo dos cinco anos frequentam qualquer tipo de instituição pré-escolar ou infantário. E, relativamente à outra ponta da escala de idades, as classes de alfabetização de adultos, quer organizadas pelo Governo ou ONGs, também são muito limitadas.

### Índice de desenvolvimento humano

A saúde, a educação e outros aspectos de

desenvolvimento humano reflectem-se no índice de desenvolvimento humano (IDH), uma medida composta que incorpora o rendimento, a esperança de vida e conhecimentos escolares. O Quadro 1.1 mostra o progresso no IDH durante o período de 1993-2004. Isto combina os dados até 1999, recolhidos durante o período indonésio, com mais dados recentemente recolhidos relativos a Timor-Leste. Isto inclui resultados de várias fontes incluindo a Avaliação de Pobreza – abrangendo o Inquérito aos Sucos de 2001, o Inquérito sobre Despesas Familiares de 2001 e a Avaliação do Potencial Participativo de 2001 e o Censo da População e Acolhimento de 2004. Um dos maiores aspectos determinantes para o baixo IDH é o baixo rendimento: O produto interno bruto dos últimos anos foi estimado em cerca

**Quadro 1.1 – Índices de desenvolvimento humano entre 1993-2004**

	1993	1996	1997	1999	2001	2004
Esperança de vida à nascença (anos) <sup>1</sup>	52,2	53,9	54,4	56,0	56,7	55,5
Taxa de alfabetização dos adultos (% 15 anos e acima)	35,6	40,4	40,6	40,4	43,0	50,1
Taxa bruta de matrículas, combinando o ensino primário, secundário e universitário (%) <sup>2</sup>	53	56	57	59	56,1	66,0
PIB per capita (US\$) <sup>3,4</sup>	374	429	442	331	466	366
Índice de esperança de vida	0,453	0,482	0,459	0,517	0,528	0,508
Índice de educação	0,413	0,454	0,248	0,466	0,474	0,554
Índice de PIB	0,220	0,243	0,399	0,200	0,257	0,217
Índice de desenvolvimento humano <sup>4</sup>	0,362	0,393	0,399	0,394	0,420	0,426

**Notas:** 1. A esperança de vida à nascença em 2004 foi calculada extrapolando as tendências anteriores de diversas fontes de informação, incluindo o Censo de 2004. Ver “Nota sobre estatísticas” para mais explicações sobre métodos de medição da mortalidade e esperança de vida; 2. A taxa bruta de matrículas combinada foi estimada com base nos dados com o número de estudantes matriculados no ensino primário, secundário e terciário em 2004/2005 pelo MECJD, dividindo pelo número da população em idade escolar de acordo com o respectivo nível de ensino resultante do censo de 2004; 3. O PIB nominal per capita é conseguido, dividindo o PIB total pelo número da população nos respectivos anos. Os dados sobre o PIB são do Relatório Nacional do FMI; 4. Usando a estimativa do PIB per capita em \$ PPC – no montante de \$905 em 1993, \$1.038 em 1996, \$1.618 em 1997, \$1.054 em 1999, \$967 em 2001 e \$782 em 2004 – os valores do IDH resultantes são razoavelmente mais elevados que os do gráfico acima: 0,408 em 1993, 0,442 em 1996, 0,471 em 1997, 0,459 em 1999, 0,460 em 2001 e 0,475 em 2004. Ver a Caixa 1.4 sobre “Paridade do poder de compra – questões e implicações” e as “Notas sobre estatísticas” para obter uma explicação mais aprofundada sobre o cálculo da PPC para Timor-Leste.

Fontes: Timor-Leste RNDH 2002; Inquérito sobre Grupos de Indicadores Múltiplos (IGIM) Timor-Leste 2002; Divisão da ONU para a População; PNUD; UNESCO Instituto de Estatísticas; Relatório do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste do PNUD (2002); Direcção Nacional de Estatística (2005); Censo de 2004 sobre a População e Acolhimento em Timor-Leste; Informação do Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto (MECJD); Governo de Timor-Leste (2002) “Plano de Desenvolvimento Nacional”; Relatório Nacional N.º 05/250 sobre a República Democrática de Timor-Leste, Apêndice Estatístico do FMI (Junho de 2005)

**Quadro 1.2 – Comparação do IDH de Timor-Leste com grupos de países**

	Timor-Leste 2004	Ásia Oriental e Pacífico	Sul da Ásia 2003	Países sub- desenvol- vidos 2003	Países em desenvol- vimento 2003	Países OECD de elevado rendimento 2003
Esperança de vida à nascença (anos)	55,5	70,5	63,4	52,2	66,0	78,9
Taxa de alfabetização dos adultos (%; 15 anos e acima)	50,1	90,4	58,9	54,2	76,6	..
Taxa bruta de matrículas, combinando o ensino primário, secundário e universitário (%)	66	69	56	45	63	95
PIB per capita (US\$ PPC)	732	5.100	2.897	1.328	4.359	30.181
Índice de esperança de vida	0,508	0,76	0,64	0,45	0,67	0,90
Índice de Educação	0,554	0,83	0,58	0,50	0,72	0,98
Índice de PIB	0,217	0,71	0,67	0,60	0,70	0,86
Índice de desenvolvimento humano	0,426	0,768	0,628	0,518	0,694	0,911

Nota: O Desenvolvimento Humano em Timor-Leste em 2004 foi estimado com base nos dados mais recentes do Censo de 2004.

**Quadro 1.3 – Comparação do IDH com os de outros países, 2003**

	Posição	Valor
Timor-Leste	140	0,513 <sup>1</sup>
<b>Países nas melhores posições</b>		
Noruega	1	0,963
Islândia	2	0,956
Austrália	3	0,955
<b>Países nas piores posições</b>		
Níger	177	0,281
Serra Leoa	176	0,298
Burkina Faso	175	0,317
<b>Países da ASEAN</b>		
Singapura	25	0,907
Brunei Darussalam	33	0,866
Malásia	61	0,796
Tailândia	73	0,778
Filipinas	84	0,758
Vietname	108	0,704
Indonésia	110	0,697
Myanmar	129	0,578
Camboja	130	0,571
Rep. Dem. Laos	133	0,545
<b>Outros países lusófonos</b>		
Portugal	23	0,896
Brasil	65	0,777
Cabo Verde	103	0,727
São Tomé e Príncipe	122	0,639
Angola	164	0,377
Guiné-Bissau	166	0,373
Moçambique	170	0,356

Nota: Refere-se ao valor em 2004. Fonte: RDH PNUD (2005)

de \$370 per capita; mas, nas zonas rurais, o quadro ronda apenas \$150.

Tal como mostra o Gráfico 1.2, o IDH evidenciou um incremento significativo em relação à década passada – embora com uma descida em 1999 resultante da terrível destruição e desorganização durante o período de referendo. Desde então, contudo, o IDH aumentou como resultado da expansão do ensino e uma maior taxa de alfabetização, sobretudo em 2004, contrastado pela descida do rendimento devido à reduzida presença da ONU. Apesar desta evolução, o IDH de Timor-Leste é ainda o mais baixo dentre os países asiáticos e mais baixo ainda do que o dos países da Ásia do Sul (Quadros 1.2 e 1.3).

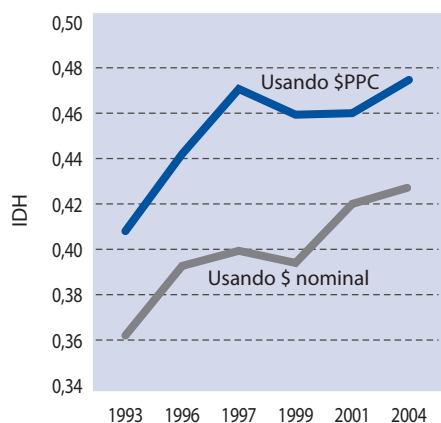
O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005 retira conclusões ligeiramente diferentes com um valor de IDH de 0,513 – muito maior do que a estimativa nacional – e colocando Timor-Leste na posição 140. No entanto, a informação utilizada nesse relatório não é estritamente comparável àquela aqui utilizada, portanto, devia ser considerada apenas como informação meramente indicativa.

### Pobreza

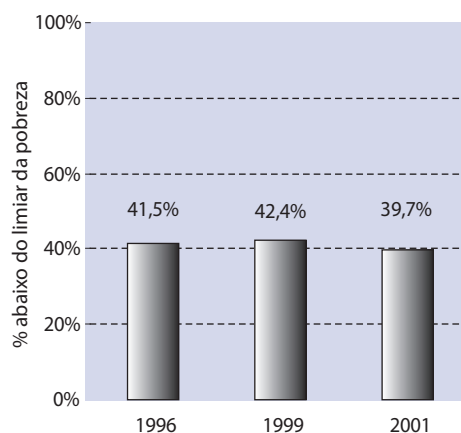
O baixo IDH de Timor-Leste corresponde ao elevado nível de pobreza. A pobreza é um fenómeno complexo que envolve privação de vários aspectos da vida, incluindo não só o rendimento mas também a saúde, educação, nutrição e acesso a água potável e saneamento salubres, e a capacidade de exercer o direito humano básico – privações que andam normalmente de mãos dadas criando

*O IDH aumentou como resultado da expansão do ensino e uma maior taxa de alfabetização*

**Gráfico 1.2 –  
Tendência do IDH, 1993-2004**



**Gráfico 1.3 –  
Pobreza de rendimento, 1996-2001**



um ciclo vicioso de pobreza.

### *Pobreza de rendimento*

A pobreza de rendimento baseia-se no volume de rendimento ou despesas necessárias para atingir um nível de vida mínimo – também referido como limiar da pobreza. Com base nos dados do Inquérito às Famílias de 2001, o limiar da pobreza em Timor-Leste está definido em \$0,55 per capita por dia<sup>1</sup>. Com base nisto, cerca de 40% da população, cerca de duas pessoas em cada cinco, não alcançam o nível de vida mínimo – uma percentagem ligeiramente mais baixa do que em anos anteriores (Gráfico 1.3). A pobreza tende a crescer dentro de famílias maiores. Embora a maior parte da informação sobre a pobreza não esteja disponível, é improvável que a situação tenha melhorado dado o lento desempenho da economia.

Embora esta taxa de pobreza ‘por cabeça’ mostre a percentagem de pessoas que vivem num estado de pobreza de rendimento, não indica a sua posição abaixo do limiar da pobreza. Isto pode ser avaliado através de um índice de ‘fosso de pobreza’ e é tipicamente expresso como uma percentagem do limiar da pobreza; em Timor-Leste, a profundidade da pobreza é de 11,9%. Este factor pode ser usado para calcular quanto dinheiro precisariam os pobres de Timor-Leste para saírem da pobreza – uma soma que, em 2001, perfazia a conta de aproximadamente \$18 milhões por ano. Uma outra medida da pobreza é a sua ‘severidade’, que indica a

1. Os dados sobre o limiar da pobreza nacional e outros indicadores de pobreza neste relatório são do relatório final do Inquérito às Famílias de 2001 (Maio de 2003). Diferem dos apresentados em relatórios anteriores, incluindo os relatórios de PDN e de ODM, baseados em resultados preliminares.

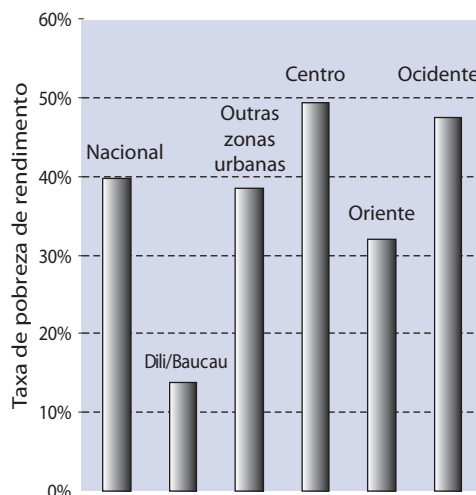
extensão da desigualdade entre os pobres, dando mais peso ao fosso de pobreza dos mais pobres. O índice de severidade de Timor-Leste é de 4,9%.

A incidência da pobreza varia ao longo das três regiões, aumentando no sentido de Oriente a Ocidente. A região ocidental (distritos de Oecussi, Bobonaro e Covalima) com um quinto da população total contabiliza um quarto da população pobre. Em contraste, os três distritos a Oriente (Baucau, Lautem e Viqueque) com um quarto da população contam menos de um quinto da população pobre (Gráfico 1.4).

Tal como em outros países em desenvolvimento, a pobreza é maior nas zonas rurais (46%) do que nas urbanas (26%). No entanto, também existem contrastes entre as zonas urbanas: mais reduzida em Díli e

*Para tirar todos os pobres em Timor Leste da pobreza custaria \$18 milhões por ano*

**Gráfico 1.4 –  
Incidência da pobreza por região**



Fonte: PAP (2003)

### Caixa 1.4 – Paridade de poder de compra – questões e implicações

A PPC é uma conversão feita para igualar o poder de compra de diferentes moedas através da eliminação de diferenças nas taxas de cambio entre varios países.

**Porquê?** – Ao comparar os índices de desenvolvimento humano, prefere-se normalmente ajustar o índice do PIB para reflectir o poder de compra do que o rendimento monetário bruto, uma vez que, do ponto de vista do desenvolvimento humano, o que importa é quantos bens e serviços é que as pessoas podem efectivamente adquirir e não propriamente quanto dinheiro têm nas suas carteiras.

No Relatório de Desenvolvimento Humano a nível global, que o PNUD publica anualmente, o IDH para cada país é ajustado usando o deflactor da PPC para o produto interno bruto (PIB). Isto significa que o PIB nominal é convertido, em primeiro lugar, na moeda padrão (dólar dos EUA) com base na taxa de câmbio do mercado, multiplicando depois pelo poder de compra relativo a um dólar nesse país. Por exemplo, se num dado país, um dólar pode comprar três vezes mais bens do que nos EUA, o PIB ajustado à PPC é obtido pela multiplicação do valor nominal por três.

**Como?** – Os deflactores da PPC para diferentes países são calculados através da comparação dos preços de um consumo tipo – ou seja, uma selecção de bens e serviços que representam o consumo padrão de um consumidor típico. Este não é um processo simples. Os hábitos de consumo diferem uns dos outros, portanto, não existe um único exemplo de consumo tipo que possa representar adequadamente a estrutura de consumo em todos os países. Estas diferenças podem ser de base cultural, mas também podem estar relacionadas com a riqueza: à medida que os países e as pessoas se tornam mais ricos, começam a gastar dinheiro em novos produtos e serviços. Por isso, são os pobres que tendem a gastar a maior parte do seu rendimento em rubricas associadas a alimentos básicos, mais do que os ri-

cos. Como resultado, até os PIBs ajustados às PPCs não dão uma imagem completa das diferenças entre países a níveis muito diferentes de desenvolvimento. Contudo, a medida ainda dá uma melhor indicação das diferenças entre os padrões de vida do que o PIB sozinho.

A PPC ainda não foi determinada para Timor-Leste, mas sim para a Indonésia. Portanto, é possível usar os valores passados para chegar a uma estimativa, comparando os preços de consumo nos dois países. Pressuponha-se uma indonésia imaginária que compre tudo em Timor-Leste. Troca a sua moeda (rupiah) por dólares à taxa de câmbio do mercado fixada naquele dia e paga os preços de mercado em dólares americanos. Desta forma, o seu poder de compra é uma combinação da taxa de câmbio entre rupiah e dólar e os níveis de preço em dólares em Timor-Leste.

Por exemplo, o consumo de bens que custaria 100.000 rupiahs na Indonésia, iria custar 19 dólares americanos em Timor-Leste (com base nos preços correntes de 2004). Se esse montante em rupiah fosse convertido em dólares americanos, o mesmo consumidor teria de gastar 170.000 rupiahs (baseando no cambio fixado em 8.935 rupiahs por um dólar). Verifica-se que o poder de compra na Indonésia seria mais forte porque o mesmo consumidor precisaria de 70% mais para gastar nos mesmos bens em Timor-Leste.

O gráfico abaixo sumaria o efeito do ajuste da PPC sobre o valor do IDH. Estes gráficos são obtidos por meio de comparações de índices de preço de consumo em Díli e na Indonésia, tal como descrito em pormenor no anexo com as notas sobre estatísticas. Este método produz valores de deflação da PPC de entre 2,0 e 2,2 para os últimos anos, e o efeito sobre o valor do IDH consiste num aumento de cerca de 10%. Pode, no entanto, protestar-se que o índice de preços de consumo em Díli não consiste na medida adequada para Timor-Leste no seu todo, uma vez que pode não representar com exactidão a estrutura de consumo do pobres das

zonas rurais. Para efeitos de comparação internacional, todavia, este relatório usa um valor de IDH de 0,426.

**Porque não?** – Contudo, este relatório apresenta valores de IDH usando valores de PIB nominal. Isto acontece, em parte, devido às dificuldades atrás mencionadas, mas também devido ao facto de os valores do PIB nominal serem mais úteis a nível local. Enquanto o ajuste da PPC ajuda a tornar as comparações entre países mais pertinentes, também pode distorcer as observações em linhas temporais dentro de Timor-Leste. Tal deve-se ao facto de o deflactor variar com a taxa nominal de câmbio monetário, mesmo que isto não tenha um impacto directo de curto-prazo no poder de compra interno. É óbvio que as variações das taxas cambiais afectam os preços dos bens importados, mas isto é visto como uma inflação, embora os preços monetários locais dos produtos internos possam variar muito menos. Esta situação sugere alterações ao valor do IDH de ano para ano, o que não reflecte mudanças reais no poder de compra interno.

No caso de Timor-Leste, o regime de dólar americano elimina as flutuações das taxas cambiais de acordo com os actuais gráficos, mas se se observasse o período em que a rupiah indonésia era usada seria problemático. Isto foi particularmente claro no momento da crise financeira na Ásia, quando o colapso da rupiah fez com que o PIB ajustado à PPC saltasse de repente em quase 60% entre 1996 e 1997.

**Qual é o correcto?** – Qualquer índice que tente medir o benefício económico é inevitavelmente uma simplificação bruta. Nestas circunstâncias é melhor seleccionar diferentes metodologias para diferentes objectivos. Por isso, para efectuar comparações entre países, é melhor usar o PIB ajustado à PPC. Para conhecer o desenvolvimento de um país, por outro lado, é provável que se consiga um cenário mais aproximado da realidade usando um índice baseado no PIB na moeda local.

#### Valores de PIB nominal e ajustado à PPC e valores do IDH para Timor-Leste

	1993	1996	1997	1999	2001	2004
PIB per capita (nominal \$)	374	429	442	331	466	366
PIB per capita (PPC \$)	860	1.038	1.618	1.054	967	732
Índice do PIB (nominal)	0,220	0,243	0,248	0,200	0,257	0,217
Índice do PIB (ajustado à PPC)	0,359	0,391	0,460	0,393	0,379	0,332
Valor do IDH (com PIB nominal)	0,362	0,393	0,399	0,394	0,420	0,426
Valor do IDH (com PIB da PPC)	0,408	0,442	0,471	0,459	0,460	0,465

Baucau (14%) e mais elevada em qualquer outro lado (PAP, 2003). A severidade da pobreza é mais elevada nas terras altas e mais reduzida nas terras baixas.

A pobreza também varia com a idade do chefe de família. Dentre os chefes de família masculinos – que constituem 90% do total – a incidência da pobreza é mais baixa do que no caso dos chefes de família com uma idade entre 15-29 anos, sobe para os que têm 30-49 anos, e volta a descer para os que têm 50 anos ou são mais velhos (Gráfico 1.5). A pobreza também varia de acordo com o grau de educação: dentre as famílias cujo chefe masculino tenha feito o ensino secundário, menos de uma em cada sete são pobres, enquanto que famílias cujo chefe não chegou a completar o ensino primário, uma em cada duas são pobres. Para além disto, a incidência da pobreza varia significativamente de acordo com o emprego do chefe de família: os que tiverem como ocupação principal a agricultura tendem a ser os mais pobres (Gráfico 1.6).

No caso dos 10% de famílias cujos chefes de família são mulheres, o quadro mostra-se mais mesclado: em média, os seus índices de pobreza são mais baixos do que os das famílias cujos chefes de família são homens. Isto deve-se ao facto de apenas as viúvas que têm melhor nível de vida serem capazes de levar uma vida independente; de acordo com o costume timorense, as mulheres mais pobres vão viver com as famílias do irmão do falecido marido.

Os grupos mais propensos a tornarem-se pobres também incluem viúvas e órfãos da resistência, veteranos, soldados infantis e os traumatizados. Em especial desvantagem

e vulnerabilidade estão as crianças sem pais. Os anos de conflitos violentos em Timor-Leste deixaram mais do que uma em cada dez crianças apenas com um ou sem pais vivos – dos quais a maioria perdeu o pai. Os índices de pobreza infantil são 15% maiores neste grupo em comparação com os correspondentes àqueles que vivem com o pai.

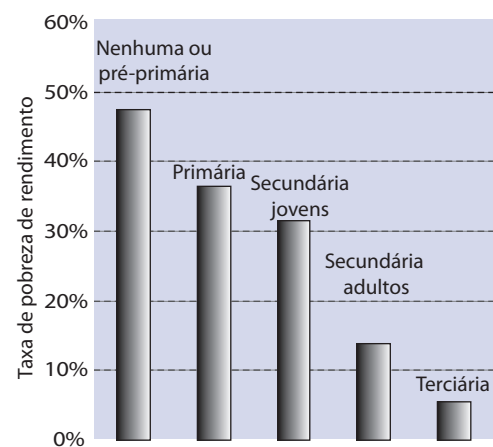
### Desigualdade

A pobreza está estritamente ligada à desigualdade. Este aspecto é normalmente medido através do coeficiente de Gini que varia entre zero (igualdade perfeita) e 1 (uma pessoa possui tudo). O coeficiente de Gini de Timor-Leste de 2001 foi de 0,37, um aumento relativamente ao valor de 0,35 do gráfico de 1995 (PAP, 2003). Este é um gráfico típico imparcial relativo à região. A desigualdade também pode ser expressa no sentido de partilhar a despesa total: em Timor-Leste, os dois quintos mais pobres da população contam para menos de 18% da despesa total enquanto os dois quintos mais ricos da população contam para 66%. Tal como em muitos outros países em desenvolvimento, a desigualdade é maior dentro nos centros urbanos do que nas zonas rurais.

A pobreza e a desigualdade são frequentemente expressas em termos de rendimento. Mas também existe desigualdade nas avaliações. Com respeito aos três quartos da população que subsiste da agricultura, a sua mais valia é a terra. A média de posses de terra é reduzida a 0,4 hectares por pessoa. No entanto, dentre a metade mais pobre da população que tem acesso a terra, a média é inferior a 0,22 hectares. Menos de 5% da população com acesso a terra possui mais do

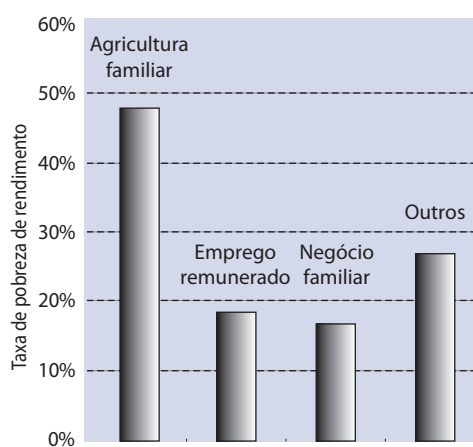
*Os anos de conflitos violentos em Timor-Leste deixaram mais do que uma em cada dez crianças apenas com um ou sem pais vivos*

Gráfico 1.5 – Pobreza e educação/ensino



Fonte: PAP (2003)

Gráfico 1.6 – Pobreza e ocupação



Fonte: PAP (2003)



### Quadro 1.4 – Índice da pobreza humana

	1996	1999	2001	2004
Probabilidade de não sobrevivência até à idade de 40 (% de coorte) <sup>1</sup>	41,1	35,6	32,2	27,3
Taxa de analfabetismo adulto (15 anos e acima, %)	59,6	59,6	57,0	49,9
Taxa não calculada de privação de um nível de vida aceitável	49	46	48	49,5
População que não usa os recursos de água salubre (%) <sup>2</sup>	47	47	52	43,8
Crianças com peso insuficiente com idade inferior a 5 anos (%) <sup>2</sup>	51	45	45	43
Índice de Pobreza Humana	51,0	49,0	48,9	44,6
População abaixo do limiar da pobreza nacional (%)	41,5	42,4	41,1	..

Notas: 1. A probabilidade de não sobreviver até à idade de 40 anos em 2004 baseou-se na extrapolação das estimativas anteriores de diversas fontes de informação, incluindo o Censo de 2004 da População e Acolhimento. Ver "Notas sobre estatísticas" para mais explicações sobre os métodos de medição da mortalidade e esperança de vida. 2. Usando estimativas resultantes do IGIM sobre a situação em 2002, dado que são os dados mais recentes disponíveis em ambos os indicadores da privação de padrões de vida aceitáveis. Por isso, as taxas permanecem presumivelmente inalteradas em 2004; .. informação não disponível.

Fonte: PNUD (2002b); Censo de 2004 da População e Alojamento; UNICEF (2003); Inquérito às Famílias de Timor-Leste de 2001

que um hectare per capita.

A avaliação rural seguinte mais importante – e factor de produção – inclui gado, gado vacum abrangido, porcos, galinhas e outros animais. Cerca de 90% da população rural vive em famílias que possuem gado. O

valor médio deste gado é \$100 per capita – aproximadamente quatro vezes a despesa média mensal. No entanto, 10% das pessoas nas zonas rurais, per capita, possuem gado para além de \$200.

#### *Pobreza humana*

Enquanto os dados sobre a pobreza de rendimento dão alguma indicação sobre a privação, só mostram metade do quadro, uma vez que as pessoas podem ser privadas de outras maneiras que não apenas possuindo um rendimento baixo – podem ter uma saúde deficitária, ou serem analfabetas, ou subalimentadas ou terem falta de acesso aos serviços. Na tentativa de reflectir sobre isto, o PNUD desenvolveu o índice de pobreza humana (IPH) que consiste numa medida composta de privação que combina a probabilidade de sobrevivência até aos 40 anos, analfabetismo, a percentagem de crianças com peso insuficiente e a percentagem daqueles que não têm acesso a água salubre. O IPH de Timor-Leste em 2004 foi de 44,6, ou um declínio de 49,0 em 1999, com melhoramentos na esperança de vida até aos 40 anos e na taxa de alfabetização adulta como contrapeso à deterioração dos níveis de vida e acesso a água salubre (Quadro 1.4).

Em 2005, o Relatório do Desenvolvimento Humano global calculou IPHs para 103 países. Não incluiu Timor-Leste mas o valor do país na ordem dos 45,2 tê-lo-ia colocado depois do 87.º país, Senegal, e mesmo acima do 88.º país, Gambia (Quadro 1.5).

#### **Desigualdade entre os géneros**

As mulheres em Timor-Leste têm geralmente um estatuto inferior ao dos homens.

### Quadro 1.5 – Comparações com o IPH de outros países

País	IPH-1 posição	IPH-1 valor 2002/3 <sup>1</sup>
Timor-Leste	(87 – 88) <sup>2</sup>	44,6 <sup>3</sup>
<b>Desempenhos Top</b>		
Uruguai	1	3,6
Chile	2	3,7
Costa Rica	3	4,0
<b>Baixos desempenhos</b>		
Níger	103	64,4
Burkina Faso	102	64,2
Mali	101	60,3
<b>Países da ASEAN</b>		
Malásia	16	8,9
Tailândia	28	12,8
Filipinas	35	16,3
Indonésia	41	17,8
Vietname	47	21,2
Myanmar	50	21,9
Rep. Dem. Laos	72	38,2
Camboja	81	41,3
<b>Outros países lusófonos</b>		
Brasil	20	10,3
Cabo Verde	45	18,7
Angola	83	41,5
Guiné-Bissau	93	48,2
Moçambique	96	49,1

Notas: 1. Os dados sobre o valor IPH-1 no Relatório de Desenvolvimento Humano Global de 2005 referem-se a 2002-3; 2. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano Global de 2005, o país com a 87.ª posição de IPH-1 foi Senegal e com a 88.ª posição foi o Gambia; 3. Refere-se a 2004.

Fontes: Quadro 1.1; Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD de 2005.

**Quadro 1.6 – Índice de desenvolvimento ajustado ao género (GDI)**

	1999	2001	2004
Esperança de vida à nascença (anos) <sup>1</sup>			
Mulheres	57,7	59,2	56,4
Homens	54,2	55,6	54,4
Taxa de alfabetização de adultos (% , 15 anos e acima)			
Mulheres	33,9	42,8	43,9
Homens	46,9	43,1	56,3
Taxa bruta combinada de matrículas, relativa ao ensino primário, secundário e terciário (%) <sup>2</sup>			
Mulheres	57,9	55,1	63,6
Homens	62,1	58,4	68,3
Rendimento ganho estimado (PPC US\$)			
Mulheres	144	106	126
Homens	513	822	621
Índice de desenvolvimento ajustado ao género (GDI) <sup>3</sup>	0,353	0,338	0,369

Notas: 1. A esperança de vida à nascença em 2004 foi calculada extrapolando as tendências anteriores de diversas fontes de informação, incluindo o Censo de 2004 da População e Acolhimento. Ver "Nota sobre estatísticas" para mais explicações sobre métodos de medição da mortalidade e esperança de vida; 2. A taxa bruta de matrículas combinada foi estimada com base nos dados com o número de estudantes matriculados no ensino primário, secundário e terciário em 2004/2005 pelo MECJD, dividindo pelo número da população em idade escolar de acordo com o respectivo nível de ensino resultante do censo de 2004; 3. O rendimento ganho estimado em \$ nominal para a população feminina e masculina foi calculado aplicando um factor de multiplicação de 0,2 indicando o rácio feminino-masculino como valor aproximado à sua contribuição para a economia, sendo que o PIB per capita é US\$ 366 em 2004. Usando a estimativa do PIB per capita em \$ PPC em 2004, o rendimento ganho estimado é \$263,1 para as mulheres e \$1.301,9 para os homens, resultando um GDI de 0,434. Ver a Caixa 1.4 sobre a Paridade de poder de compra – questões e implicações" e as "Notas sobre estatísticas" para uma explicação mais aprofundada sobre o cálculo da PPC em Timor-Leste.

Fontes: Relatório do Desenvolvimento Humano em Timor-Leste do PNUD (2002); Direcção Nacional de Estatística (2004); Censo de 2004 sobre a População e Acolhimento em Timor-Leste; Informação do Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto (MECJD); Governo de Timor-Leste (2002) "Programas de Desenvolvimento Nacional"; Fundo Monetário Internacional (FMI); Relatório Nacional N.º 04/320 sobre a República Democrática de Timor-Leste, Questões Seleccionadas e Apêndice Estatístico (Junho de 2005)

Enquanto a Constituição prevê a igualdades entre os géneros, mulheres e raparigas sofrem de uma discriminação significativa – na família, no local de trabalho e na comunidade. É mais provável a desistência de raparigas, de irem à escola, do que rapazes, e dois terços das mulheres com idade compreendida entre os 15-60 anos são analfabetas, em comparação com cerca de metade dos homens. As mulheres também sofrem discriminação no trabalho: têm uma participação inferior à dos homens como força de trabalho formal e ganham significativamente menos do que os homens pelo mesmo trabalho (PAP, 2003).

Também é mais provável que as mulheres recebam menos alimento do que os homens. Um terço das mulheres com idade compreendida entre os 15-49 anos é subalimentado e sofre de esgotamento crónico de energia (UNICEF, 2003). Muitas mulheres não têm acesso à informação e serviços de planeamento familiar. Como resultado, as taxas de fertilização permanecem altas e muitas mulheres morrem no parto – até 800 por cada 100.000 nados vivos. As mulheres têm agora mais acesso à informação com respeito à saúde reprodutora, mas o seu direito à saúde continua a ser impedido por questões de ordem cultural, particularmente nas zonas rurais.

### *Índice de desenvolvimento ajustado ao género*

O alcance da discriminação contra as mulheres é evidenciado pelo índice de desenvolvimento ajustado ao género (GDI). Este índice desconta cada componente do IDH em proporção ao alcance da desigualdade entre homens e mulheres. Se não houver desigualdade, o GDI será idêntico ao IDH. Portanto, enquanto o IDH de 2004 foi de 0,426, o GDI calculado para o mesmo ano foi de 0,369. Este valor de GDI mostra um ligeiro aumento em relação ao índice de 2001 – no valor de 0,338. Isto deveu-se largamente a um aumento no rendimento ganho estimado das mulheres – de \$106 em 2001 para \$126 em 2004. Para o mesmo período, o rendimento ganho pelos homens desceu de \$822 para \$621. Contudo, o aumento do rendimento das mulheres foi contrastado por um fraco desempenho no ensino entre as mulheres, sobretudo no que diz respeito à alfabetização (Quadro 1.6)

O Relatório do desenvolvimento humano global de 2005 não calculou o valor do GDI para Timor-Leste. Aplicando o PIB per capita com deflação do PPC para calcular um índice de rendimento distribuído por igual, o valor de GDI para Timor-Leste em

*Um terço das mulheres com idade compreendida entre os 15-49 anos é subalimentado e sofre de esgotamento crónico de energia*



2004 era de 0,422, o que poderia posicioná-lo entre o 125.º país, Eritrea, e o 126.º país, Benin (ver Quadro 1-7)

### *Violência baseada no género*

Outro assunto delicado é a violência baseada ao género, tanto em casa como fora de casa – um assunto que tantas vezes tem sido negado e ignorado. As mulheres continuam a estar subjugadas à violência doméstica, ao assédio sexual no trabalho, violações e outras formas de hostilização e abuso sexual. Entre Janeiro e Agostos de 2004, aproximadamente 300 casos de violência baseada no género foram reportados à polícia, embora a grande maioria fique por reportar.

Parte disto deve-se à sucessão de abusos sexuais, físicos e psicológicos traumáticos durante os 24 anos de ocupação e a conflagração do pós-referendo. Mas os problemas continuam, e as estatísticas recentes e os factos anedóticos são preocupantes: um inquérito realizado em 2002 sobre a violência ao género descobriu que 46% das mulheres com relações íntimas experimentaram uma forma de violência por parte do parceiro<sup>2</sup>. Isto impõe-se como uma verdadeira ameaça

2. Um inquérito proposto apoiado pelo UNICEF/PNUD pretende integrar os dados sobre a violência doméstica.

### **Caixa 1.5 – O movimento das mulheres em Timor-Leste**

O movimento das mulheres em Timor-Leste iniciou em 1974 com a fundação da Organização Popular da Mulher Timor (OPMT), que desempenhou um papel liderante sobre as três frentes de luta pela liberdade – clandestina, armada e diplomática. Desde então, o movimento tem crescido e a rede nacional da mulher – REDE: Feto Timor – estabelecida em 2000 como uma forma de conduzir o Primeiro Congresso das Mulheres de Timor Lorosae, envolve agora 21 organizações de mulheres. Os grupos operam a todos os níveis, desde Díli à mais pequena aldeia – incluindo OPMT, Organização Mulher Timor (OMT), Feto Foen Sa'e Timor Loro Sa'e e a Sagrada Família. Também há organizações de direitos humanos das mulheres, tais como FOKUPERS e ETWAVE, bem como organizações como a Fundação Alola que focam a transferência de poder económico (empowerment), a saúde e educação das mulheres.

O movimento das mulheres prosperou durante o período UNTAET,

facilitado grandemente pela Unidade de Questões relativas ao Género, com um solidário e apoiante Representante Especial do Secretário-Geral, e apoio por parte do Conselho Nacional da Resistência Timorense, bem como agências especializadas da ONU, tais como a UNIFEM.

REDE: Feto Timor aceitou o desafio de reorganizar e consolidar o seu apoio base e tem um quadro forte e dinâmico, incluindo a Primeira Dama, e a Directora da Fundação Alola, Kirsty Sword Gusmão. A REDE também assumiu a formidável tarefa de organizar o Segundo Congresso das Mulheres Timorenses. Organizou quatro congressos regionais para rever a situação das mulheres, para avaliar o progresso feito com base na Plataforma do Primeiro Congresso e para desenvolver um plano de cinco anos para a promoção da igualdade entre os géneros. Os resultados dos congressos regionais foram discutidos no segundo congresso nacional e o Plano de Acção para 2004-2008 foi acordado.

### **Quadro 1.7 – Comparações com os GDI de outros países**

Country	GDI rank (125 – 126) <sup>2</sup>	GDI value 2002-3 <sup>1</sup>
Timor-Leste		0,422 <sup>3</sup>
<b>Desempenhos Top</b>		
Noruega	1	0,960
Austrália	2	0,954
Islândia	3	0,953
<b>Baixos desempenhos</b>		
Níger	177	0,271
Serra Leoa	176	0,279
Burkina Faso	175	0,311
<b>Países da ASEAN</b>		
Malásia	50	0,791
Tailândia	57	0,774
Filipinas	63	0,755
Vietname	83	0,702
Indonésia	87	0,691
Camboja	99	0,567
Rep. Dem. Laos	102	0,540
<b>Outros países lusófonos</b>		
Portugal	26	0,900
Brazil	52	0,786
Cape Verde	81	0,714
Angola	124	0,438
Mozambique	133	0,365
Guinea-Bissau	135	0,326

Notas: 1. Os dados sobre o valor de GDI no Relatório de Desenvolvimento Humano Global de 2005 referem-se a 2002-3; 2. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano Global de 2005, o país com a 125.ª posição de GDI foi Eritrea e com a 126.ª posição foi Benin; 3. Refere-se a 2004.

Fontes: Quadro 1.6; Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD de 2005.

à saúde das mulheres e expõe-nas a doenças sexualmente transmissíveis e ao HIV/SIDA.

As vítimas de violência baseada no género acham difícil obter justiça, quer através de mecanismos formais ou tradicionais. Podem até mesmo sentir-se relutantes em participar os abusos. Os mecanismos da justiça local podem ser profundamente patriarcas tanto nos seus procedimentos como nos resultados: os líderes tradicionais frequentemente consideram mais importante manter os laços entre a comunidade e a solidariedade do que a justiça segura para cada mulher individualmente.

Uma investigação recente (ver Carolyn Graydon, advogada e doutoranda que trabalhou com a UNMISSET, Direitos Humanos, 2005) fornece um argumento intelectualmente mais subtil: ou seja, os mecanismos da justiça moderna são demasiado caros, insustentáveis e os timorenses não sentem que os dominam. Graydon também argumenta que se se apresentar constantemente o sistema de justiça local como uma ideologia patriarca

rígida, isto pode tornar-se demasiado autónomo. Recomenda, assim, que se integre os sistemas locais e modernos juntamente com uma estratégia de transformação cultural. O Governo está interessado em elaborar mais estudos científicos compreensíveis sobre as várias políticas que servirão de um interface entre os mecanismos formal e justiça local.

### *Política de Governo tendo em atenção o género*

A Constituição de Timor-Leste proíbe a discriminação entre os sexos e prevê a igualdade entre as mulheres e o homens em todas as áreas da vida: familiar, política, económica, social e cultural. Em 2000, durante o período UNTAET, o Primeiro Congresso de Mulheres de Timor Lorosae, dando forma ao trabalho do movimento das mulheres (Caixa 1.5), adoptou a Plataforma de Acção para a Evolução das Mulheres Timorenses – que analisava a situação das mulheres e estabelecia uma série de recomendações relacionadas com a participação das mulheres na política, acesso à justiça, aquisição de poderes económicos, e acesso incrementado à saúde e educação.

Em Dezembro de 2002, o Parlamento Nacional ratificava a Convenção da ONU de 1979 sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDCM) e o Protocolo Opcional, sem reservas. O Governo está actualmente a preparar o relatório inicial para a Comissão da CEDCM. Juntamente com os resultados do Segundo Congresso das Mulheres, o relatório inicial sobre a CEDCM deveria apresentar uma orientação clara para a evolução das mulheres em Timor-Leste.

O Plano de Desenvolvimento Nacional reconhece que a redução da pobreza e o crescimento económico sustentável tem de se basear no princípio da igualdade entre os géneros. O Governo está também determinado a assegurar que os aspectos relacionados com o género estão considerados em todas as políticas e processos. Isto pode ser difícil dada a falta de capacidade para uma análise dos géneros e a precariedade de dados divididos por sexo. No entanto, trabalha-se nessa direcção. O Governo mencionou pontos a focar relativos ao género em todos os ministérios e, com o apoio do UNIFEM e PNUD, deu início à formação sobre questões relacionadas com o género, tais como orçamentos de acordo com o género e di-

reitos humanos das mulheres. Os esforços actuais estão sumariados na Caixa 1.6.

No caso de violência ao género, o Conselho de Ministros reviu o documento que se espera enviar ao Parlamento para aprovação em 2004-05. Entretanto, fazem-se tentativas para incorporar cláusulas específicas relativas à violência doméstica no esboço do código penal, que também terá disposições sobre o tráfico e exploração sexual de crianças.

A recente legislação também prevê que cada conselho de suco inclua duas mulheres e dois jovens – um de cada género. Para além disto, responsabilizou os chefes de suco no sentido de tomarem medidas de prevenção da violência doméstica e apoiarem as iniciativas de protecção à vítima e punirem os perpetradores. No distrito de Díli, o Governo também estabeleceu uma Unidade de Pessoas Vulneráveis que tem jurisdição sobre uma série de crimes, incluindo a violação e violência doméstica. Apesar de estes passos serem bem vindos, muito trabalho fica ainda por fazer para assegurar uma implementação eficaz.

O Governo também se comprometeu a promover uma acção positiva para o recrutamento de mulheres funcionárias públicas. Durante o período da UNTAET, o Representante Especial do Secretário-Geral instruiu a administração pública para adoptar uma política de acção positiva – com uma meta de 30% de recrutamento feminino. Embora a meta não tenha sido atingida, conduziu nas primeiras fases de recrutamento a, pelo menos, 18% de mulheres recrutadas

#### **Caixa 1.6 – Promovendo a igualdade entre o géneros**

O Plano de Desenvolvimento Nacional apresentou uma série de programas cuja finalidade é dar mais poderes às mulheres em áreas como o trabalho, gestão, formação, e na provisão de serviços legais e sociais. O Gabinete de Promoção da Igualdade sob o Gabinete do Primeiro Ministro também deu início a uma série de actividades relacionadas com o género através da formação do seu pessoal, pontos a focar relativamente ao género, e outras pessoas relevantes no âmbito de ministérios e agências.

Além disso, os Programas de Investimento Sectorial e os Planos de Acção Anual, em sectores seleccionados incluindo a educação, a saúde, a justiça e a polícia, e o orçamento do governo têm fortes componentes relativas ao

género. UNFPA, UNIFEM, a Irlanda e outros parceiros do desenvolvimento também embarcaram em programas com vista à transferência de poderes (empowerment) para as mulheres e um número de campanhas populares iniciaram para aumentar a consciencialização das mulheres dos seus direitos e oportunidades ao nível de suco e de aldeia.

Crucial para o futuro dos programas relativos ao género será a disponibilização de melhores dados. A Direcção Nacional de Estatísticas do Ministério do Plano e Finanças está a fazer uma compilação de dados desagregados em relação ao género sobre indicadores chave.

*Fonte: Adaptado e actualizado de RDTL (2003k)*

## As mulheres de Timor Leste estão agora marcadamente mais conscientes dos seus direitos e obrigações e tornaram-se participantes determinantes no desenvolvimento do país

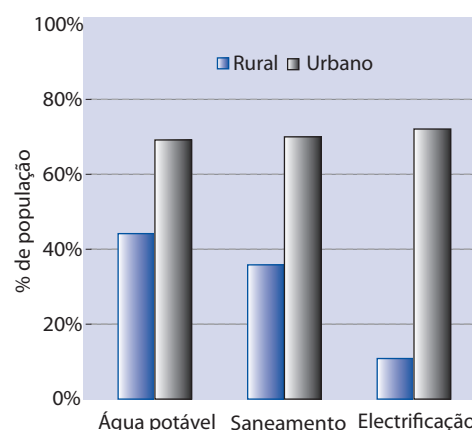
para o funcionalismo público. A Plataforma também recomendava o estabelecimento de uma unidade dedicada à igualdade entre os sexos no âmbito do governo, criando a Unidade de Questões relativas ao Género de UNTAET. Isto conduziu ao estabelecimento do actual Gabinete para a Promoção da Igualdade, estrategicamente situado sob o gabinete do Primeiro-Ministro. O período de UNTAET também produziu as eleições para a assembleia constituinte, que resultou na eleição de 27% de mulheres parlamentares – uma das percentagens mais elevadas de mulheres parlamentares na região.

Apesar do ciclo continuamente vicioso de perdas e ganhos, as mulheres de Timor-Leste estão agora marcadamente mais conscientes dos seus direitos e obrigações e tornaram-se participantes determinantes no desenvolvimento do país. As mulheres estão certamente vocacionadas para gerir recursos escassos – tal como evidenciado pelas suas taxas elevadas de pagamento em programas de micro-crédito. Dever-se-ia dar-lhes poderes para usarem estas capacidades para bem do país.

### Infra-estruturas e comunicações

Um obstáculo significativo para o incremento dos padrões de desenvolvimento humano é o estado das infra-estruturas do país. A principal rede de obras rodoviárias de Timor-Leste é razoável, mas durante a estação de chuvas, as estradas e as pontes sofrem danos normalmente grandes, e a manutenção do sistema é um dos fardos mais pesados no orçamento do governo. As estradas secundárias e terciárias estão menos desenvolvidas e

**Gráfico 1.7 – Desigualdades rurais e urbanas na infra-estrutura seleccionada**



Nota: Em 2003, a população urbana contava com cerca de 24% da população total  
Fonte: PAP (2003)

durante a estação de chuvas, muitos dos sucos ficam com os acessos dificultados.

As alternativas para viagens longas também são limitadas. Não existe nenhum serviço aéreo dentro do país. O maior percurso de ferry vai de Díli ao enclave de Oecussi. Este serviço operou durante vários meses com um subsídio do governo, esperando-se que continue com o apoio da Alemanha. Com respeito às ligações de viagens internacionais, existem companhias aéreas e marítimas que fornecem serviços para a Indonésia e Austrália.

As telecomunicações fora dos principais centros urbanos estão subdesenvolvidas. As NU empregaram primeiramente duas comunicações por rádio – um sistema que tem vindo a ser usado pela polícia e governo local. Ainda não se tem a certeza do que acontecerá quando a ONU for embora: se vão retirar ou entregá-los ao Governo.

Algumas agências, incluindo a Polícia Nacional e o Ministério da Saúde também têm instalações de comunicação por rádio limitadas. As ligações telefónicas entre as sedes de distrito estão a ser restauradas pela única utilidade privada no país, Timor Telecom, embora os serviços de telefone tenham mais probabilidade de serem dificultados pela falta de um fornecimento de electricidade eficaz.

O acesso à electricidade é razoavelmente elevado nas zonas urbanas, cobrindo 92% das famílias em Díli e Baucau, mas na zona rural a percentagem de acesso desce para os 10% (Gráfico 1.7). A electricidade permanece um serviço sem fiabilidade, com cons-

#### Caixa 1.7 –

#### Iluminando os lares timorenses – O projecto de ajuda Inverell

Uma lotaria irá determinar que casas vão receber iluminação a partir do projecto de ajuda Inverell. As pessoas do distrito de Ermera em Timor-Leste realizaram uma lotaria para decidir quem vai receber iluminação a energia solar como parte integrante da missão de apoio do Clube Rotativo Internacional Inverell (Inverell Rotary Club International). O equipamento já está nas docas de Díli com a equipa rotativa a ficar na capital durante pouco mais de uma semana. A equipa deixará Inverell para Darwin na quinta-feira da semana antes de saltar para Díli e fazer a viagem para as montanhas de Ermera. A área inclui as pov-

oações de SaHomenste, Delesuan e Railako, os sítios de trabalho do Clube Rotativo em clínicas de saúde, escolas e centros comunitários adaptados durante a primeira visita da equipa em Junho de 2002. A iluminação foi desejada pelos representantes das povoações para ajudar as crianças a estudarem depois da escola. Não existe nenhuma infra-estrutura de alimentação principal, como resultado da retirada da Indonésia em 1999. A equipa instalará 150 pontos de luz; é cerca de uma por cada quatro casas distribuída pelas povoações.

Fonte: Timor Post, 17 de Março de 2004

tantes cortes de energia (apagões), que, por sua vez, afectam o abastecimento de água. É verdade que a percentagem de residentes rurais cobertos por electricidade tem vindo a declinar nos últimos anos devido a avarias no equipamento, competência inadequada para operar as instalações e a falta de combustível. A electrificação rural, usando gás em terra e reservas de petróleo (em Viqueque e Suai) será, portanto, uma prioridade – não só para iluminar as casas, escolas, hospitais e clínicas mas também para alimentar empresas privadas e estimular a economia rural. A maioria dos programas de electrificação são da responsabilidade do Governo, embora algumas ONGs também trabalhem para providenciar iluminação aos lares (Caixa 1.7).

Se as pessoas começarem a usar aparelhos eléctricos para fins domésticos, tais como cozinhar, aquecer água, isso vai depender da disponibilidade e fidelidade do fornecimento. A experiência em outros países mostra que a mudança da lenha para o querosene, electricidade e gás vão depender dos incrementos do rendimento, o que pode levar algum tempo. Os recursos de energia acessíveis libertariam mais tempo produtivo, particularmente para as raparigas e para as mulheres, dado que são elas que cozinham e vão buscar água (seis ou mais horas por dia).

## Ambiente

A maioria dos timorenses faz da agricultura, pesca ou silvicultura o seu modo de vida, sendo, portanto, extremamente dependentes do estado do ambiente natural (Caixa 1.8). Infelizmente, este tem vindo a deteriorar-se rapidamente. A terra é argilosa e os leitos de rocha são de pedra calcária, não permitindo constituir uma base para um bom solo. Adicionado a isto, sofreu uma erosão muito forte. A agricultura 'golpeada e queimada', associada a décadas de corte insustentável de árvores, bem como florestas incendiadas, expuseram a terra e muito do seu solo foi rapidamente invadido pelas torrentes de água. Para além disso, Timor-Leste foi afectado pelo El Niño (Caixa 1.9). Tudo isto diminuiu a produtividade agrícola e exacerbou a pobreza. Mas as associações à pobreza também vão noutra direcção, uma vez que as pessoas pobres, desesperadas, são levadas a explorar em demasia os recursos naturais.

## Energia

A principal fonte de energia para os residen-

tes rurais, para cozinhar e outras finalidades, é a lenha. Mesmo os residentes urbanos têm vindo a usar mais lenha, como consequência do aumento dos preços do querosene e da retirada do subsídio. Queimar a madeira não só conduz à danificação do ambiente como prejudica a saúde das pessoas: queimar madeira de forma ineficiente em cozinhas mal ventiladas é um factor significativo para as doenças respiratórias entre mulheres e crianças. Uma prioridade deveria ser a de introduzir fornos mais eficientes, que não só reduzissem o consumo de lenha como melhorassem as condições de saúde.

### Caixa 1.8 – A ecologia de Timor-Leste

O país possui uma topografia dramática, dominada pela cordilheira Rame-lau que se estende através do centro da ilha, desde a ponta oriental até à ponta ocidental. Indo desde as terras altas às terras baixas, o país pode ser dividido em seis zonas ecológicas: áreas montanhosas, planaltos, terras baixas húmidas (ao longo da costa sul), terras baixas áridas (ao longo da costa norte), zonas marinhas e costeiras, e zonas urbanas.

A precipitação total varia entre 1.000 milímetros e 1.500 milímetros nas terras áridas costeiras no norte, com uma estação curta de chuvas que inicia à volta de Novembro e se prolonga até Março-Abril, acompanhada normalmente por uma monção ocidental. A estação de chuvas é curta e intensa. Por exemplo, Díli pode receber até 30% da sua precipitação anual (900 mm) num só dia.

Algumas áreas do norte não vêem quase sombra de chuva e as inclinações escarpadas e as condições geológicas não facilitam a retenção ou armazenamento de água com eficácia. Durante a longa época seca, muitas áreas do norte, particularmente nas terras altas, têm frequentemente escassez de água. Indo para oriente e sul da cordilheira montanhosa central, a precipitação anual atinge 2.000 mm. A estação seca é em Maio e a estação de chuvas volta no início de Junho e dura até Agosto. Embora o modelo de precipitação seja mais favorável, os elevados custos de transporte para fornecimento de provisões e compra e venda de produtos nos mercados centrais são os principais obstáculos para o incremento da produtividade e da produção no sul.

### Caixa 1.9 – Os efeitos do El Niño

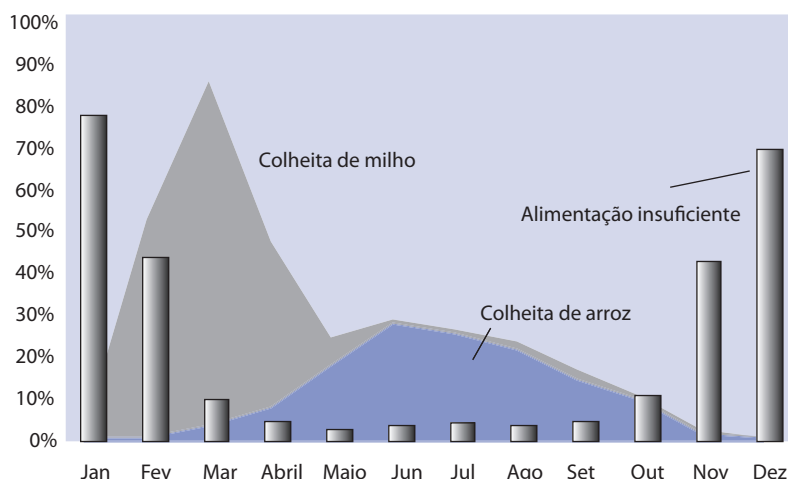
O El Niño influencia significativamente a variabilidade do clima em Timor-Leste. Nos anos do El Niño, a oscilação a sul altera a estação e o volume de precipitação. Em alguns lugares como Ainaro, Lolotoe, Lore, e Los Palos, a precipitação anual pode ser até 50% menos do que a média nos anos do El Niño. Em outros sítios, tais como Baucau e Oecussi, a precipitação anual é maior do que a média. Em todos os sítios, o El Niño causa uma redução da precipitação na época de chuvas entre Janeiro-Março, com alguns lugares a receberem apenas 25% do volume usual. Em geral, nos

anos do El Niño a precipitação atrasa cerca de dois ou três meses, com impactos adversos significativos na produção de alimentos e na segurança. No ano seguinte ao El Niño, a precipitação pode ser maior do que a média, o que pode conduzir a cheias com danos associados às culturas e infra-estruturas – especialmente estradas e pontes. Episódios recentes de secas devidas ao El Niño incluem aquelas de 1997-98 e 2002-03, sendo que as secas ocorrem sensivelmente de quatro anos em quatro anos.

Fonte: Barnett, Dessai and Jones (2003)



**Gráfico 1.8 – Segurança alimentar das famílias por mês**



As barras indicam a percentagem de sucos que informaram que a alimentação é insuficiente. As áreas indicam a percentagem de sucos que declararam uma colheita de milho ou de arroz naquele mês.

Fonte: PAP (2003)

### Segurança alimentar

Os níveis de saúde também estão comprometidos pela falta de alimentos. Muitas famílias rurais têm poucos alimentos durante os meses estereis, de Novembro a Fevereiro – o período

entre as colheitas de milho e de arroz (Gráfico 1.8) – com consequências prolongadas na nutrição, saúde e bem-estar. A necessidade de distribuir alimentos a grupos vulneráveis durante este período é igualmente um fardo para os escassos recursos do governo.

A situação é mais difícil para uns grupos do que para outros – mas especialmente para os pobres. De acordo com o Inquérito às Famílias, 69% dos pobres disseram que tinham consumido alimentos inadequados no mês anterior. A insegurança alimentar é igualmente mais pronunciada na região montanhosa do interior (FAO, 2003). Actualmente, 64% da população sentem insegurança alimentar e 30% da terra própria para a agricultura está a ser usada apenas para cultura ou em associação com a produção de gado.

A insegurança alimentar consiste, em parte, no resultado de baixos níveis de produção de alimentos – uma consequência da terra pobre e baixos níveis de tecnologia, juntamente com grandes perdas de culturas, tanto antes como depois das colheitas. Outro problema é a distribuição, já que muitos agricultores carecem de capacidade de armazenamento e têm dificuldade em fazer chegar o seu produto aos mercados. A insegurança alimentar rural é também produto de baixos rendimentos, uma vez que os habitantes rurais têm poucas fontes alternativas de emprego produtivo. Mesmo a oferta de ajudas é difícil, uma vez que o período estéril coincide substancialmente com a es-

### Caixa 1.10 – Correspondência entre os objectivos de desenvolvimento humano e os ODMs

#### Capacidades chave para o desenvolvimento humano

#### Objectivos de Desenvolvimento do Milénio correspondentes

<i>Viver uma vida longa e saudável</i>	Objectivos 4,5 e 6: reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde maternal e combater as doenças mais importantes
<i>Ser escolarizado</i>	Objectivos 2 e 3: alcançar o ensino primário universal, promover a igualdade entre os géneros (especialmente no ensino) e dar mais poderes à mulher
<i>Ter um nível de vida aceitável</i>	Objectivo 1: reduzir a pobreza e a fome
<i>Gozar de liberdade política e civil para participar na vida da sua comunidade</i>	Não um objectivo mas um objecto de finalidade global importante incluído na Declaração do Milénio
<i>Sustentabilidade ambiental</i>	Objectivo 7: assegurar a sustentabilidade ambiental
<i>Equidade – especialmente entre os géneros</i>	Objectivo 3: promover a igualdade entre os géneros e dar mais poderes à mulher
<i>Capacitar o ambiente global</i>	Objectivo 8: fortalecer parcerias entre países pobres e ricos

Fonte: Jahan (2002)

tação de chuvas.

Também não tem havido grande progresso recentemente. Em 2002-03 o desempenho da agricultura foi baixo em toda a parte. A produção total de milho, arroz e mandioca (equivalente em cereal) foi estimada em 123.000 toneladas, um declínio de 21%, devido ao atraso da queda de chuvas, a falta de sementes de milho e outros investimentos, e condições de crescimento geralmente desfavoráveis. A área mais prejudicada foi a região montanhosa acima dos 500 metros, o distrito oriental de Lautem, o enclave de Oecussi, e a ilha de Atauro. Passados dois anos consecutivos de seca, os alimentos familiares em stock esgotaram, não deixando nenhum apoio para suportar o período estéril, que tem sido consequentemente mais severo e prolongado. Para cobrir a queda da produção interna, as necessidades de importação de cereais em 2003-04 foram estimadas em 62.000 toneladas.

### Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Estes desafios ao desenvolvimento humano em Timor-Leste reflectem-se no desempenho do país face aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Adoptadas pelos líderes dos então 189 países membros das Nações Unidas na Assembleia do Milénio de Setembro de 2000, como parte da Declaração do Milénio, os ODMs abrangem oito objectivos globais, cada qual com uma ou mais metas quantitativas a prazo. Envolvem a redução da pobreza de rendimento e da fome, e melhoramentos na educação, igualdade entre os géneros, saúde, ambiente e outros aspectos do bem-estar humano, bem como parcerias globais para atingir as metas. (A lista com os objectivos e metas é fornecida no Anexo III).

A relação entre os ODMs e o desenvolvimento humano é ilustrada na Caixa 1.10. E aquela entre os ODMs e a Visão Nacional é ilustrada na Caixa 1.11. Enquanto os ODMs não mencionam explicitamente liberdades civil e política, a Declaração do Milénio sublinha, no entanto, a importância da solidariedade, tolerância, participação, democracia e direitos humanos. Além disso, existem ligações substanciais entre os ODMs e artigos chave na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No momento da Assembleia do Milénio, Timor-Leste estava a ser governado pela Ad-

ministração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET). Mas desde então, o Governo independente endossou fortemente os ODMs. O actual Presidente da República assistiu à assembleia como observador e seguindo a transmissão da responsabilidade pelo UNTAET ao Governo Nacional em Maio de 2002, Timor-Leste tornou-se o membro mais novo das Nações Unidas em Setembro de 2002 – assumindo, assim, a responsabilidade de cumprir com as diversas convenções das NU, incluindo a Declaração do Milénio e os ODMs.

Como país recentemente independente, Timor-Leste está a fazer um arranque tardio dos ODMs. A independência foi alcançada a meio caminho dos 25 anos, passados os quais os objectivos tinham de ser atingidos. O ano mais adequado seria 2001 em vez de 1990. Portanto, em vez de querer dividir a pobreza entre 1990 e 2015, Timor-Leste deveria querer reduzi-la em cerca de um terço entre 2001 e 2015. Mesmo com este ajuste,

*Como país recentemente independente, Timor-Leste está a fazer um arranque tardio dos ODMs*

#### Caixa 1.11 – Correspondência entre a Visão Nacional e os ODMs

Visão nacional para o ano de 2020	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e Declaração do Milénio
<i>Timor-Leste será uma sociedade democrática e próspera com adequada alimentação, abrigo e vestuário para todas as pessoas e com um ambiente sustentável.</i>	Objectivo 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome Objectivo 7: Assegurar a sustentabilidade ambiental
<i>As pessoas serão letradas, habilitadas, saudáveis e viverão uma vida longa e produtiva.</i>	Objectivo 2: Alcançar o ensino primário universal Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil Objectivo 5: Melhorar a saúde materna Objectivo 6: Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças
<i>Participação activamente no desenvolvimento económico, social e político, promovendo a igualdade social, nacionalismo e unidade.</i>	Objectivo 3: Promover a igualdade entre os géneros e dar mais poderes à mulher
<i>A produção e emprego aumentarão em todos os sectores.</i>	Objectivo 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome
<i>Os níveis de vida e os serviços melhorarão para todos os timorenses e o rendimento será justo e igualmente distribuído.</i>	Objectivo 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome
<i>A economia e as finanças do estado serão geridas com eficiência, transparência e livres da corrupção.</i>	Declaração do Milénio (Boa Governação)
<i>O estado basear-se-á na força da lei.</i>	Declaração do Milénio (Boa Governação)

## O objectivo é de reduzir a pobreza para 30% em 2015

Timor-Leste enfrenta um severo desafio. O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano global de 2003 colocou Timor-Leste na categoria dos 59.º países de máxima prioridade no sentido de precisar de tomar medidas urgentes para atingir os ODMs.

Todas as nações membros da ONU são solicitadas para reportar sobre o progresso e desafios encontrados ao atingir as metas do ODM nacionais, pelo menos uma vez em cada três anos e Timor-Leste apresentou o seu primeiro relatório em Fevereiro de 2004 (Caixa 1.12). Muitos dos dados do relatório do ODM estão reproduzidos no Anexo V deste relatório. Apresenta-se abaixo um breve sumário:

### *Objectivo 1 – Erradicar a extrema pobreza e a fome*

Um indicador de pobreza é a percentagem de população a viver com menos de \$1 por dia. Em Timor-Leste, em 2001, esta percentagem era de 21%.

Para atingir este objectivo, a percentagem de pobres tem de reduzir para 14% em 2015, tratando-se de uma redução de 2,73% por ano, de 2001 a 2015. Além disso, o fosso da pobreza tem de ser reduzido dos 11,9% de 2001 para 8% em 2015.

Para reduzir para metade a percentagem de pessoas que sofrem de fome, a percentagem de nutrição tem de ser aumentada e

estabilizada para menos de 5%. A produtividade da terra agrícola e o emprego rural também têm de ser incrementados.

O Governo de Timor-Leste já comprometeu um terço do seu orçamento anual para políticas em prol dos pobres.

### *Objectivo 2 – Alcançar uma educação primária universal*

Aqui o cenário é mais positivo. Este objectivo para Timor-Leste significa que em 2015 todos os rapazes e raparigas estarão matriculados na escola com a idade de 6 anos e completarão os seis anos de ensino primário de qualidade. Para alcançar isto, o rácio líquido de matrículas tem de crescer, pelo menos, 2% por ano, a percentagem de conclusão devia duplicar para mais de 90% e as percentagens de desistências e de repetição deviam descer para menos de 2% por ano. Algumas das medidas necessárias seriam:

- Aprovar e implementar a Política Nacional sobre Educação e Ensino, que coloca como prioridade o ensino básico;
- Melhorar as infra-estruturas escolares nas zonas onde o índice de matrículas é baixo;
- Erradicar as taxas escolares e substanciais;
- Criar programas de alimentação escolar e de programas de desparasitação para os alunos;
- Continuar a melhorar o conhecimento e as competências dos professores no sentido de os centrar nas crianças, melhorar os métodos de aprendizagem com base na participação;
- Reforçar o envolvimento e apoio da comunidade através da criação de associações de pais-professores para prestarem assistência na gestão da escola.

### *Objectivo 3 – Promover a igualdade entre os sexos e dar mais poder à mulher*

Dado o forte compromisso do governo, Timor-Leste deve ser capaz de alcançar a meta de eliminar a desigualdade entre os géneros em todos os níveis de ensino. Isto significa uma relação de 1:1 entre as raparigas e os rapazes no ensino primário e secundário e uma relação de 1:1 entre as mulheres alfabetizadas e os homens entre 15 e 24 anos de idade. A violência baseada no género também tem de ser abordada – assegurando a existência da Lei da Violência Doméstica, implementada e aplicada por intervenientes chave no sector da justiça, e de que os serviços chave, tais como a rede de trabalho em

#### **Caixa 1.12 – Relatório do ODM em Timor-Leste**

Como primeiro passo na preparação do primeiro relatório do ODM de Timor-Leste, o Governo de Timor-Leste e a Equipa das Nações Unidas do País organizou um workshop em Díli em Março de 2003 – para aumentar a consciencialização e melhorar a compreensão dos ODMs, ajudar a pensar cuidadosamente na situação actual e fazer corresponder as articulações entre os objectivos do PDN e os ODMs, e explorar os potenciais meios para adaptar os ODMs à situação de Timor-Leste.

Aproximadamente 200 pessoas participaram no workshop. Dentre elas, incluíram-se o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, o Primeiro Ministro e praticamente todos os ministros e secretários de estado, juntamente com oficiais de governo de nível superior e de nível médio, representantes de um vasto grupo de parceiros do desenvolvimento, organizações de so-

riedade civil e os media juntamente com agências da ONU, programas e fundos.

A seguir ao workshop, o Governo criou uma Comissão de Direcção para supervisionar a preparação do primeiro Relatório Nacional do ODM. A Comissão integra ministros chave e representantes da Equipa da ONU do País incluindo o Banco Mundial, e foi coordenada pelo Ministro do Plano e Finanças. O relatório apresentou um número de metas baseadas na adaptação das metas dos ODMs globais para o restante prazo – cerca de 12,5 anos. O Relatório foi concluído em 2003 e impresso em Fevereiro de 2004. Foi enviado à Secretaria da ONU em meados de Maio de 2004 com a promessa de trabalhar em direcção aos ODMs. O Primeiro Ministro apresentou o relatório na Sessão de Abertura da Reunião entre Timor-Leste e os Parceiros do Desenvolvimento em Díli aos 18 de Maio de 2004.



favor das vítimas de violência doméstica e assédio, sexual estão em vigor e a funcionar.

#### *Objectivo 4 – Reduzir a mortalidade infantil*

Para Timor-Leste, devia haver menos de 56 mortes por cada 1.000 nados vivos para a população com idade inferior a cinco anos. O Inquérito Demográfico e de Saúde (DHS) realizado em 2003 concluiu que no período entre 1989 e 1993 a taxa de mortalidade de crianças com idade inferior a cinco anos era de 165 por cada 1.000 nados vivos.

#### *Objectivo 5 – Melhorar a saúde materna*

Em 2015, o rácio da mortalidade materna em Timor-Leste tem de ser reduzido em 30% a partir da actual estimativa de entre 420 e 800 mortes por cada 1.000 nados vivos. A proporção de partos assistidos por técnicos de saúde qualificado devia aumentar de 19% para 60%.

#### *Objectivo 6 – Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças*

Para Timor-Leste, o objectivo nacional é o de restringir e reduzir a taxa de prevalência de HIV/SIDA, de reduzir a mortalidade devido à tuberculose em 90% e de tratar 90% de casos detectados por meio de tratamentos de curta duração sob vigilância directa (DOTS). Também é o de aumentar a cobertura e qualidade da detecção antecipada de casos de malária, providenciar o tratamento adequado e fornecer redes anti-insectos para camas para crianças com menos de cinco anos e mulheres grávidas.

#### *Objectivo 7 – Assegurar a sustentabilidade ambiental*

Para Timor-Leste, isto significa que 86% da população urbana e 75% da população rural devia ter acesso a um adequado abastecimento de água em 2015 e aproximadamente 65% da população urbana e 40% da população rural devia ter acesso a um saneamento salubre.

A proporção de área florestal devia estar a um nível razoável. O PIB por unidade de uso energético também devia ser aumentada.

#### *Objectivo 8 – Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento*

A produção e o emprego deviam aumentar em todos os sectores e as pessoas deviam poder receber cuidados de saúde e educação adequados para darem resposta às suas ne-

cessidades básicas.

Atingir este objectivo significará que a maioria dos jovens a concluir a sua educação deva ter oportunidades de integrar o emprego lucrativo.

As receitas provenientes do petróleo deviam ser usadas para melhorar as infra-estruturas sociais e gerar actividades económicas que poderiam resultar num aumento sustentado do produto interno bruto de 5% por ano, através do aumento da produtividade nos sectores agrícola, artesanal e dos serviços.

#### *Articulações entre ODMs e sectores*

Embora os ODMs estejam articulados com sectores individuais deve enfatizar-se que todos os ODMs e sectores estão inextrincavelmente interligados.

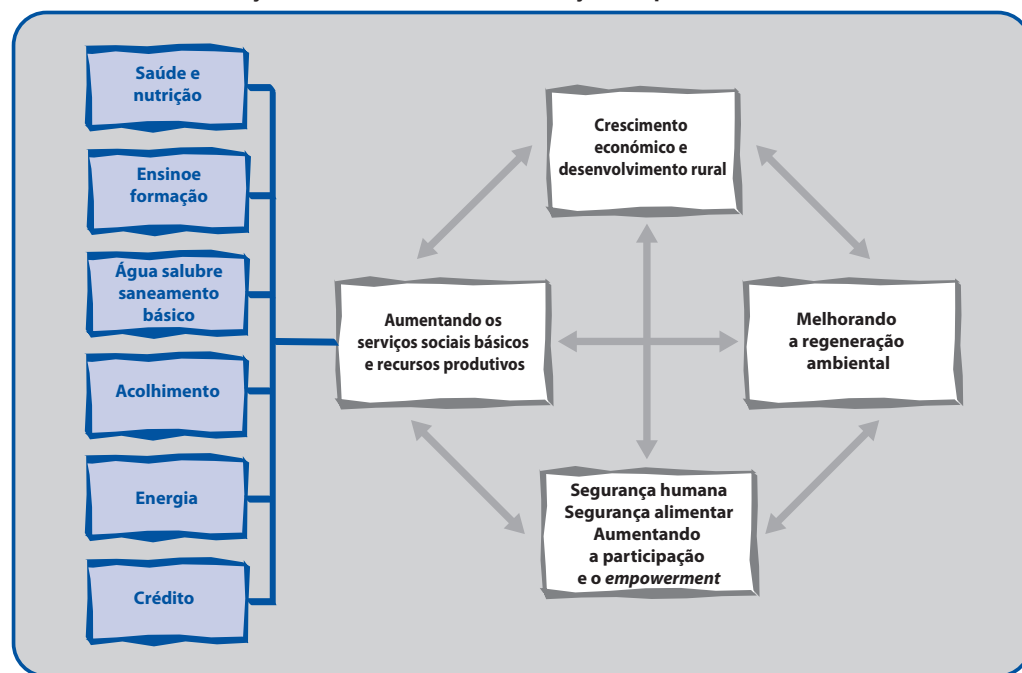
- *Pobreza e rendimento* – Reduzir os níveis de pobreza permitirá às pessoas impulsionar os seus níveis de nutrição e saúde, por exemplo, e enviar mais das suas crianças para a escola por maiores períodos.
- *Saúde* – Melhor saúde e nutrição melhorarão a capacidade das crianças para aprender na escola e tornar os trabalhadores mais produtivos. Os baixos níveis de doença também reduzirão despesas médicas.
- *Educação* – Um melhor ensino irá tornar as pessoas igualmente mais produtivas e abrirá portas à participação da comunidade e política. Em Timor-Leste existe uma forte ligação entre a falta de ensino e a pobreza.

*Igualdade entre os géneros* – Além de abranger os direitos das mulheres, a igualdade entre os géneros traz grandes benefícios à sociedade como um todo. Quando as mulheres estão numa posição mais forte, conseguem exercer uma influência benéfica no bem-estar da família. É por isso que ensinar as raparigas é um dos melhores investimentos que um país pode fazer – embora a experiência internacional sugira que as mulheres devem ter um mínimo de seis a oito anos de ensino para desenvolverem conhecimentos relativos à saúde e educação das suas crianças.

As interligações de várias dimensões da pobreza, os ODMs e o desenvolvimento humano em Timor-Leste estão ilustrados no Gráfico 1.9. O melhoramento do acesso a água salubre e ao saneamento, por exemplo, pode trazer benefícios positivos a todos os objectivos. Uma vasta percentagem da comunidade rural bebe água não salubre e é vítima de uma série de doenças transmitidas

*A pesar do Governo ter a capacidade de utilizar as receitas provenientes do petróleo para melhorar as infra-estruturas sociais a assistência internacional será necessária*

Gráfico 1.9 – Articulações entre os ODMs e a redução da pobreza



pela água, particularmente de ordem diarreica que é causa da morte de crianças. Estas doenças evitáveis sobrecarregam os recursos das pessoas e pressionam os serviços de saúde limitados.

Similarmente a pobreza, por si só, é a causa de muitos problemas de saúde – e a razão por que muitas crianças não obtêm um ensino adequado.

## Conclusão

Timor-Leste sobreviveu a séculos de colonialismo e ocupação e o povo sofreu a turbulenta transição para a independência. Politicamente é livre mas o seu povo continua a estar acorrentado à pobreza. E embora Timor-Leste tenha feito progressos no desenvolvimento humano, permanece um dos países mais pobres da Ásia Oriental.

A prioridade terá de ser o aumento do rendimento nas zonas rurais – tanto agrícolas como não-agrícolas. Como se pode lá chegar, é o que se vai tratar no próximo capítulo.

# Combatendo a pobreza rural

**A pobreza em Timor-Leste é mais severa nas zonas rurais. A tarefa principal é, portanto, a de criar uma economia rural mais dinâmica que permita aos agricultores e comunidades rurais criarem os seus próprios padrões de vida – e trabalharem com o objectivo de saírem da pobreza.**

O desafio de Timor-Leste agora é conceber e implementar programas que promovam o desenvolvimento humano e conduzam o país em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. O Governo já fixou a base para tal no seu primeiro Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) que surgiu depois de um processo de vasta consulta e foi lançado em Maio de 2002. O PDN identifica as prioridades gerais do país, tais como reduzir a pobreza e atingir um crescimento económico rápido, equitativo e sustentável que promoverá o bem-estar de todos os timorenses. Os principais desafios identificados pelo PDN estão listados na Caixa 2.1.

## A estratégia para a redução da pobreza

Um dos principais requisitos para a redução da pobreza será o crescimento económico sustentado. A redução da pobreza e o crescimento económico estão inextricavelmente ligados e deviam reforçar-se mutuamente. Por um lado, o crescimento fornece os recursos que as pessoas podem usar para saírem da pobreza e que os governos podem investir em programas anti-pobreza. Por outro lado, como as taxas de pobreza descem e os níveis de saúde e de ensino melhoram, os timorenses tornar-se-ão mais produtivos e os seus esforços virão, em contrapartida, instigar o futuro crescimento económico.

No entanto, o panorama imediato parece ser o de o crescimento económico abrandar – largamente devido à redução de pessoal da UNTAET e UNMISSET e ao declínio das operações do Fundo Fiduciário para Timor-Leste. Dentre os sectores mais prejudicados incluem-se o transporte, hotéis e construção. O PDN previu que ao crescimento negativo em 2002-03 seguir-se-iam anos de recuperação contínua. De facto, o declínio parece continuar por mais uns anos, seguido, talvez, de uma reabilitação modesta a

partir de 2005-06 em diante. Espera-se que a despesa orçamental do estado cresça em cerca de 35% em 2005-06 e a intenção é a de gastar mais nos anos seguintes. No entanto, a previsão do Governo indica que o crescimento do PIB total se manterá negativo em 2005-06. Num briefing aos Parceiros do Desenvolvimento em Agosto de 2004, o Governo indicou que o crescimento do PIB per capita em 2003-07 permanecerá negativo, a cerca de -1,4%. Devia considerar-se, contudo, que a informação sobre o PIB não é, de modo nenhum, segura e que estas projecções, que vêm do Ministério do Plano e Finanças, são mais pessimistas do que as provenientes do FMI.

Embora o crescimento seja essencial, tem de ser o tipo de crescimento certo. Se o melhoramento da actividade económica for

### Caixa 2.1 – Desafios para o Plano de Desenvolvimento Nacional

- O Plano de Desenvolvimento Nacional de Timor-Leste identifica os seguintes desafios principais:
- Ajudar os timorenses pobres a ajudarem-se a si próprios e reduzir a pobreza
  - Melhorar a posição das mulheres no alcance da igualdade entre os géneros e na atribuição de mais poderes (empowerment)
  - Melhorar a capacidade de recursos humanos no Governo, sector privado e sociedade civil para administrar e gerir o país
  - Facilitar uma transição ordenada e com custos otimizados para as novas línguas oficiais Tétum e Português
  - Transformar a produção de subsistência agrícola numa economia de mercado
  - Incrementar a produtividade em todos os sectores através da introdução de tecnologias e práticas apropriadas, reduzindo o risco e modernizando os processos de produção
  - Criar e capacitar o ambiente para o sector privado (incluindo agricultores, pescadores, pequenos, médios e grandes investidores e empresários, comerciantes e outros) para gerar emprego e crescimento económico necessário para melhorar o bem-estar das pessoas
  - Gerir as finanças públicas de um modo eficiente e pragmático, para estimular a boa governação e atrair apoio financeiro adequado através de parceiros doadores, para fornecer serviços essenciais durante os próximos três a cinco anos, até se começarem a materializar os fluxos tão importantes das receitas provenientes da exploração do petróleo e do gás no Mar de Timor
  - Desenvolver uma administração sólida e uma utilização sustentável das receitas provenientes do petróleo e do gás do Mar de Timor para beneficiar as gerações actuais e futuras dos timorenses.

*Os dois quintos da população que vivem abaixo do limiar da pobreza encontram-se entre os recursos mais valiosos do país*

acompanhado de um aumento da desigualdade, haverá poucas hipóteses de reduzir a pobreza; de facto, até pode agravá-la. O que é necessário é um “crescimento em prol dos pobres” que seja equitativo e que possa criar emprego suficiente para a crescente população activa em Timor-Leste. Também terá de ser sustentável e não deverá sobre-explorar os recursos naturais – bem como deverá basear-se em actividades que ajudem a incrementar a cultura e a identidade nacional.

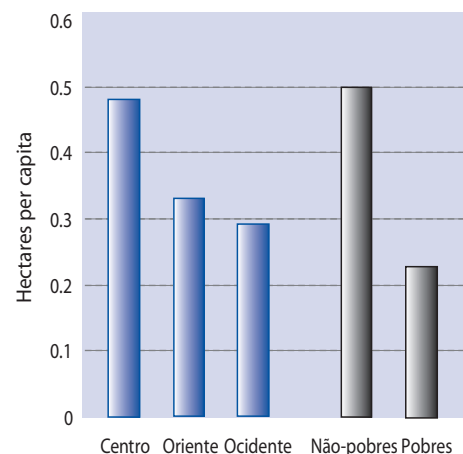
Acima de tudo, terá de se basear nas competências e trabalho dos próprios timorenses. Os agricultores, os pescadores, os comerciantes e os trabalhadores, bem como os pequenos e grandes investidores, todos terão papéis importantes a desempenhar. E mais decisivo do que isto é a participação dos dois quintos da população que vivem abaixo do limiar da pobreza. Estes encontram-se entre os recursos mais valiosos do país e os seus esforços podem ajudar Timor-Leste a acelerar o crescimento económico.

É provável que uma pequena minoria da população, contudo, possa precisar de apoio financeiro – incluindo as viúvas, por exemplo, e os incapacitados. O Governo precisará de investigar as melhores formas de ajudar as pessoas necessitadas e de assegurar que os mecanismos escolhidos são fiscalmente sustentáveis. O objectivo global seria, portanto, o de habilitar os pobres a participarem no desenvolvimento – e a colherem os frutos – protegendo, em simultâneo, aqueles que não podem nem ajudar-se a si mesmos.

As bases principais da estratégia do Governo para a redução da pobreza são:

- *Aumentar a produtividade dos pobres* – Criar um ambiente que permita gerar oportunidades económicas para os pobres, aumentar a sua produtividade e incrementar os seus rendimentos.
- *Assegurar adequados serviços sociais* – Em adição ao fornecimento dos seus próprios serviços, o Governo instigará outros a oferecerem serviços aos pobres a preços acessíveis.
- *Dar segurança* – o objectivo do Governo é o de proteger os pobres de choques e desastres alheios e, em particular, criar sistemas de segurança alimentar.
- *Promover a transferência de poderes* – Permitir aos pobres e outros grupos vulneráveis que participem e façam a gestão do desenvolvimento nas suas próprias áreas – a todos

**Gráfico 2.1 – Posse de terras per capita**



Fonte: PAP (2003)

os níveis: aldeias, sucos, postos e distritos.

Isto significa que se terá de dar mais atenção à agricultura, à criação de emprego particularmente no sector informal, aos serviços sociais e às infra-estruturas.

### **Agricultura e desenvolvimento rural**

A maioria dos pobres em Timor-Leste está ligada à agricultura, que emprega cerca de três quartos da população activa (Quadro 2.1). Mas a produtividade é baixa: a produção por trabalhador é inferior a um décimo da produção industrial e dos serviços, sendo que, como resultado, a agricultura gera apenas um quinto do PIB. Com uma previsão de 4% de crescimento real para a agricultura, é mais provável que o valor acrescentado agrícola por trabalhador permaneça inalterado durante os próximos 10 anos, a \$480<sup>1</sup> (dólares americanos). A maioria dos agricultores vive numa cultura de subsistência, empregando membros da família em pequenas parcelas de terra: a média das propriedades ronda os 1,2 hectares: apenas 5% das famílias agrícolas possuem mais de dois hectares (Gráfico 2.1). Embora a terra esteja distribuída de forma desigual, apenas algumas famílias rurais não possuem terra.

As culturas mais importantes são o milho, que cresceu em 81% das famílias, e o arroz, que cresceu em 23%. As famílias produtoras consomem cerca de dois terços das suas culturas. A maioria também faz criação de algum tipo de gado e muitas famílias agrícolas vendem galinhas, porcos e ovos para gerarem alguma fonte de rendimento

1. Ministério do Plano e Finanças numa apresentação aos Parceiros do Desenvolvimento em Agosto de 2004

em dinheiro. A maior fonte de rendimento em dinheiro, contudo, é o café, que gera um rendimento de cerca de um quarto das famílias, embora estas tendam a ser aquelas com maiores propriedades.

Algumas famílias rurais também geram rendimento com as florestas. Cerca de 35% do país é coberto por florestas e existem algumas madeiras valiosas, tais como madeira de sândalo, de teca, de kayu mera e de eucalipto. Há muito pouca informação sobre as actuais condições das florestas, embora se acredite que as florestas tenham sido sobre-exploradas. Por exemplo, a taxa de perda florestal durante 1972-1999 foi estimada em 1,1% por ano. A perda de área florestal terá implicações significativas nos rendimentos, no abastecimento de água e no equilíbrio ecológico.

As pescas também geram rendimento através de um número de diferentes estilos de actividade piscatória, que vai desde

a pesca industrial no alto mar de espécies pelágicas e que se encontram no fundo do oceano à pesca de atum e outras espécies a pouca distância da praia e à pesca em terra e de subsistência em barcos pequenos para vender peixe no mercado ou para consumo da família.

Actualmente, a agricultura e as pescas não produzem o suficiente para as necessidades locais, deixando Timor-Leste fortemente dependente de importações. Actualmente, o défice do comércio agrícola é cerca de um terço do PIB, o que indica que a natureza do comércio depende da economia.

Desde meados de 2003, as estatísticas sobre o comércio recolheram dados de acordo com o Sistema Harmonizado (SH) de codificação e o Sistema Automatizado para a Administração de Dados Alfandegários fornece gráficos de importação e de exportação directamente ao Departamento de Estatísticas ao nível do SH de seis dígitos.

*A agricultura e as pescas não produzem o suficiente para as necessidades locais*

**Quadro 2.1 – Indicadores seleccionados para a população rural por região**

	Leste	Centro	Oeste	Nacional
<b>Demografia</b>				
Famílias rurais (milhares)	45	61	33	139
Famílias de subsistência (milhares)	36	7	10	54
Média do tamanho da família	4,3	5,0	4,5	4,7
População total (milhares)	184	290	140	614
Crianças abaixo dos 15 anos (milhares)	79	142	63	284
<b>Pobreza</b>				
Pobreza à cabeça (%)	32	49	48	44
População abaixo do limiar da pobreza (milhares)	59	143	46	268
<b>Segurança alimentar</b>				
Consumo inadequado (% de população)	66	68	54	64
População (milhares)	121	197	76	394
Força de trabalho agrícola (milhares)	72	113	55	241
<b>Educação</b>				
Taxa de analfabetismo (% 15 anos e acima)	55	58	62	58
População analfabeta (milhares)	58	86	48	192
<b>Serviços básicos</b>				
Água potável (% de população)	50	48	32	45
Saneamento (% de população)	25	39	30	33
Electricidade (% de população)	16	10	9	12
<b>Agricultura</b>				
Total de terra agrícola (milhares de ha.)	61	139	41	241
Total de terra irrigada (milhares de ha.)	28	17	7	52
Terra agrícola irrigada (%)	46	13	17	22
Terra agrícola per capita (ha.)	0,33	0,48	0,29	0,39
Terra irrigada per capita (ha.)	0,15	0,06	0,05	0,08

Fonte: PAP (2003)



*Apenas 3% de agricultores tomaram iniciativas externas tais como o uso de fertilizantes, pesticidas, estrume ou variedades de sementes melhoradas*

De acordo com estas estatísticas, em 2004, Timor-Leste importou produtos no valor de \$113 milhões, enquanto os bens alimentares exportados – café – apenas consistiram no valor de \$7 milhões. Da quantia indicada, \$52 milhões dizem respeito a produtos alimentares – o equivalente a cerca de 40% da produção local. Isto inclui \$12 milhões para o arroz, \$9 milhões para o gado e produtos piscatórios e \$9 milhões para fruta, vegetais e noz. As exportações de outros produtos são insignificantes, mas incluem baunilha agrícola, madeira dura e alguns artigos artesanais. Não há exportações de ordem industrial.

A seguir à violência e destruição em 1999, a produção agrícola baixou em cerca de 50%. Subsequentemente parece ter voltado aos níveis anteriores, embora as estimativas sobre a produção diverjam consideravelmente entre as diferentes fontes, das quais são consideradas mais fiáveis o Inquérito para a Medição dos Níveis de Vida em Timor-Leste (TLSS) e o Inquérito às Famílias de Timor-Leste (Quadro 2.2). O Plano de Desenvolvimento Nacional tinha em vista o aumento subsequente da produção agrícola em 6% por ano, embora o sinal de crescimento sustentado ainda seja, de facto, fraco, largamente devido às vastas flutuações na produção.

#### *Restrições principais à agricultura*

Entre quase todas as actividades agrícolas, os resultados em Timor-Leste, por hectare e por unidade de produção, são mais baixos do que os padrões asiáticos. Adicionalmente ao clima desfavorável e solos pobres, existe

uma série de restrições ao desenvolvimento agrícola:

- *Competências dos agricultores inadequadas* – Os agricultores não têm competência para gerir, bem como lhes faltam outras competências que lhes permitam tirar partido de níveis tecnológicos mais elevados. Algumas destas falhas poderiam ser colmatadas através de aulas orientadas para uma alfabetização funcional e aritmética simples. Mas será importante para o futuro manter as crianças na escola por mais tempo. Uma pesquisa internacional sugere que a margem mínima para aumentar a produtividade agrícola é de quatro a seis anos de aprendizagem na escola – ou até mais tempo se a qualidade do ensino for baixa.

- *Falta de provisões e de maquinaria* – Poucos agricultores em Timor-Leste tomam iniciativas para incrementarem a produção. Um inquérito concluiu que apenas 3% de famílias tomaram iniciativas externas tais como o uso de fertilizantes, pesticidas, estrume ou variedades de sementes melhoradas. E poucos podem suportar a alimentação do seu gado com sementes comerciais, criando-o, ao invés, na pastagem ao ar livre e alimentando-o com forragem. Nem têm propriamente maquinaria: as centenas de tractores doados desde 1999 estão agora praticamente não funcionais, devido não só à falta de gasóleo e de peças sobresselentes como também ao uso inadequado e manutenção deficiente. O Governo e os parceiros do desenvolvimento fizeram alguns esforços no sentido de melhorarem as provisões, mas estas foram minúsculas comparadas com as necessidades. Nem o sector privado fez grande contribuição.

**Quadro 2.2 – Produção de culturas antes e depois da violência (toneladas métricas)**

	1997		Estimativa 2001 MAFP		Estimativa IANVTL 2001	
	Produção	Colheita por hectare	Produção	Colheita por hectare	Produção	Colheita por hectare
<i>Produção alimentar</i>						
Arroz	40.286	2,7	38.340	2,9	54.302	1,54
Milho	106.600	1,8	113.527	2,0	68.959	0,57
Amendoins	3.200	1,0	3.301	1,1	1.677	0,51
Rebentos de soja	1.200	0,8			821	0,39
Mandioca	66.500	4,0	68.237	4,2	55.349	0,61
Batata Doce	16.200	3,9	43.976	4,1	31.663	0,47
<i>Produção de árvores</i>						
Grão seco de café	9.700	0,2	9.491	0,405	14.984	0,52
Cocos	9.900	0,2	8.040	0,702	2.137	1,01
Cerieira	690	0,2	1.063	0,472	n.a.	n.a.
Cacau	42	0,08	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Bolbos	12	0,05	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Nota: MAFP = Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas; IANVTL = Inquérito de Avaliação dos Níveis de Vida em Timor-Leste  
Fonte: RDTL, 2003d



• *Rega limitada* – Em 2002, dos 60 maiores sistemas de rega do país, apenas 16 ficaram totalmente funcionais, 22 sofreram danos leves a moderados e os restantes sofreram danos graves (JICA, 2002). Para lidar com os efeitos das torrentes e do assoreamento, estes sistemas precisam de uma manutenção regular. Mas esta medida fica cara e teve de se basear frequentemente em fundos de cooperação para o desenvolvimento: de acordo com algumas estimativas, mais de metade da ajuda externa para o sector agrícola durante o período de 2000-03 – cerca de \$80 milhões – foi devotada à reabilitação da rega. Os sistemas de rega também sofreram durante a violência, particularmente devido à destruição das plantas de geração com que muitos agricultores contavam para bombear água para os seus sistemas de rega.

• *Falta de diversificação* – Os agricultores tendem a cultivar uma pequena margem de culturas. Isto deve-se, em parte, ao desenvolvimento deficiente das infra-estruturas e dos mercados locais. Em princípio, os agricultores podiam aumentar a produção de fruta e vegetais, mas o transporte é caro e existe sempre o risco de se estragar. A situação podia ser melhorada se houvesse mais câmaras frigoríficas e melhores condições de transporte que ajudariam a melhorar o acesso aos mercados e a tornar a produção local mais competitiva em relação aos alimentos importados. Isto também se aplicaria à pesca e aos produtos animais. No entanto, a diversificação não parece estender-se para além dos mercados locais, dado que as perspectivas de exportação são limitadas.

• *Competição no comércio internacional do café* – O café tem sido a maior exportação durante muitos anos, mas a competição internacional tornou-se cada vez mais intensa e se os agricultores em Timor-Leste tiverem de competir, terão de melhorar a qualidade e quantidade da sua produção. Actualmente, estão todavia relutantes no que respeita à reabilitação das suas plantações ou à poda adequada das suas árvores, uma vez que sabem que a produção baixará durante os primeiros anos depois da poda – o que conduzirá a uma redução temporária do rendimento que os agricultores mais pobres não podem suportar. Este problema podia ser atenuado por meio de melhores fluxos de crédito que ajudariam a aliviar os rendimentos dos agricultores, aumentar a produção a médio prazo e contribuir para o aumento da exportação.

Esta medida também podia permitir aos agricultores misturarem culturas de café com outras culturas rentáveis.

• *Falta de crédito* – O crédito também é um problema para o sector rural em geral. Antes de 1999, as agências indonésias, tais como a BULOG, costumavam conceder crédito para investimentos e aceitavam o pagamento em espécie depois da colheita. Outras fontes de crédito eram bancos, uniões cooperativas de crédito das aldeias e comerciantes. Timor-Leste, contudo, tem ainda de restaurar formas oficiais de crédito. Entretanto, de acordo com o inquérito levantado pela JICA, cerca de metade dos agricultores estão a pedir empréstimos aos comerciantes e 14% a familiares e amigos, enquanto o resto não tem fontes de crédito (JICA, 2002). Não parece provável que os pequenos agricultores ou outros empreendedores rurais consigam obter crédito por parte dos bancos comerciais. O Ministério do Desenvolvimento está, contudo, a explorar a viabilidade de ressuscitar as uniões cooperativas de crédito. E estão a fazer-se esforços para criar instituições de micro-finanças (Caixa 2.2). Mas Timor-Leste também podia tirar partido de outros modelos de crédito rural com êxito na região, talvez consultando a Associação de Crédito Agrícola Regional da Ásia do Pacífico.

*Acesso aos mercados e competitividade dos produtos locais podiam ser melhoradas se houvesse mais câmaras frigoríficas e melhores condições de transporte*

#### **Caixa 2.2 – Projecto de Desenvolvimento de Micro-finanças**

O Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) está a administrar o Projecto de Desenvolvimento de Micro-finanças com um subsídio de \$4 milhões do TFET. O projecto terminou em finais de 2004 e o seu fim era o de revitalizar e reforçar a política de micro-finanças do país e o quadro legal. Seguiu-se-lhe a criação de um instituto de micro-finanças, a Instituição de Micro-finanças de Timor-Leste (IMFTL), que é posse da Fundação para a Redução da Pobreza em Timor-Leste e tem um quadro de directores concebido pelo Governo, sociedade civil e BAD.

Em 31 de Maio de 2004, cerca de 8.220 entidades pediram empréstimos que totalizaram mais de \$2,24 milhões. Além disso, mais de 6.700 depositantes tinham aberto contas poupança com um balanço pendente de cerca de \$0,95 milhões. A taxa de pagamento consolidado é de 91% – criando rácios que se encontram dentro de níveis seguros. O total

das avaliações do IMFTL é de \$2,91 milhões e seu valor líquido é de \$1,95 milhões.

O projecto não pôde, no entanto, implementar plenamente a sua intenção de reabilitar uniões de crédito local – devido à deficiente governação da Federação da União de Crédito do país. Em vez disso, pode considerar focar o melhoramento da capacidade de o IMFTL local implementar um esquema de crédito directo para uniões de crédito e promover transacções de ramos entre eles.

Existe também uma proposta para alterar o estatuto do IMFTL, transformando-o possivelmente num banco rural, que o capacitaria para expandir consideravelmente as suas operações de poupança e empréstimo. O apoio técnico do BAD ao IMFTL vai continuar durante mais alguns anos.

*Fonte: Banco Asiático de Desenvolvimento, 2004*

- *Infra-estruturas deficientes* – A rede de estradas é razoavelmente extensa – com 1.200 km de artérias principais, 2.000 km de estradas distritais e 1.800 km de estradas terciárias. Mas cerca de 20% dos sucros estão ligados apenas por caminhos de terra difíceis de passar durante a estação das chuvas: o terreno difícil e as condições atmosféricas fazem com que haja deslizamentos na terra e na estrada e inundações, tornando os caminhos intransitáveis e o Governo entendeu ser difícil fazer a manutenção das estradas terciárias – que são vitais para o mercado. Os pobres, em particular, tendem a viver em zonas mais remotas e inacessíveis. Houve esforços para se realizarem obras nas estradas: dos 3.020 km de estradas rurais, cerca de 1.000 km foram construídos e restaurados durante o Projecto de Empowerment da Comunidade que terminou em 2003. E as comunidades deviam ser capazes de reabilitar algumas estradas rurais de acesso aos mercados ao abrigo do Primeiro e do Segundo Projecto de Reabilitação Agrícola financiados pelo TFET. Mas parece não haver outros meios formais de fazer a manutenção das estradas terciárias rurais com regularidade.

- *Elevados custos do transporte* – A falta de

estradas também contribuiu para os elevados custos do transporte. Cerca de um quarto do valor bruto da produção cultivada é comercializada, mas a maioria dos agricultores tem dificuldade em chegar aos mercados: cerca de 80% tem de ir a pé até ao centro do sub-distrito mais próximo, que, em média, dura cerca de duas horas a andar.

- *Falta de informação* – Associado ao deficiente acesso aos mercados é a falta geral de informação de mercado. Os agricultores precisam de saber onde e quando podem fazer os melhores preços para as suas culturas – e têm de saber que culturas deviam inserir para diversificar. Por sua vez, os comerciantes também têm falta de informação sobre o que os agricultores podiam produzir e, em contrapartida, apostam fortemente nas importações.

- *Elevadas perdas de culturas* – Muitos agricultores podem perder até um terço das suas culturas antes e depois da colheita. Um recente inquérito estimou que as pestes e as doenças destroem cerca de 12% do arroz e 20% do milho. Além disso, depois das colheitas, os animais roedores e outros destroem cerca de 20% do milho e 13% do arroz. O total da perda antes da colheita foi avaliado em cerca de \$10 milhões e a perda depois da colheita foi avaliada em cerca de \$9 milhões (Acharya, 2003). Estas perdas podiam ser reduzidas drasticamente se fossem aplicados métodos tradicionais mais eficazes de protecção contra os roedores, pássaros e outros animais, juntamente com métodos modernos, tais como a introdução de variedades resistentes às doenças.

- *Tecnologias de processamento agrícola ineficientes* – Timor-Leste tem relativamente poucas empresas de processamento agrícola e até estas utilizam geralmente equipamento desactualizado e ineficiente. No caso do arroz, por exemplo, a produção de moagem é de 50%, comparada com a média regional de 65%. Uma vez que 50% da produção dos moinhos contém grãos partidos, o arroz local não tende a ser competitivo com o produto importado.

- *Titularidade das terras não segura* – Actualmente muitos agricultores não possuem uma titularidade segura sobre as suas terras, podendo estar, por isso, relutantes ao investimento. O Governo está a formular leis relativas à mediação da disputa das terras, titularidade das terras e sistemas de registo, e relativas a sistemas legais e técnicos para

### Caixa 2.3 – Segundo Projecto de Pequenas Empresas

O Fundo Fiduciário para Timor-Leste está a financiar o Segundo Projecto de Pequenas Empresas com \$7,5 milhões. O objectivo é criar emprego, acelerar o crescimento económico e incrementar a competitividade das pequenas e médias empresas. O projecto apoia cinco centros de desenvolvimento de negócios em Díli, Baucau, Maliana, Oecussi e Maubisse, oferecendo diversos tipos de cursos sobre gestão básica e empreendedorismo, com a duração de um dia a três semanas. À data, mais de 1.000 empresários timorenses participaram nos cursos de formação, cerca de 70% eram homens e 30% eram mulheres. As futuras ofertas incluirão cursos sobre gestão intermédia e avançada e cursos específicos para os sectores conforme for determinado pelas necessidades dos participantes.

O projecto também apoia a construção e reabilitação de 74 mercados ao longo do país. A gestão e dinamização de cada mercado é tratada por comissões de gestão de mercado, cujos membros são escolhidos entre os vendedores – a maioria são mulheres – sendo que alguns deles participam

em formações básicas sobre assuntos, tais como arquivo e finanças, negociação de produtos, estacionamento e disposição de excedentes.

Além disso, o projecto criará uma Agência de Promoção à Exportação e ao Investimento para facilitar e promover o investimento estrangeiro, bem como promover a exportação de bens e serviços produzidos em Timor-Leste. A agência providenciará serviços e informação aos potenciais investidores, questões relevantes que o Governo tem de tratar para incrementar o ambiente de investimento, estimular as articulações entre os investimentos estrangeiros e as empresas internas; e apoiar os investidores internos assegurando o acesso aos mercados ultramarinos. Outra componente do projecto apoiará a preparação de um estudo de viabilidade para a criação de uma Zona Económica Especial, respondendo ao pedido da comunidade empresarial, o projecto irá também apoiar fóruns de Promoção ao Diálogo Governo-Área Negócios.

Fonte: Banco Mundial, Junho de 2004

compensação de terras expropriadas pelo Estado para uso comum. Serão necessários modelos participativos para tomada de decisão envolvendo os proprietários comuns para que o registo e a titularidade decorram sem problemas.

### *Emprego não-agrícola*

Muitas pessoas nas zonas rurais estão presas à pobreza, porque têm poucas oportunidades de emprego não-agrícola. As pessoas com conhecimentos de aritmética enveredam comumente por um pequeno comércio. Mas a maioria dos empregos não-agrícolas foram gerados nos últimos anos pela despesa pública para a construção de estradas e outros projectos de desenvolvimento, muitos dos quais já terminaram ou estão quase a terminar. Será difícil substituir estas fontes de rendimento mas existem algumas oportunidades – por exemplo, oferecer formação a empreendedores locais com base na experiência do Projecto de Pequenas Empresas (Caixa 2.3). É necessário um sector agrícola dinâmico que possa criar ele próprio mais oportunidades de emprego não-agrícola.

### **Abordagens potenciais ao desenvolvimento rural e agrícola**

A actual política do Governo sobre o desenvolvimento rural é confinar as suas próprias actividades para a provisão de infra-estruturas e serviços sociais, oferecendo em simultâneo alguns serviços económicos limitados. Nesta perspectiva, espera-se criar condições que permitam ao sector privado fornecer a maioria dos serviços económicos. Esta situação demarca-se de forma contrastiva da política pública durante o período da ocupação quando as agências do governo indonésio também forneciam muitos serviços económicos essenciais, tais como a concessão de iniciativas, crédito e instalações para armazenamento, processamento agrário e comercialização.

Fica em aberto a questão se esta nova estratégia vai ser eficaz, dado que o sector privado em Timor-Leste ainda se encontra numa fase embrionária. Poderia levar cerca de mais dez anos para surgirem suficientes empreendedores; entretanto, as comunidades rurais estão a ser privadas de muitos serviços essenciais – e de oportunidades para aumentar os seus rendimentos e sair da pobreza.

Mediante estas circunstâncias, o Gover-

no e os parceiros do desenvolvimento podem reconsiderar esta estratégia e ter uma abordagem mais pragmática – adoptar um papel pró-activo na provisão de serviços económicos essenciais. Existem quatro opções básicas:

1. *Desenvolver os serviços do governo* – O Governo fornecerá estes serviços durante os próximos cinco a dez anos até o sector privado estar suficientemente desenvolvido para tomar posse. Esta situação envolveria criar um número de novas agências com níveis de pessoal comensurados, em conjunto com um número significativo de consultores internacionais. Talvez esta não seja a melhor abordagem: além da despesa inevitável que envolve, há dúvidas sobre a capacidade e eficiência do pessoal do governo. Este tipo de actividade, particularmente na concessão de iniciativas e na comercialização também gera oportunidades de corrupção.

2. *Incentivar as organizações locais* – O governo e os parceiros do desenvolvimento

#### **Caixa 2.4 – Lições aprendidas a partir de um projecto de desenvolvimento rural**

A fase I do Programa de Desenvolvimento Rural de Timor-Leste-Austrália foi implementada durante 2001-2003. O relatório de realização do projecto, concluído em Fevereiro de 2004, aborda uma série de lições relevantes para futuros projectos de desenvolvimento rural. Estas incluem:

- *Processos de concepção, implementação e prazos* – Deveria ser dada estreita atenção à sequência para evitar conflitos entre o prazo requerido para processos consultivos e o imperativo para o rápido fornecimento dos investimentos do projecto aos beneficiários. Uma abordagem genuinamente flexível deveria evitar prazos prescritos e processos que mais tarde se possa ver como impraticáveis.

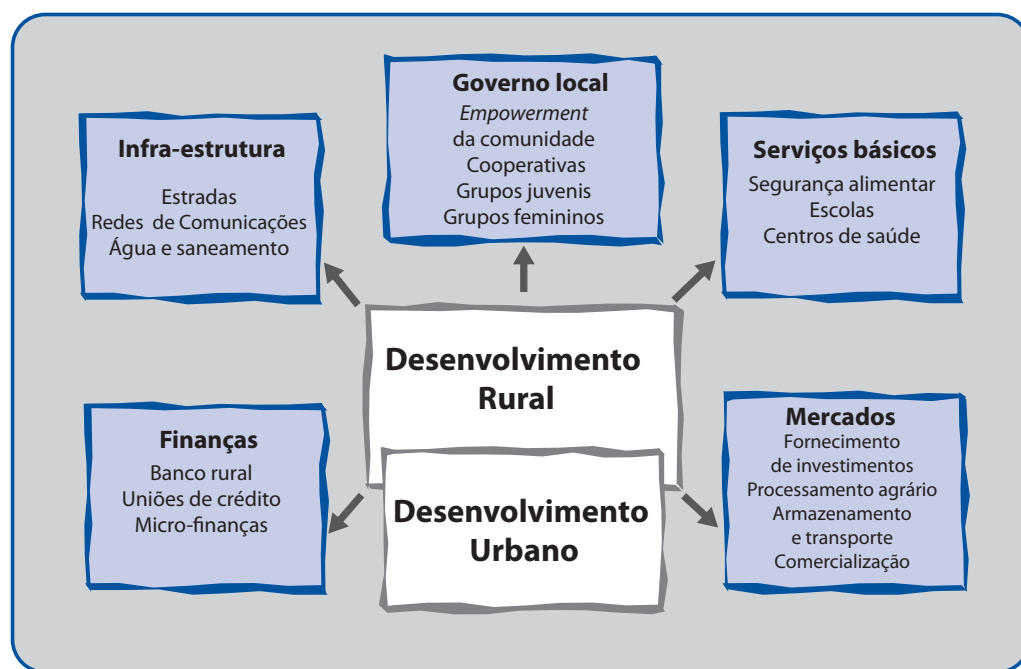
- *Consulta e participação por parte da comunidade* – Uma parte significativa de tempo é requerida para consulta para assegurar que as actividades planificadas são apropriadas e sustentáveis. Os problemas não deviam ser apenas assumidos mas têm de ser claramente identificados em consulta com os agricultores. Embora seja essencial uma liderança forte da comunidade, deve ser dada atenção às estruturas de poder das povoações, assegurando que os participantes

querem verdadeiramente fazer parte do processo em vez de se sentirem obrigados a tal. Permitir o uso de tradições culturais em Timor-Leste pode absorver tempo, dinheiro e materiais consideráveis. É sempre preferível apoiar os agricultores através de uma inovação e melhoramentos sustentáveis do que apenas uma intervenção.

- *Intervenções agrícolas* – Modernizar a agricultura nem sempre é a melhor resposta. As soluções deveriam ser primeiramente encontradas nos sistemas agrícolas tradicionais e com culturas já conhecidas pelos agricultores. Os agricultores de subsistência são compreensivelmente aversos ao risco, mas são muitos receptivos às técnicas de redução de custos e a tirar melhor partido do uso de recursos existentes, tais como o gado.

- *Desenvolvimento da capacidade* – As comunidades, as organizações baseadas nas comunidades e as ONGs têm uma capacidade extremamente limitada para implementar e monitorizar projectos. Mas é difícil formar pessoas e comunidades ao mesmo tempo e é frequentemente impossível estabelecer espaços de tempo rígidos enquanto se formam pessoas e comunidades. Fonte: AusAID, Junho de 2004.

Gráfico 2.2 – Articulações com o desenvolvimento rural



podem incentivar a criação de cooperativas, associações de agricultores e grupos de utentes. Os sistemas de rega maiores, por exemplo, requerem normalmente a criação de cooperativas locais do arroz. No entanto, esta opção precisaria de ser muito bem avaliada. A experiência com as cooperativas foi insatisfatória antes de 1999, devido ao ethos da corrupção e à dependência fomentada pelo regime de ocupação. Espera-se que a atitude de base se tenha modificado como resultado da independência, mas toda a atenção é adequada – seria igualmente importante assegurar a participação de todas as secções da sociedade, incluindo os pobres e mulheres. O Ministério do Desenvolvimento parece estar a mover-se nesta direcção ao organizar ou ressuscitar algumas cooperativas. Os projectos suportados por parceiros externos fomentaram a criação de diversas associações e grupos de utentes. O que tiver mais sucesso poderá ser reforçado e alargado.

3. *Envolver as ONGs* – Uma expansão da opção anterior seria a de reforçar as ONGs e outras organizações da sociedade civil, de modo a poderem prestar serviços. Mas uma vez que estas organizações também têm capacidades limitadas, reforçá-las exigiria empreender tempo e despesas consideráveis. E também aqui existem algumas preocupações com respeito à sua eficiência.

4. *Incentivar mais o sector privado* – O Go-

verno pode incentivar os empresários que estejam interessados em prestarem serviços, através da dedução de impostos e acesso ao crédito. Mas mesmo com estes incentivos, o sector privado pode não ter o apetite ou a capacidade necessária.

O caminho à frente de Timor-Leste basear-se-á mais provavelmente na combinação de uma ou mais das opções acima mencionadas. Ao fazer uma escolha, o Governo devia ser capaz de traçar de acordo com a experiência dos Projectos de desenvolvimento rural em Timor-Leste e outros países na região (Caixa 2.4).

#### *Ligações*

Embora o Governo tenha de agir numa série de diferentes sectores, existem ligações de importância inevitável entre eles (Gráfico 2.2). Como resultado, podem haver importantes sinergias nas zonas rurais entre os serviços económicos e os serviços sociais. Os programas de investimento sectorial (PIS) na saúde e no abastecimento de água e saneamento tiraram partido destas e traçaram estratégias e programas especiais para prestar serviços nas zonas rurais, em simultâneo com metas de ordem quantitativa com prazo limitado. Outros PIS, como, por exemplo, para a educação e para a formação, podiam beneficiar de uma abordagem similar. Ao mesmo tempo, os PIS para a agricultura, gado e recursos naturais podiam beneficiar das mesmas disciplinas.



## Uma estratégia em prol dos pobres

Timor-Leste precisa urgentemente de uma estratégia definida para o desenvolvimento rural e agrícola em prol dos pobres e para a prestação de serviços nas zonas rurais. Embora isto envolva uma integração estreita entre os diferentes sectores e actividades, seria mais fácil de gerir se fosse ordenada por grupos alvo, ou por utilidades, ou por áreas geográficas – com metas mais simples de monitorizar.

Esta situação requereria uma coordenação mais consistente com o Governo. Actualmente, a responsabilidade pelo desenvolvimento rural estende-se a um número de ministérios e agências. O Governo também precisará de coordenar e cooperar com organizações da sociedade civil, ONGs e parceiros do desenvolvimento se as zonas rurais receberem serviços sociais e económicos essenciais de um modo integrado. Contudo, esta coordenação é muitas vezes difícil e é provável que vá exigir um ajuste organizacional mais estruturado. Também requererá recursos significativos – uma questão que é abordada no capítulo seguinte.

## Conclusão e implicações na política

Os pobres em Timor-Leste dependem da agricultura, que é o recurso primário para a subsistência de cerca de 80% das famílias. Mas a produtividade na agricultura tem sido baixa e Timor-Leste não tem sido capaz de produzir suficiente alimento básico para ir de encontro às necessidades internas. Esta situação precisa de ser revertida para que os agricultores e as comunidades rurais possam criar os seus próprios padrões de vida – e conseguirem sair da pobreza.

Este caso envolveria aumentar a produção da cultura local, de produtos hortícolas e frutos tropicais. Timor-Leste também pode autopromover-se como fonte de culturas ecologicamente aceitáveis e de comércio justo, tais como as especiarias – tal como já foi demonstrado pelo sucesso do “Café de Timor”.

Algumas opções para promover o crescimento em prol dos pobres e o desenvolvimento rural são:

- **Crédito** – Criar e operacionalizar um Banco de Desenvolvimento Rural que possa conceder créditos de curto prazo. Este poderia adquirir provisões e realizar operações agrícolas para a produção de culturas e fornecer crédi-

to a PMEs. Também poderia conceder crédito a médio prazo tanto para investimentos agrícolas como não-agrícolas. Seria melhor se este banco fosse criado em cooperação com o Banco Pertanian (banco agrícola) da Malásia ou o Banco Rakyat (banco popular) na Indonésia, ambos com vasta experiência neste campo. Idealmente, tudo seria organizado através de sub-contratação com um destes bancos para fornecer apoio técnico durante vários anos.

- **Cooperativas** – Facilitar a criação e operacionalização de cooperativas de produção e comercialização de arroz e de milho para cada um dos sistemas de rega mais importantes em Maliana, Manatuto e Manufahi.
- **Ração** – Incentivar a produção de culturas que possam servir de produtos intermediários

### Caixa 2.5 – Cooperativa Café Timor

Em 1994, a USAID deu um subsídio de \$6,8 milhões à Associação Nacional Empresarial Cooperativa dos EUA (US National Cooperative Business Association) para desenvolver cooperativas de café em Timor-Leste. Em 1995, várias cooperativas envolveram-se nesta intervenção, processando e exportando café produzido por 800 famílias pequenas proprietárias. Em 1999, O projecto envolveu 15 cooperativas primárias, quatro fábricas de processamento húmido nas terras altas, e uma fábrica de processamento seco em Díli. Infelizmente, durante os problemas civis de 1999 muitas das instalações rurais do projecto e escritórios foram parcialmente destruídos.

A reabilitação começou nos inícios de 2000 e a Federação de Cooperativas Provinciais de Timor-Leste foi convertida numa plena e dinâmica Cooperativa Café Timor (CCT) de Timor-Leste. Desde fins de 2001, as infra-estruturas do projecto foram restabelecidas e o funcionamento com os timorenses foi grandemente expandido para envolver 16 cooperativas rurais primárias de café orgânico, abrangendo 493 grupos de agricultores dos distritos de Liquica, Ermera, Aileu, Ainaro e Manufahi. Durante a época de colheita, estas dinamizações empregaram mais de 2.000 pessoas e usaram mais de 100 tractores.

Uma das principais questões está a decorrer. Se os agricultores usarem o seu método tradicional de processamento seco, o preço final será de 30% a 50% mais baixo do que aquele correctamente tratado e com uma

fermentação húmida do Arabicas. Os agricultores estão muito melhor concentrando os seus esforços nas colheitas e processando o seu café com uma fermentação húmida em instalações especializadas. Actualmente a CCT possui e dinamiza duas instalações de processamento húmido que podem cobrir 300 toneladas métricas por dia.

Outras actividades incluem viveiros de plantas semeadas e porções de demonstração de plantação de café. Todos os agricultores participantes foram formados sobre técnicas de agricultura orgânica e a CCT está acreditada pela Organização internacional de Certificação de Comércio Justo (International Fairtrade Labelling Organization) – permitindo ao café do país ser etiquetado como ‘orgânico’ e vendido a um preço mais elevado. Como resultado, Timor-Leste tornou-se a única maior fonte produtora de café orgânico certificado do mundo. Além disso, a CCT desenvolveu instalações de cuidados de saúde primários para todas as famílias na sua área de intervenção; com o financiamento da USAID, estas instalações tratam actualmente 21.000 pacientes por mês gratuitamente: para diversificar a sua base económica, a CCT assumiu uma série de outras actividades económicas, cobrindo baunilha e gado e um viveiro de árvores – actividades que pretende expandir nos anos vindouros.

Fonte: USAID/NCBA, *O Projecto de Desenvolvimento e Reabilitação Económica de Timor, Díli, Junho de 2004*

*A reforma agrária devia incluir a emissão de títulos de propriedade para assegurar o direito de propriedade*

rios para outros sectores – tais como a criação de aves domésticas ou da cultura aquática.

- *Criação de aves domésticas* – Investigar potenciais produtos de aves domésticas, tais como ovos e carne de aves para consumo local e para resorts turísticos.
- *Pesca* – Através da obtenção de licença, alargar a pesca a espécies de atum no alto mar, tais como o atum albacora, o atum patudo e atum voador – quer frescos ou congelados.
- *Transporte* – Incentivar cooperativas de transporte ligando as zonas de maior produção aos principais mercados de consumo, tais como de Díli, Baucau e outros centros distritais.
- *Construção de estradas* – Incentivar cooperativas de construção e de manutenção, especialmente para a construção de estradas rurais e terciárias e para a manutenção de estradas e instalações públicas (escolas, postos de saúde e gabinete distritais e sub-distritais).
- *Indústrias relacionadas com a pesca* – Seleccionar uma na costa a norte e outra na costa a sul para o desenvolvimento de grupos de empresas que possam realizar actividades nos dois sentidos, tais como a produção de embarcações e engrenagens, gelo em flocos e caixas para comercialização.
- *Sector privado* – Incentivar o sector privado, particularmente as pequenas e médias

empresas. O Governo pode providenciar crédito e incentivos aos empresários que tenham capacidade para correr riscos no estabelecimento do seu negócio em zonas rurais – que pode incluir o fornecimento de produtos e artigos agrícolas ou a exportação de produtos agrícolas.

- *Gado* – Investir em poços e em instituições que suportem gado para fomentar a produtividade na criação de gado.
- *Ministério responsável* – Delegar responsabilidades de desenvolvimento rural e funções relacionadas ao ministério existente mais relevante.
- *Reforma agrária* – Iniciar a reforma agrária para prevenir a futura degradação de terras sobre-usadas (e mal usadas). Tal inclui a redistribuição das terras e a emissão de títulos de propriedade para assegurar o direito de propriedade e proibir o cultivo de culturas básicas nas terras mais críticas.
- *Transferência de populações* – Incentivar a transferência de populações dispersas para permitir uma provisão mais efectiva e eficiente dos serviços públicos.
- *Governança* – Apoiar as dimensões de governação do desenvolvimento rural, dentre as quais a descentralização fiscal. Aumentar substancialmente a partilha de fundos públicos dotados no orçamento central a zonas rurais para acelerar a redução da pobreza.



# Custeando os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

**Se Timor-Leste pretende reduzir a pobreza e atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, terá necessidade de reunir os recursos necessários, tanto humanos como financeiros. Estimativas actuais indicam uma falta de recursos substanciais que terá de ser suprida com ajuda externa.**

Reduzir a pobreza e alcançar os outros Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em Timor-Leste requererá um certo esforço por parte do Governo, da sociedade civil e da população como um todo. Mas, Timor-Leste não só terá de escolher a estratégia de desenvolvimento mais apropriada como terá encontrar os recursos – tanto humanos como financeiros – para estar à altura deste desafio.

É importante, por isso, ter uma noção dos custos – não só para ter uma ideia da tarefa a cumprir, mas também para iluminar caminhos de desenvolvimento alternativos. No caso da saúde, por exemplo, as estimativas de custo ajudarão a resolver a questão decisiva de melhorar a provisão nas zonas rurais organizando clínicas móveis ou aumentando o número de postos de saúde fixos; a primeira opção pode ficar mais barata; a segunda talvez oferecesse um serviço mais consistente.

Estimar os custos é, portanto, um factor essencial para toda a estratégia de desenvolvimento – e devia ser o elemento chave nas estratégias para atingir os ODMs. Mas chegar a esses custos não é fácil. Primeiro, é necessário obter uma boa informação sobre a situação actual apoiada numa série de indicadores, com uma base de comparação para traçar projecções. Em segundo lugar, requer um quadro político abrangente e detalhado com base numa total compreensão do potencial para o progresso em cada sector – seja este da saúde, educação ou infra-estruturas – juntamente com uma apreciação sobre como estes sectores interagem.

Há alguma orientação disponível através dos esforços para avaliar os custos dos ODMs a nível global. Esta é útil, mas tem

claramente uma série de limitações (Reddy e Heuty, 2004). Muitas vezes, por exemplo, calculam estimativas usando custos padrão por unidade de investimento sem considerar o número de unidades envolvidas – quando os custos por unidade variam normalmente de acordo com o número de pessoas. Também costumam calcular os custos dos objectivos individualmente, sem terem em conta como o grau de sucesso de um objectivo atingido torna mais fácil atingir outro: reduzir a pobreza, por exemplo, também permitirá às pessoas ter uma alimentação melhor e reduzir, assim, a subnutrição. E ao fomentar a nutrição, também ajudaria a melhorar o desempenho escolar.

Mais genericamente, põe-se a questão de como correlacionar os investimentos e os resultados. Como sabemos que intervenções produziram que resultados? Boa saúde, por exemplo, é um resultado de uma série de factores: desde atitudes de base pessoal a água tratada e saneamento e a ar limpo. Portanto, até que ponto é que o investimento em mais clínicas contribui para uma saúde melhor? Custear isto e os outros ODMs parece ser inevitavelmente um exercício imperfeito sem nenhuma metodologia definitiva.

Todavia, é importante tentar, nem que seja para apreciar a ordem geral de magnitude dos recursos requeridos e iluminar as discussões políticas. De forma muito geral, para o exercício ser completo devia consistir num processo de quatro passos:

1. *Projectar o crescimento económico* – Determinar que taxa de crescimento económico seria necessária para atingir o alvo da pobreza de rendimento, tendo consciência do modo como os benefícios do crescimento serão

*Estimar os custos devia ser um elemento chave nas estratégias para atingir os ODMs*

*Se o crescimento ocorrer principalmente nas zonas urbanas ou na indústria do turismo, irá beneficiar uma menor percentagem da população*

provavelmente distribuídos. Depois, estimar que recursos seriam necessários para alcançar e sustentar essa taxa de crescimento.

2. *Estimar os custos da provisão* – Juntar os custos unitários de diversos serviços, tais como os do ensino primário, cuidados básicos de saúde, água tratada e saneamento seguro – tendo em consideração os níveis de eficiência exigidos e o potencial para sinergias entre programas em diferentes sectores. Estes custos podem ser, depois, escalonados de acordo com o número provável de utentes dos serviços.

3. *Estimar os custos de uma procura real* – Atingir os objectivos não significará apenas fornecer serviços mas também incentivar as pessoas a usá-los – a beber água tratada, por exemplo, e a enviar as crianças para a escola na idade apropriada. Por este motivo, o Governo também precisará de financiar campanhas feitas pelos serviços públicos, pela sociedade civil e outros para estimular as famílias e as comunidades a fazerem o melhor uso dos serviços disponíveis.

4. *Estimar os custos de monitorização* – Também deveria providenciar-se uma monitorização constante a todos os níveis, pelo governo, sociedade civil e comunidades. Além de assegurarem a responsabilização, também poderiam sugerir oportunidades de correcções intercalares nas políticas, estratégias e programas.

A soma total destes quatro exercícios de avaliação dos custos, se realista, deveria sugerir um total geral. Seria mais o total máximo do custo potencial, dada a dificuldade de haver sinergias positivas entre os diferentes factores, mas o panorama geral podia ser ajustado com base num processo de consulta entre o Governo e a sociedade civil, com a ajuda de peritos informados e parceiros do desenvolvimento.

Este seria o processo ideal. Timor-Leste, contudo, apresenta algumas complicações distintas. A primeira é o facto de a economia ainda estar altamente adulterada. A vasta destruição em 1999 exigiu a integração massiva da ajuda externa que teve importante impacto nos preços locais. E não está claro qual será a consequência sobre a economia da redução generalizada da presença internacional e a potencial diminuição dos fluxos de ajuda.

Timor-Leste, dada a sua curta história, também tem pouca informação e reuniu

apenas alguns estudos empíricos que podem sugerir o impacto dos diferentes tipos de investimento. Como resultado, há muito pouca informação sobre as relações investimento-resultado – sobre como os investimentos planeados conduzirão ao cumprimento dos objectivos. Nem há informação suficiente sobre as normas culturais e sociais e comportamento que podem influenciar a procura de serviços como a saúde e o ensino; as pessoas responsáveis pelo planeamento precisam de conhecer a razão por que as pessoas não usam os serviços antes de decidir que nível e que tipo de serviços se deve oferecer.

Contudo, como primeiro contributo para o exercício em geral, este relatório contempla os dois primeiros passos do processo. Primeiro, estima o custo para reduzir a incidência da pobreza em um terço entre 2001 e 2015. Em seguida, contempla o custo de prestação de serviços que ajudem a cumprir os outros objectivos.

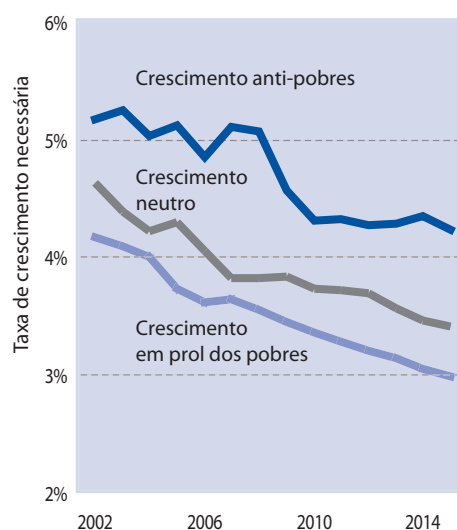
### **O custo para atingir o ODM da pobreza**

Foram feitas estimativas preliminares relativas ao que seria necessário para reduzir a pobreza em um terço em 2015 (Kakwani, 2004). Estas envolvem considerar que nível de crescimento económico seria necessário entre 2001 e 2015 para reduzir a taxa de pobreza de rendimento de 40% para cerca de 27%.

O ponto de partida é o inquérito às famílias de 2001 que mostra não só quantas pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza, mas também o quão pobres são – em que nível ficam abaixo do limiar da pobreza. A abordagem mais simples é assumir que a população de Timor-Leste não vai crescer durante o período e que o padrão de crescimento económico será neutro – ou seja, não haverá aumento nem diminuição da desigualdade. Neste caso, se o crescimento económico for de 2% anualmente, então, o rendimento de todos deverá aumentar 2% anualmente. Com base no inquérito de 2001, um modelo matemático poderia indicar como a percentagem de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza baixaria ao longo do tempo.

Contudo, o modelo consideraria, é claro, o facto de a população continuar a aumentar, portanto, os benefícios do crescimento económico teriam de ser distribuídos por maior quantidade de pessoas. As taxas de crescimento da população não estão dispo-

Gráfico 3.1 – Taxas de crescimento económico necessárias para atingir a meta do ODM



Fonte: Kakwani (2004)

níveis para Timor-Leste, mas para os efeitos deste exercício, assume-se que em 2004 a taxa tenha sido de 3,5% e que em 2015 tenha descido ininterruptamente para 2%.

Então põe-se a questão da distribuição. Isto reflecte-se no coeficiente de Gini do país, um número que pode variar de 0 (equidade perfeita) a 1 (uma pessoa apoderar-se de tudo). O valor Gini de Timor-Leste, calculado com base no inquérito às famílias de 2001, é 0,37 – um valor médio modesto para os países da região, e é provável que o rácio se mantenha inalterado em 2004. Se a futura expansão económica for em prol dos pobres e concentrada no desenvolvimento rural e no melhoramento das condições de vida de subsistência dos agricultores, então, o coeficiente de Gini deverá descer. Mas se o crescimento ocorrer principalmente nas zonas urbanas ou na indústria do turismo, irá beneficiar uma menor percentagem da população. O “crescimento anti-pobres” fará aumentar o coeficiente de Gini – que acontece normalmente quando os países se modernizam e conseguem um crescimento rápido.

O modelo aqui apresentado tem isto em conta ao considerar três cenários diferentes: o crescimento em prol do pobres, cujo coeficiente de Gini desce em 0,5% por ano; o crescimento neutro, cujo coeficiente de Gini se mantém o mesmo; e o crescimento anti-pobres, cujo coeficiente de Gini aumenta em 0,5% por ano.

Os níveis de crescimento económico exigidos para atingir o alvo do objectivo ODM

da pobreza estão indicados no Gráfico 3.1. Isto mostra que se o crescimento for neutro, e não houver alteração no coeficiente de Gini, o crescimento anual terá de rondar os 4%. Se for em prol dos pobres, será 3% a 4%. Mas se for anti-pobres, rondará os 5%. Em todos os casos, contudo, a taxa de crescimento necessária desce ao longo do período devido a um declínio gradual na taxa de crescimento da população e um incremento da eficiência do capital.

O crescimento pode ocorrer à medida que as actividades económicas são mais eficientes, mas fomentar o crescimento também exige tipicamente níveis de investimento mais elevados. Que investimento seria necessário para alcançar os níveis de crescimento necessários? Esta questão requer uma estimativa do rácio incremental capital-resultado – o valor do resultado que pode ser esperado por cada dólar adicional de capital. Para os efeitos deste exercício, assumiu-se um valor de 5 para as zonas urbanas e de 3 para as zonas rurais, dando uma média ponderada de 3,7. Combinando estes dados com as estimativas para o crescimento do PIB indicado no Gráfico 3.1, permite calcular o investimento necessário. Isto está apresentado no Quadro 3.1, sugerindo que, com base no cenário de crescimento em prol dos pobres, a média total do investimento anual, tanto público como privado, teria de ser \$48 milhões (dólares americanos); com

*No caso do crescimento em prol dos pobres, o investimento total necessário para atingir a meta da pobreza teria de ser \$48 milhões*

Quadro 3.1 – Recursos necessários para reduzir a pobreza com base em cenários de crescimento alternativos (\$ milhões)

Ano	Crescimento anti-pobres	Crescimento neutro	Crescimento em prol dos pobres
2004	71	59	56
2005	72	60	52
2006	68	57	51
2007	72	54	51
2008	71	54	50
2009	64	54	49
2010	60	52	47
2011	61	52	46
2012	60	52	45
2013	60	50	44
2014	61	49	43
2015	60	48	42
Total	780	641	576
Média	65	55	48

base no cenário de crescimento neutro, \$55 milhões; enquanto que com base no cenário de crescimento anti-pobres, a média teria de ser \$65 milhões.

Este cálculo é necessariamente sugestivo. Não admite o facto de nos três primeiros anos deste período o crescimento ser já negativo ou flat. E, claro, como em qualquer modelo, o resultado é sensível a alterações nas hipóteses subjacentes. Não obstante este facto, dá, sem dúvida, uma indicação geral aproximada.

No entanto, a diferença entre as necessidades de acordo com os três cenários sublinha a importância de seguir uma estratégia de crescimento que tenda para os pobres. Conceber esta estratégia requer uma análise pormenorizada de como os pobres podem participar no crescimento e de como os diferentes sectores da economia e grupos de pessoas interagem. Também significará saber como o facto de atingir os outros ODMs interage com o objectivo da pobreza. O rácio crescente entre o capital e o resultado, por exemplo, será influenciado pelos melhoramentos nos níveis de ensino e de saúde que podem fazer progredir a produtividade.

### Os custos para atingir os restantes ODMs

Atingir o objectivo da pobreza, devia contribuir por si só para atingir os restantes ODMs. Mas para atingir os outros objectivos também será necessário um investimento específico em sectores como a educação

e ensino, a saúde, abastecimento de água e saneamento. Neste caso, ainda se torna mais difícil chegar a um modelo previsível. A informação é escassa, e a que houver disponível tem de ser tratada com cuidado, uma vez que se baseia geralmente na breve fase transicional de Timor-Leste, cobrindo, entre outros, a reabilitação e a reconstrução, bem como novas construções. Pode não ser relevante a longo prazo. Além disso, conhece-se relativamente pouco sobre as ligações intersectoriais.

Este capítulo faz uma estimativa com base nos actuais custos unitários. Estes derivam de uma estratégia que o Governo concebeu para implementar o Plano de Desenvolvimento Nacional – o “Mapa de Acção” – ampliado pela informação apresentada nos programas de investimento sectorial relevantes. A média anual das necessidades de investimento resultante projecta-se para um período de 12 anos, que vai de 2004-05 a 2015-16.

Estas estimativas deviam ser tratadas com cuidado, uma vez que se referem aos custos dos investimentos – que se assume que seriam precisos para providenciar um serviço satisfatório em cada uma destas áreas. Não estão directamente ligadas aos resultados – os objectivos e metas. Dado que os custos se baseiam nas despesas actuais, também precisariam de ser ajustados de acordo com os aumentos nos custos resultantes da inflação, bem como potenciais reduções resultantes do aumento na eficiência ou economias

**Quadro 3.2 – Os custos para atingir o ODM da educação/ensino, saúde e abastecimento de água (\$ milhões) entre o período 2004/5 até 2015/16**

	Total	Média anual
Caso base	811	68
Com 2% de crescimento populacional	1.029	86
Com 2,5% de crescimento populacional	1.091	91
Com 3% de crescimento populacional	1.1567	96
Com descida do custo unitário de 3% por ano	563	47
Com subida do custo unitário de 3% por ano	1.157	96
2% de crescimento populacional e 3% de descida do custo unitário por ano	714	60
2,5% de crescimento populacional e 3% de descida do custo unitário por ano	757	63
2% de crescimento populacional e 3% subida do custo unitário por ano	1.457	123
2,5% de crescimento populacional e 3% subida do custo unitário por ano	1.556	130
3% de crescimento populacional e 3% de subida do custo unitário por ano	1.649	137

de escala. Os resultados são mostrados no Quadro 3.2 com base em diversos cenários de variação dos custos e de crescimento da população. Como se pode ver, os potenciais custos anuais variam bastante entre \$63 milhões e \$137 milhões por ano. Na melhor das hipóteses, com uma redução anual nos custos unitários na ordem dos 3% e uma taxa de crescimento populacional de 2.5%, a média seria de \$63 milhões por ano.

Isto pode ser comparado com os planos actuais, tal como resumido nos programas de investimento sectorial, cujas necessidades de recurso foram estimadas para o período que vai de 2004/05 a 2007/08. O Quadro 3.3 extrapola esta despesa para 2015. De facto, para as três primeiras rubricas, a média total das necessidades é similar ao exercício acima: \$68 milhões.

Com base nestes dois exercícios, tanto para a pobreza como para os três sectores, o total dos custos variaria entre \$122 milhões por ano durante os próximos 12 anos nas circunstâncias mais favoráveis e plausíveis e \$203 milhões por ano nas menos favoráveis. Dentro da margem geral de investimento nos passados três anos, os primeiros são: \$125 milhões por ano. Mesmo assim, é claramente importante fazer uma análise ainda mais precisa que explicita as diversas contrapartidas e incertezas com base em cenários alternativos e permita aos formuladores de políticas fazerem as escolhas adequadas.

### Orçamentação em prol dos pobres

Embora o investimento privado devesse desempenhar um papel importante crescente no fomento do desenvolvimento económico, durante, pelo menos, os próximos dez anos, a fonte predominante de financiamento será a despesa pública. É de facto importante que este seja feito em prol dos pobres e, até agora, parece ter sido este o caso. Tal é evidente nas prioridades da despesa para o Fundo Consolidado para Timor-Leste (CFET). O Governo fez um esforço deliberado em manter a despesa pública em prol dos pobres através do CFET, dotando cerca de 35% do total à educação/ensino e saúde. Além disso, no âmbito da dotação à educação/ensino ao abrigo do CFET, o Governo disse que cerca de 45% do total iria para o ensino primário; e no que respeita ao orçamento da saúde, o Governo manteve igualmente o seu foco nos cuidados primários e manteve a despesa para os hospitais em ou abaixo de 40%. Estes ca-

**Quadro 3.3 – Estimativas do actual investimento planeado em diferentes sectores (\$ milhões)**

Sector	Média anual	Total até 2015	Porcentagem do total
Educação/Ens.	33	395	26%
Saúde	32	383	26%
Água	3	34	2%
Agricultura	14	169	11%
Transportes	33	400	27%
Comunicações	2	25	2%
Sector privado	7	88	6%
<b>Total</b>	<b>124</b>	<b>1.493</b>	<b>100%</b>

Fonte: Programas de Investimento Sectorial

correspondem às acções acordadas no âmbito do Programa de Apoio à Transição de três anos, ao abrigo do qual 10 a 12 doadores fornecem apoio para cobrir o défice fiscal no orçamento do CFET.

Outra questão importante é a distribuição do investimento entre Díli e os distritos. A grande parte das despesas do CFET continua a ir para Díli. Apenas um terço do total da despesa pública e um quinto dos bens e serviços vão para os distritos – uma tendência significativa da despesa pública para a zona urbana (Banco Mundial, 2003b). Esta situação é compreensível, dado que, actualmente, os distritos e os níveis inferiores não têm capacidade para gerir e responsabilizar-se pelos recursos. Contudo, o Governo terá

*O Governo fez um esforço deliberado em manter a despesa pública em prol dos pobres*

### Caixa 3.1 – Mobilização de recursos para alcançar os ODMs a nível global

Embora uma grande parte dos recursos necessários para atingir as metas do ODM no desenvolvimento de países seja mobilizada dentro dos próprios países, as lacunas de recursos têm de ser supridas pela comunidade internacional. A Conferência da ONU sobre o Financiamento para o Desenvolvimento realizada em Monterrey, México, em Março de 2002, ajudou a comunidade internacional a concentrar-se nos compromissos. A um nível global, o Relatório do Painel Superior sobre o Financiamento para o Desenvolvimento deu uma estimativa aproximada de os recursos adicionais necessários para alcançar os ODMs em 2015 serem de \$50 mil milhões por ano (Nações Unidas, 2001). A estimativa do Banco Mundial para atingir os ODMs varia similarmente entre \$40 mil milhões e \$60 mil milhões por ano (Devajaran et al, 2002). Ambos os es-

tudos advertem, contudo, que estas estimativas são indicativas e precisam de ser validadas através de mais estudos pormenorizados e específicos sobre o país.

Antes da Conferência de Monterrey, seis postos do PNUD no país participaram num projecto-piloto que ajudou a estimar os custos para atingir os ODMs. Uma série de outros países também incluíram estas estimativas nos relatórios da segunda geração de ODM. Contudo, as metodologias usadas tanto no país como a nível global variam consideravelmente, demonstrando as dificuldades em conceber um método para obter quadros consistentes e exactos. Com vista nisto, o Projecto do Milénio da ONU e o Banco Mundial lançaram projecções importantes para estimar os custos para atingir os objectivos ao nível nacional.



de arranjar formas de transição dos recursos e poderes de tomada de decisão para os distritos, tanto através do envolvimento da comunidade na gestão das instalações como na participação a nível de distrito, posto e suco. Não se trata apenas de uma questão de equidade, mas também da transferência de poderes (empowerment) – capacitando as pessoas para exercerem mais responsabilidade na gestão dos seus próprios recursos.

Enquanto tem sido viável monitorizar o foco da despesa pública em prol dos pobres ao abrigo do orçamento do CFET, tem sido mais difícil avaliar o tipo de outras despesas ao abrigo do TFET, UNMISSET, UNOTIL e projectos e programas directamente financiados por doadores. Esta situação devia melhorar como resultado dos programas de investimento sectorial, que aumentará a capacidade do Governo para estabelecer prioridades para a despesa dentro e entre sectores e sub-sectores individuais.

### De onde provirão os fundos de investimento?

Ao determinar que fundos vão ser mais provável e efectivamente disponibilizados requererá primeiro uma avaliação do desempenho projectado da economia nacional – incluindo questões como taxas de produ-

tividade, inflação, poupança e investimento. Em seguida, terá de ser feita uma estimativa sobre o rendimento do governo – que será determinado pelas receitas fiscais e pela forma como estas dão resposta ao crescimento e à política fiscal. Adicionalmente, há a potencial contribuição do apoio internacional. Por fim, uma das componentes mais importantes será a receita proveniente do petróleo e do gás do Mar de Timor.

Muitas destas estimativas já foram efectuadas. Timor-Leste estabeleceu um quadro fiscal a médio prazo razoável para o CFET. O Mapa de Acção e o Registo de Apoio Externo também fornece uma indicação preliminar do orçamento de fontes combinadas a médio prazo (CSB) e identifica potenciais falhas de recursos. Os PIS também podem ser usados para apurar o investimento e outras despesas e contribuir para a integração das despesas de investimento e de outras despesas correntes no quadro do CSB – que devia ter lugar primeiro na actualização do orçamento em meados de 2004-05 nos finais de 2004, e ser totalmente realizado no orçamento para o ano fiscal de 2005-06.

As estimativas fiscais disponíveis em Maio de 2004 baseadas no orçamento preliminar para 2004-05 estão apresentadas no Quadro 3.4. O total de recursos necessários durante

**Quadro 3.4 – Orçamento de Fontes Combinadas e Necessidades de Financiamento (\$ milhões)**

	2003-04	2004-05	2005-06	2006-07	2007-08	Total
Despesa Total de Fontes Combinadas	219	245	246	248	243	983
CFET	75	75	79	82	84	320
Bilateral e multilateral	144	170	167	167	159	663
Financiamento disponível	214	195	116	108	83	503
CFET	75	75	59	81	74	290
Apoio de doadores (subsídios)	36	31	0	0	0	31
Receitas* CFET	53	41	59	81	74	256
Mudança nas reservas do CFET (- aumento)	-14	3	0	0	0	3
Bilateral and multilateral	139	120	57	27	9	213
TFET	35	24	12	1	0	37
Projectos bilaterais e multilaterais	96	89	46	25	9	169
Postos da ONU	8	7	0	0	0	7
Financiamento adicional necessário	5	50	130	141	160	480
CFET	0	0	20	1	10	30
Bilateral e multilateral	5	50	110	140	150	450

Nota: \* Excluindo *First Tranche Petroleum (FTP)*  
Fonte: RDTL, 2003j



### Quadro 3.5 – Lacuna fiscal sob diferentes cenários (\$ milhões)

	2004-05	2005-06	2006-07	2007-08	Total
Caso Central (Orçamento do ano fiscal de 2005)	0,0	-19,9	-0,5	-9,9	-30,3
Cenário "High Case"	10,7	11,2	33,4	34,7	90,0
Cenário "Low Case"	-2,8	-47,0	-44,4	-43,9	-138,1

Fonte: Banco Mundial, 2004, Documento de base para o Encontro entre os Parceiros do Desenvolvimento de Timor-Leste, 18-19 de Maio, Díli, Banco Mundial.

os quatro anos que vão de 2004-05 a 2007-08 é projectado em cerca de \$983 milhões. As receitas internas, incluindo as provenientes do Mar de Timor, cobririam mais de metade dos recursos necessários, deixando uma lacuna fiscal durante os quatro anos de cerca de \$480 milhões, ou uma média de cerca de \$120 milhões por ano.

Como é que se pode colmatar esta lacuna? O oitavo ODM sublinha que atingir os objectivos não é apenas uma responsabilidade de nacional mas também global. Timor-Leste, como outros países de baixo rendimento, devia ser, portanto, capaz de contar com o apoio dos parceiros do desenvolvimento, incluindo os doadores bilaterais, organizações internacionais, fundações públicas e privadas e ONGs internacionais.

Na Reunião dos Parceiros do Desenvolvimento em Dezembro de 2004, Timor-Leste, previu-se que haveria uma lacuna financeira de cerca de \$126 milhões durante o ano fiscal de 2005-07, e o Governo apelou aos doadores que alargassem o seu apoio ao ano fiscal de 2005-06 e seguintes. Até agora, o Governo tem esperado as receitas provenientes do petróleo e do gás. Contudo, estas estão sujeitas a grandes contingências relacionadas com potenciais variações tanto no preço como na produção, ilustradas por um cenário<sup>1</sup> "low case" com um défice de \$138 milhões e um cenário<sup>2</sup> "high case" gerando um excedente de \$90 milhões (Quadro 3.5).

Existem vários factores a contribuir para a redução da lacuna financeira. Primeiro, as receitas fiscais previstas para o petróleo e para o gás aumentaram para o ano fiscal de 2005-08, atingindo \$158 milhões, em con-

traste com os \$104 milhões no momento da actualização do orçamento em meados de 2004 – 15,5 milhões de barris de petróleo em 2004, em contraste com 12 milhões de barris, tal como previstos em Dezembro de 2003. Além disto, existe um atraso na depreciação dos activos do capital tributável e na administração da taxa melhorada, o que pode influenciar positivamente as receitas provenientes do petróleo e do gás durante os próximos quatro anos.

Em segundo lugar, o Governo fez esforços impressionantes para reduzir a lacuna financeira, aumentando a receita interna e restringindo o crescimento da despesa. Estes esforços conseguiram uma redução total do défice projectado de cerca de \$40,5 milhões. A seguir à reforma da administração dos direitos alfandegários e outros impostos internos, as previsões da receita interna foram corrigidas de \$88 milhões para \$98 milhões para o período de 2005-08. Além disso, o Governo também propôs seguir um hábito muito conservador com respeito à despesa, com o gasto proposto do CFET a totalizar \$320 milhões, comparando com os \$350 projectados na actualização do orçamento a meio do ano. Focará a consolidação e a melhoria dos serviços existentes com aumento do financiamento orientado apenas para as prioridades do PDN mais elevadas. O Banco Mundial acredita que o corte proposto no crescimento da despesa é grande e que quaisquer outras reduções nas despesas projectadas seriam prejudiciais ao desenvolvimento sustentável de Timor-Leste e teria de adiar actividades de desenvolvimento humano importantes.

De acordo com o quadro fiscal de médio prazo actualizado e estando consciente das contingências que cercam as receitas projectadas provenientes do petróleo e do gás, o Governo terá possibilidades limitadas a não ser que peça apoio financeiro adicional aos seus parceiros do desenvolvimento e agências da ONU com programas em Timor-Leste.

*O Governo reduziu a lacuna financeira, aumentando a receita interna e restringindo o crescimento da despesa*

1. O cenário "low case" baseia-se num preço internacional médio do petróleo de \$22 por barril, e os níveis de produção que são cerca de 16% mais baixos do que aqueles do cenário "base case". No cenário "low case" o défice projectado é de \$138 milhões, o que seria extremamente difícil para Timor-Leste absorver, dado que não há espaço para mais cortes nas despesas projectadas.

2. O cenário "high case" assume um preço internacional médio do petróleo de \$28 por barril e níveis de produção que são cerca de 18% mais elevados do que no cenário "base case". No cenário "high case" deixa de haver uma lacuna financeira durante o médio prazo, mas sim um excedente de \$90 milhões.

*O oitavo ODM sublinha que atingir os objectivos não é apenas uma responsabilidade nacional mas também global*

## **Conclusão**

As estimativas neste capítulo dão uma indicação aproximada dos recursos necessários para atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio de redução da pobreza em um terço em 2015. Timor-Leste terá de sustentar um crescimento médio anual do PIB na ordem dos 5% a 7%. Dadas as prováveis receitas provenientes do petróleo e do gás, isto é tecnicamente viável e financeiramente suportável, portanto, seria difícil justificar qualquer plano que não atingisse o objectivo da pobreza.

Esta situação requererá maiores níveis de investimento interno e internacional – fazendo uma média de \$48 milhões por ano. Para tal, o Governo terá de aumentar a taxa de poupança interna e atrair investimento directo estrangeiro – ambos dependerão de uma governação económica adequada e consistente.

Ao mesmo tempo, o Governo precisará de diversificar as suas fontes de receita e de afastar a economia da dependência do apoio dos doadores. Isto significará, a médio pra-

zo, aumentar as receitas fiscais e não fiscais de 12% para cerca de 25% do PNB. No que respeita à despesa, o Governo terá de restringir a despesa nos sectores que tragam poucos benefícios para os pobres, e, em particular, para as famílias rurais.

As restrições orçamentais não deviam ser citadas com base em razões como, por exemplo, atenção inadequada ao desenvolvimento humano. O fracasso no desenvolvimento humano não só nega a muitas pessoas os seus direitos básicos ele pode também criar instabilidade política, que pode, por si só, minar o crescimento económico e atrasar o desenvolvimento humano.

Atingir os objectivos não só exigirá mais recursos financeiros, mas também uma liderança empenhada e uma participação significativa dos pobres. Neste caso, também implica desenvolver fortes parcerias. O estado não pode providenciar todos os serviços; precisa de criar mais espaço para as ONGs e CBOs e para o sector privado – todos podem dar um contributo vital para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

# Trabalhando em conjunto: instituições e parcerias

**Reduzir a pobreza e atingir os ODMs em Timor-Leste não só precisará de investimento suficiente como também dependerá de um quadro íntegro de governação e de instituições sólidas.**

A pobreza está intrinsecamente ligada a uma boa governação – uma não é sustentável sem a outra. O próprio Primeiro-ministro sublinhou que “criar e dar condições às pessoas para elas próprias saírem da pobreza” é um factor distintivo de boa governação. A Declaração do Milénio também salienta a importância da “participação de todos os cidadãos”.

Timor-Leste tem estado na vanguarda da participação popular. Desde o período da resistência em diante, as suas instituições nacionais mantiveram uma parceria de trabalho com o povo – exemplo evidente disso foi o processo de consulta às massas que conduziu à Visão Nacional com vista à preparação do Plano de Desenvolvimento Nacional.

Não há, por isso, falta de resolução política no topo. O desafio será o de assegurar que o povo em todo o país tem capacidade de tirar partido destas oportunidades. Isto significa não só deixar em aberto as linhas de participação e diálogo entre o Governo e o povo, mas também formar outras alianças que incluam uma série de organizações da sociedade civil, dentre elas as ONGs, a Igreja e outros corpos religiosos, bem como o sector privado e agências bilaterais e multilaterais.

## Desenvolvimento institucional

O leito de rocha destas parcerias tem de consistir em instituições nacionais de confiança. Timor-Leste começou bem ao criar as instituições de base da administração pública, embora a maioria, incluindo o Gabinete do Presidente, o Parlamento e a Judiciária, precise de reforços nos anos vindouros. Também estão a ser desenvolvidos esforços para a criação de novas instituições, tais como o Gabinete do Provedor (Provedor de Justiça). Estes e outros corpos podem ajudar a estabelecer o quadro legal e regulador de averiguação e balanço necessários para o fun-

cionamento de uma economia de mercado aberta e uma democracia participativa.

Timor-Leste também tem um quadro institucional abrangente para promover o crescimento económico equitativo e a redução da pobreza. Do ponto de vista do planeamento, a Comissão de Planeamento, que formulou o Plano de Desenvolvimento Nacional foi agora substituída por uma pequena Direcção de Coordenação do Apoio Externo no Ministério do Plano e das Finanças. Outros ministérios e agências também foram razoavelmente eficazes na preparação dos seus Planos de Acção Anual e nos relatórios sobre o progresso através das Matrizes dos Relatórios Trimestrais. No entanto, para realizar a maior parte desta actividade, Timor-Leste obteve o apoio de consultores externos e tem um longo percurso a percorrer antes de as suas instituições públicas estarem suficientemente fortes para gerirem os vários desafios do desenvolvimento humano.

### *A necessidade de ter pessoal qualificado*

Uma das questões mais vitais será a de adquirir pessoal suficientemente qualificado para a administração pública. Partindo praticamente do nada em 2000, o serviço público tem estado a recrutar pessoal e, de modo a manter o serviço sem excedentes e eficiente, resolveu limitar o número de funcionários públicos efectivos até 17.200. Este é um objectivo admirável e, em alguns casos, produziu os resultados certos: as forças policiais e de defesa parecem ter sido providas de pessoal e de equipamento a um nível razoável. No entanto, nos restantes locais, os números são inadequados. Por exemplo, o número de trabalhadores na extensão agrícola é demasiado baixo para apoiar os agricultores e fomentar o desenvolvimento agrícola. E praticamente todos os planos de investimento sectorial do Governo sublinham a falta de pessoal qualificado nos respectivos sectores. Também

*Timor-Leste tem estado na vanguarda da participação popular*

*A Constituição de Timor-Leste dá a visão necessária de governo descentralizado. Mas o poder ainda permanece concentrado no centro*

é igualmente séria a falta de capacidade daqueles que estão empregados: a qualidade do pessoal é muito variável e a maioria precisa de formação continuada.

Algumas das competências em falta podem ser supridas através da contribuição das organizações da sociedade civil – que podem tomar a iniciativa de promover e implementar programas e conservar linhas eficientes de comunicação entre o Governo e o povo. Mas também elas têm falta de pessoal qualificado e ainda será preciso algum tempo para elas poderem ser capazes de partilhar esta tarefa. O Governo devia ser igualmente capaz de se voltar para o sector privado: o Ministério da Saúde, por exemplo, contratou entidades externas para realizarem algumas actividades, tais como a distribuição de alimentos e serviços de lavandaria. Mas as oportunidades para uma ampla contratação externa são limitadas, dado que o sector privado formal também permanece muito pequeno.

Entretanto, a prioridade tem de ser a de tirar o maior partido do pessoal do governo existente e dos consultores estrangeiros – uma questão sobre a qual muitos departamentos do governo não se debruçaram propriamente.

#### **Caixa 4.1 – O Programa de Desenvolvimento Local**

No momento, cerca de 95% de todas as despesas públicas são planeadas e geridas fora de Díli. Praticamente nenhum recurso público está disponível às comunidades locais ou à administração local. Este facto não só compromete a efectividade e eficiência da despesa pública, através de dotações de orçamento deficiente e execução tardia de orçamento ineficiente, mas também menospreza a responsabilização e apropriação local e atribui aos programas públicos frustração e desencanto.

O Governo compromete-se a descentralizar e a estabelecer um sistema de governo local, não só para permitir uma maior descentralização de serviços, mas também para criar mais espaço para uma actividade democrática local e uma melhor governação local. Para suportar estes esforços, o Ministério da Administração Estatal em colaboração com o PNUD e o Fundo de Desenvolvimento de Capital das Nações Unidas (FDCNU) para preparar e implementar um Programa de

Desenvolvimento Local (PDL) em três distritos. O primeiro distrito onde iniciou a implementação do PDL foi Bobonaro. Os outros dois distritos ainda dependem da decisão até ao final de 2005, quando forem conhecidos os primeiros resultados do PDL. Além disso, para terem um impacto directo sobre a pobreza nestes distritos, o PDL também pretende conduzir uma política descentralizada e procedimentos para financiamento, planeamento e gestão das despesas públicas locais para desenvolvimento e, ao mesmo tempo, providenciar lições práticas para dar forma à discussão política sobre o futuro estabelecimento de corpos governamentais locais.

O orçamento para o PDL para o período de 3 anos é de \$1,6 milhões, dos quais \$1 milhão irá financiar o pacote de subsídio para o Fundo de Desenvolvimento Local, e \$0,5 milhões cobrirão as actividades de criação de competências e desenvolvimento de políticas.

*Fonte: PNUD 2005*

## **Governo e instituições locais**

Atingir os ODMs requer políticas nacionais eficazes, mas a maior parte do trabalho tem de ser realizada ao nível local e, em particular, nas zonas rurais. Para ter qualquer impacto real na pobreza, Timor-Leste precisará de fomentar a produção agrícola e promover o desenvolvimento rural. O Governo tem, por isso, de desenvolver instituições locais eficazes e de criar um sistema de governo local que seja não só permanente e eficiente mas que opere também de um modo que mobilize e envolva as comunidades locais.

A Constituição de Timor-Leste dá a visão necessária de governo descentralizado. Actualmente, o país está dividido em três regiões, 13 distritos, 65 sub-distritos, 442 sucos e mais de 2.500 aldeias. Mas o poder ainda permanece concentrado no centro. Houve alguns movimentos em direcção à descentralização, mas estes tomaram largamente a forma de desconcentração: o Governo estabeleceu estruturas administrativas a nível distrital e sub-distrital e usa-as para desconcentrar a prestação de serviços, tais como serviços de saúde e de educação/ensino. Mas os responsáveis locais, em princípio, ainda têm de reportar aos seus respectivos ministérios em Díli, que disponibilizam os orçamentos e tomam as decisões chave. O Governo também pode precisar de considerar medidas mais fortes de coordenação interministerial ao nível distrital ou sub-distrital.

### *Opções para a descentralização*

O Governo tem planos de longo prazo para a descentralização e, depois da independência em Maio de 2002, organizou uma comissão interministerial para recomendar as opções mais apropriadas. Em Agosto de 2003, um grupo de trabalho técnico identificou devidamente seis alternativas e em Janeiro de 2004, com base nas visitas de estudo ao Uganda e a Cabo Verde, reduziu o número de opções para duas:

1.<sup>a</sup> *Baseada em sub-distritos* – Este caso aboliria os distritos e transformaria os sub-distritos em “municipalidades” – corpos do governo local devolvidos que controlariam os seus próprios orçamentos e pessoal e assegurariam a prestação dos serviços básicos. Os ministérios centrais organizar-se-iam eles próprios regionalmente em todo o país de acordo com os seus próprios critérios e ne-

cessidades de prestação de serviços.

2.<sup>a</sup> *Baseada em distritos* – Neste caso, seriam os distritos a assumirem as características de municipalidades. Cada um teria uma assembleia distrital, com poderes legislativos e para formular políticas dentro de áreas definidas – incluindo poderes para aprovar o plano e o orçamento distrital. O administrador distrital, que pode ser ou nomeado pelo Governo ou eleito, coordenaria e supervisionaria todo o pessoal do governo a nível distrital. Reportaria, depois, ao Governo central em Díli, mas também teria obrigações até certo ponto para com a assembleia distrital. Os sub-distritos permaneceriam, mas desempenhariam o papel de agências da administração distrital. A provisão de serviços seria, portanto, administrada ou pelo distrito ou pelo sub-distrito.

O Governo ainda tem de tomar uma decisão sobre a opção preferível.

#### *Tomada de decisões a nível de suco*

Nenhuma das opções estenderia a estrutura administrativa do Governo aos sucos. Propõe-se, em vez disso, que estes tenham o seu próprio sistema de representação e de tomada de decisões a nível local. O estudo das opções de descentralização propôs que cada suco tivesse o seu próprio conselho comunitário com membros eleitos. Esta situação permitiria à população local ajudar a identificar projectos e estimularia a iniciativas conduzidas pela comunidade que poderiam dar resposta, nos momentos adequados, aos problemas locais – e ainda a promover, em geral, sinergias entre as comunidades e os diferentes níveis de governo. O Governo encontra-se em processo de organização de eleições para os conselhos de suco e seus líderes; estas decorrerão durante um período de dois anos.

#### *As dimensões políticas*

O sucesso da prestação dos serviços públicos de acordo com as exigências locais depende não só da descentralização da administração como se tem de considerar as dimensões políticas incluindo as estruturas de poder local. Por isso, além de transferir responsabilidades e recursos verticalmente do governo central para os governos regionais e locais, o Governo precisará de fomentar redes horizontais que permitam aos governos regionais e locais interagirem com intervenientes não es-

tatais como, por exemplo, o sector privado, ONGs e sociedade civil.

Estas redes podem ajudar a mobilizar os recursos adicionais para o desenvolvimento local, emancipar a responsabilização de líderes políticos locais e responsáveis oficiais e, genericamente, reunir todos os grupos relevantes num quadro comum que incentive à inovação e conduza a níveis mais elevados de produtividade.

#### *Prestação descentralizada de serviços*

Em princípio, a descentralização devia tornar os serviços mais eficientes, permitindo que eles fossem mais ajustados às necessidades locais. Também devia aumentar a responsabilização permitindo à população local, que conhece melhor as circunstâncias locais, supervisionar os prestadores de serviços e assegurar que estes tomam as decisões mais apropriadas. Contudo, isto pressupõe que o sistema administrativo da descentralização seja eficaz e que a população tenha voz efectiva sobre as questões locais. Na prática, a experiência internacional sugere que as coisas nem sempre acontecem assim, e estudos anteriores em Timor-Leste indicam que o sistema só poderá desenvolver-se lentamente: dada a falta de pessoal e recursos, levaria dez anos ou mais para implementar a descentralização com eficácia.

Nos anos iniciais, portanto, o Governo devia debruçar-se sobre a descentralização da prestação de serviços – quer organizando a partir do centro quer estabelecendo gabinetes dos departamentos nacionais em alguns centros regionais. Desta forma, de acordo com o que os recursos permitissem e à medida que fosse havendo mais pessoal qualificado disponível, o Governo poderia transferir gradualmente a autoridade aos corpos locais (Caixa 4.1).

#### **Envolvimento da comunidade**

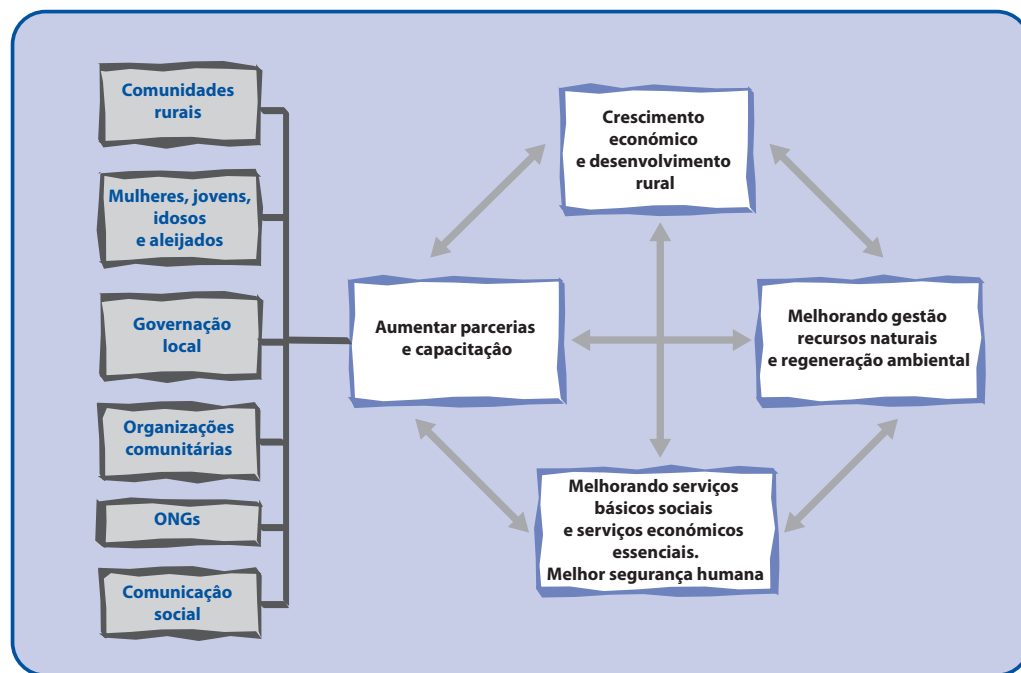
Os alicerces do desenvolvimento rural consistem no envolvimento da comunidade, que permite aos pobres, mulheres e outros grupos vulneráveis participarem activamente na tomada de decisão. As comunidades precisam de ser envolvidas em todas as fases, desde a selecção de projectos à sua implementação (Caixa 4.2). No entanto, a capacidade das comunidades é frequentemente subvalorizada e subestimada.

Os de fora concluem frequente e erradamente que as instituições da comunidade no

*O sucesso da prestação dos serviços públicos também tem de considerar as dimensões políticas incluindo as estruturas de poder local*



Gráfico 4.1 – Um quadro institucional para participação nas zonas rurais



interior não existem ou são inadequadas. De facto, Timor-Leste tem muitas estruturas rurais tradicionais que sobreviveram durante séculos sob o regime colonial ou de ocupação. Na verdade, o próprio movimento da resistência organizou-se consideravelmente com base num grupo de competências de organizações tradicionais.

Muitos projectos de desenvolvimento recentes não aproveitaram esta lição, ignorando as estruturas tradicionais, tentando, em vez disso, criar novas que provavelmente não vão sobreviver quando o projecto parar. O Projecto de Empowerment da Comunidade do TFET, por exemplo, tentou, inicialmente

tornar a liderança de suco existente e estabeleceu, por sua vez, um mecanismo paralelo para a tomada de decisão. Se na teoria isto pareceu apropriado, na prática falhou na obtenção de algum consenso relativamente às suas decisões, sendo-lhe, por isso, impossível implementá-las. Apenas quando este erro foi rectificado, envolvendo os chefes de suco e cooptando-os nos conselhos locais do projecto patrocinado, é que estes problemas foram resolvidos.

### Parcerias e alianças

O Governo reconhece que, dada a sua própria falta de recursos e capacidade, terá de procurar a ajuda e participação não só das comunidades locais, como também de uma série de diferentes intervenientes. As potenciais ligações entre estes são ilustradas no Gráfico 4.1.

Uma parceria significativa que capacite todos estes grupos precisa de ser baseada no mútuo respeito e confiança. Isto não se consegue da noite para o dia; requer tempo e um empenho constante.

Felizmente, Timor-Leste não está a partir do nada. Muitas destas ligações já existem. A luta pela libertação reuniu uma série de grupos incluindo associações baseadas na Igreja, grupos de estudantes e juvenis, organizações de mulheres e outras ONGs e organizações baseadas na comunidade. Estiveram na vanguarda da guerra e sofreram muitas vezes as consequências. Desde 1999, estes grupos continua-

#### Caixa 4.2 – O poder do voluntariado

Atingir os ODMs em Timor-Leste dependerá não só das actividades do Governo e da contribuição das ONGs e outras instituições, mas também da contribuição de milhares de voluntários. As pessoas tornam o desenvolvimento possível.

Timor-Leste tem uma base sólida de envolvimento em organizações comunitárias e actividades de voluntariado. Durante a resistência à ocupação, os activistas de uma imensa diversidade de organizações trabalharam sem compensação em direcção aos seus objectivos e perspectiva; frequentemente por iniciativa, algumas vezes por necessidade.

O voluntariado promove uma imagem positiva de si próprio e beneficia

tanto os voluntários como a sociedade – ajudar a criar confiança dentro e entre comunidades e fazer uma demonstração prática da sobrevivência dos ideais humanitários. As pessoas que trabalham em conjunto deste modo, aprendem a falar do passado, a ajustar o presente e a planear o futuro.

O Governo pode incrementar as oportunidades para o voluntariado, tomando medidas legais, reguladoras e fiscais que encorajem a participação activa dos cidadãos. As questões chave incluem o estatuto legal e os requisitos de registo das organizações de voluntariado local, mecanismos de financiamento e direitos de posse sobre recursos locais.

ram as suas actividades na construção da nação e fizeram uma série de esforços para a redução da pobreza – frequentemente com o apoio de doadores e ONGs internacionais.

De acordo com o Fórum das ONG, em Timor-Leste (FONTIL, Caixa 4.3), o país tem 402 ONGs. Estas mantêm normalmente boas relações com o Governo – um legado da administração da UNTAET quando algumas ONGs internacionais trabalhavam na reconstrução nacional e as ONGs serviam de canais para projectos e prestação de serviços. De futuro, também poderão tomar um papel mais político se focarem a sua atenção na criação de uma consciência, uma vez que pode envolver críticas ao Governo. Até agora, relativamente poucas ONGs em Timor-Leste têm tido um papel muito activo nesta área e fica por se saber como o Governo irá responder.

### ONGs internacionais

Mais de um quarto de membros da ONG de FONTIL é internacional – e existem outros que não são membros da FONTIL. Alguns dos mais conhecidos incluem a OXFAM, Visão Mundial, CARE Internacional, Caritas e Catholic Relief Services. O Quadro 4.1 apresenta uma lista das suas áreas de trabalho. Tal como este quadro indica, uma das suas principais funções é o desenvolvimento de capacidades através do ensino e da formação, estando as outras grandes áreas ligadas aos serviços de saúde e ao desenvolvimento da comunidade.

### ONGs nacionais

As ONGs nacionais estiveram activas em muitas áreas incluindo o ensino, a saúde, projectos de água e saneamento, investigação e advocacia, bem como direitos humanos e desenvolvimento. Uma série delas está afiliada na Igreja Católica – incluindo a Delegado Social, Caritas e Comissão Paz e Justiça. E também há um número de ONGs femininas incluindo a Fokupers (Fórum de Comunicação das Mulheres), ETWAVE (Mulheres de Timor-Leste Contra a Violência), REDE (Rede Feto Timor Lorosa'e), OMT (Organização das Mulheres de Timor) e GFFTL (Grupo de Jovens (Mulheres) Estudantes de Timor-Leste). Outras que são especializadas em determinados sectores incluem a Fundação para o Desenvolvimento de Projectos e da Agricultura em Timor-Leste (FPPATL), Yayasan Hak (Fundação para a Lei) e Yaya-

**Quadro 4.1 – Actividades das ONGs internacionais em Timor-Leste**

Áreas de trabalho	Número
Ensino e formação	48
Serviços de saúde	37
Desenvolvimento da comunidade, micro-crédito, artesanato e eco-turismo	34
Alimentação e agricultura	20
Lei, justiça e direitos humanos	15
Abrigo	13
Cultura e língua	10
Água salubre e saneamento	8
Informação pública e <i>media</i>	4
Edifícios e infra-estruturas	3
Total	192

Fonte: Base de dados reunida pelo Centro Internacional de Resolução de Conflitos (CICR), Universidade da Colômbia, Dili. Algumas das ONGs podem ter terminado o seu trabalho em Timor-Leste.

san Bia Hula (água e saneamento). E em conjunto com estas há um número de corpos estudantis e juvenis a oferecerem os seus serviços voluntários à extensa comunidade.

### Caixa 4.3 – O Fórum das ONG

Criado em 1998, o Fórum das ONG é a organização de protecção de cerca de 386 organizações nacionais, maioritariamente de base comunitária, e mais de 122 ONGs internacionais intervenientes em Timor-Leste. O Fórum desempenha um papel importante em coordenar e facilitar as suas necessidades a nível local, nacional e internacional.

De acordo com esta visão, o Fórum comprometeu-se com o desenvolvimento de um Timor-Leste independente, e com o estabelecimento de uma sociedade pluralística e democrática, com o compromisso forte de defender com responsabilidade os direitos humanos, para assegurar que qualquer membro da sociedade goza de liberdade e de desenvolvimento. Para tornar esta visão real, o Fórum esforça-se por promover uma cultura de mútua aprendizagem, cooperação e parceria com comunidades, bem como o respeito pelos direitos humanos, a prática da democracia, o princípio do não-partidarismo no âmbito das ONGs, e serviços colectivos baseados nos princípios e valores da humanidade, justiça e democracia.

O Fórum é constituído por quatro divisões – empowerment, advocacia,

tecnologia de informação, e uma divisão interna que supervisiona a administração e finanças. A divisão de empowerment gere um programa de abrangência distrital que permite às ONGs baseadas por distrito comunicarem e coordenarem as suas visões e programas. Também emprega um coordenador de formação para disponibilizar formação aos seus membros. Além disso, a divisão opera um programa de recolha e disseminação de informação para dar apoio ao fluxo bilateral da informação.

A divisão de advocacia ajuda a organizar e a coordenar grupos de advocacia regional para obter iniciativas por parte de organizações fora de Dili. Esta divisão, em consulta com os membros, identificou, fora das suas actividades regulares, três áreas principais para concentração em 2004. Estas focam a terra e os direitos de propriedade, o Tratado GAP de Timor (Timor Gap Treaty) definindo as Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste e a Austrália e as questões circundantes, e a criação de um Tribunal Internacional para aplicação da justiça em resultado da ocupação.

Fonte: O Fórum ONG, Dili

## A maioria dos empréstimos de micro-finanças destinava-se ao comércio

### Cooperativas

As cooperativas têm um lugar importante na herança de Timor-Leste. O artigo 138.º da Constituição refere-se ao sector cooperativo como uma forma importante de organização económica. E o Plano de Desenvolvimento Nacional diz que o país “devia estabelecer e reforçar instituições sociais formais, tais como cooperativas, associações de poupanças e de empréstimos e grupos de comercialização” e sublinha ainda a necessidade de “estabelecer e/ou reforçar as cooperativas de mulheres.”

As zonas rurais têm uma série de organizações similares. As famílias que vivem da agricultura de subsistência têm uma cultura de cooperação através de uma rede de organizações de agricultores que lhes permitem tirarem partido das economias de escala ao comprarem produtos agrícolas de investimento e ao venderem os excedentes: o inquérito aos sucos de 2001 informou que 58% dos sucos tinha associações de agricultores, 11% associações de utentes de água,

8% organizações de gado, 18% grupos de pescadores e 4% organizações de comerciantes. Uma das maiores é a Cooperativa Café Timor (Caixa 2.5, página 35).

### Bancos e crédito

Timor-Leste não tem serviços bancários comerciais rurais. O Governo precisa de desenvolver urgentemente um quadro flexível e capaz de regulamentar para organizações financeiras, bancos formais ou entidades de micro-crédito que proporcionem incentivos a credores e protecção aos mutuários pobres. Também podia fornecer aos agricultores e outros empreendedores rurais formação adequada e informação sobre as diferentes fontes de crédito.

Outro recurso importante para a redução da pobreza consiste nas micro-finanças. Nos últimos quatro anos, foi iniciada uma série de programas, oferecendo pequenos empréstimos a micro-empresas em diferentes áreas, a maioria respeitante ao comércio. A maior parte beneficiou de um financiamento externo. Os doadores bilaterais e as ONGs iniciaram alguns esquemas, mas dentre os maiores existe a Fundação de Micro-Finanças administrada pelo BAD e a componente de crédito do Projecto de Empowerment da Comunidade administrado pelo Banco Mundial – ambos financiados pelo TFET. Alguns esquemas de micro-finanças fracassaram, porque o negócio que financiavam não podia competir com a competição estrangeira, mas, em geral, aqueles que correram bem têm sido usados para o micro-comércio. Um exemplo de operação de micro-finanças em Timor-Leste vem apresentado na Caixa 2.2, na página 29.

### Os órgãos de comunicação social

A Constituição garante a liberdade de expressão e desde o estabelecimento da democracia, os órgãos de comunicação de Timor-Leste prosperaram. O meio mais acessível é a rádio, da qual cerca de 60% das pessoas são ouvintes (Caixa 4.4). Cerca de 30% têm acesso a jornais e 23% a revistas e newsletters (Fundação da Ásia, 2001). Embora apenas cerca de 8% das pessoas viva em lares que têm o seu próprio televisor, mais de um quinto da população – em Díli e sucos em redor – tem acesso à única estação de TV nacional, Televisão de Timor-Leste.

Predominam como línguas de comunicação o Tétum e o Bahasa Indonésio: entre

#### Caixa 4.4 – A posição da rádio em Timor-Leste

A rádio é o maior canal de comunicação da informação em Timor-Leste. O Inquérito Nacional sobre o Conhecimento dos Cidadãos (National Survey of Citizen Knowledge – 2002) conduzido pela Fundação da Ásia (Asia Foundation) revela que 42% da população ouve rádio todo o dia, 13% entre três a quatro dias por semana, e 8% de um a dois dias por semana, cujo total é de cerca de 63%.

Os serviços de rádio são fornecidos pelo aparelho emissor de serviço público, Rádio Timor-Leste, e por estações de rádio locais, comunitárias. A Rádio Timor-Leste está estabelecida em Díli, e tem 12 transmissores pelo país fora e desempenha um papel importante no desenvolvimento da democracia, no diálogo e reconciliação nacional, e na informação sobre a saúde, educação, agricultura e outros sectores. Cerca de 75% dos que ouvem rádio nomeiam a Rádio Timor-Leste como sendo a que ouvem mais. Todas as avaliações da Rádio Timor-Leste foram recebidas pela UNTAET e pelos doadores, tais como a RTP/RDP (Portugal), USAID, JICA, Cooperação Suíça para o Desenvolvimento (Swiss Development Cooperation), e algumas agências da ONU. De acordo com um estudo de

engenharia levado a cabo pela TV da Nova Zelândia, as torres de transmissão precisam de urgente reabilitação.

Existem 18 estações de rádios locais não lucrativas a transmitir às comunidades locais através de Timor-Leste. Antes de 1999 havia apenas uma – Rádio Timor Kmanek em Díli, mas desde 1999 outras 16 estações de rádio comunitárias de posse e operação local começaram a operar. Estas foram criadas com a ajuda de uma série de organismos de ajuda e todas as estações funcionam a energia solar ou eólica. Oito das estações receberam fundos do Programa de Empowerment da Comunidade e têm quadros culturais dos media ao nível de distrito, ou Kliburs, para supervisionar a sua gestão.

Além disso, a rede internacional de emissores Cristãos criou uma estação de rádio em Díli – Voz FM. Ainda existem quatro estações que retransmitem sinais de emissores estrangeiros: uma estação em Díli e uma em Baucau retransmitem RDP (Portugal), uma estação em Díli retransmite JJJ da ABC (Austrália), e uma retransmite a estação Perth ABC (Austrália).

Fontes: Fundação da Ásia (2001) e RTDL (2004)

76% e 99% da audiência consegue perceber estas línguas, sendo que o Português ocupa o terceiro lugar (18%-23%) e o Inglês o último (4%-6%).

Os órgãos de comunicação desempenham claramente um papel crucial na democracia ainda em fase embrionária, não só actuando como fontes de informação e educação pública em áreas como a agricultura, saúde e saneamento, mas também servindo de cães de guarda que podem expor a corrupção e os direitos humanos e outros abusos.

## **Desenvolvimento da capacidade**

Todas estas instituições nacionais desempenharão um papel importante no desenvolvimento do futuro de Timor-Leste. Mas partilham uma fraqueza comum – a falta de pessoal qualificado. Uma das prioridades mais urgentes em Timor-Leste é, por isso, a de aumentar os níveis de ensino do país, de qualificação e de capacidade – quer nos serviços públicos, nas ONGs, na sociedade civil ou no sector privado – através de um processo dinâmico de desenvolvimento que dê resposta às necessidades mais urgentes. O Plano de Desenvolvimento Nacional reconhece-o e o desenvolvimento de capacidades e a formação são o principal foco de um determinado número de programas seus.

### *O sector público*

A falta de capacidade no sector público é largamente um legado do período de ocupação. Durante esse tempo, os indonésios ocupavam a maioria dos cargos de gestão seniores e médios, bem como os lugares no gabinete de gestão e de administração. Também havia muito poucos timorenses que ocupavam lugares em que desempenhavam essas funções, mas estes deixaram o país em 1999 e não voltaram.

Como resultado, apenas alguns do quadro actual de funcionários públicos têm a formação ou experiência necessária. A maioria apenas tem diplomas de liceu, e os poucos que possuem uma educação universitária têm normalmente habilitações em cadeiras de arte geral; apenas um pequeno grupo tem formação especializada em instituições de reputação. Isto significa que Timor-Leste está gravemente desprovido de pessoas com competências básicas nas áreas de gestão, administração, contabilidade e finanças, e possui igualmente quantidade insuficiente de especialistas em áreas importantes, tais

como o desenvolvimento curricular, ciências da saúde, engenharia e direito.

Adquirir uma base de suporte em algumas das competências mais comuns exigirá a realização de cursos e programas de seis meses a dois anos ou mais – e mesmo estes precisarão de ser alargados à formação no trabalho. Sem esta formação, será difícil para os funcionários públicos sustentarem serviços eficazes.

O actual sistema de desenvolvimento de capacidades não é, de facto, adequado às necessidades do país. Em algumas centenas de casos abrangeu o facto de timorenses tirarem partido de bolsas de estudo no estrangeiro. Apesar de isto poder proporcionar uma formação especializada valiosa, torna-se muito caro e poderá apenas beneficiar um pequeno número de pessoas. Há ainda o risco de estes estudantes não voltarem.

Mas mesmo o desenvolvimento de capacidades teve as suas limitações. Este caso envolveu genericamente a colocação de consultores e aconselhadores internacionais nas agências do governo durante períodos que iam de algumas semanas a dois anos para aconselhar e apoiar o pessoal chave e dar-lhes formação no trabalho. Esta formação “de um para um” e esta abordagem de transmissão de competências apenas conseguiram obter resultados modestos. O problema é que a correlação entre a consultoria e a implementação se tornou confusa e os conselheiros frequentemente passaram parte desproporcionada do seu tempo a desempenharem funções de correlação. Foram igualmente de extrema inconstância tanto do ponto de vista qualitativo como de competência; apenas alguns foram bons a transmitir informação sobre as competências aos seus homólogos. Em resposta a isto, o Governo pondera uma nova abordagem à criação de capacidades com formação mais intencional “de um para muitos”.

Isto faz parte do processo do Governo em desenvolver uma estratégia de médio e longo prazo para o desenvolvimento de capacidades no sector público. A responsabilidade em geral sobre tudo isto recai na Unidade de Coordenação do Desenvolvimento de Capacidades no Gabinete do Primeiro-Ministro. Mas mesmo esta unidade precisa, ela própria, de mais apoio e assistência técnica para poder executar adequadamente as suas funções. O desenvolvimento de capacidades é uma prioridade em quase todas

*Apenas alguns funcionários públicos do quadro actual têm a formação ou experiência necessária. A maioria apenas tem diplomas de liceu*



as actividades do governo: os programas de investimento sectorial também se debruçam sobre o desenvolvimento de capacidades: o PIS para a administração pública, por exemplo, foca especificamente as necessidades do funcionalismo público.

### *O sector privado e a sociedade civil*

As fraquezas do governo reflectem-se no sector privado e na sociedade civil. Até agora, houve algumas iniciativas para criar capacidades no sector privado – através dos projectos de Pequenas Empresas e Micro-Finanças. Mas há uma série de intervenções para apoiar as organizações da sociedade civil através das actividades de diversos ministérios do governo. As agências bilaterais, as Agências da ONU incluindo o PNUD e as ONGs internacionais têm estado envolvidos no desenvolvimento de capacidades. De facto, a maioria da prestação de serviços e dos projectos de desenvolvimento da comunidade têm componentes significativas de reforço de capacidades. A criação de um Mecanismo de Elevado Nível para supervisionar a implementação do Plano de Desenvolvimento Nacional também devia ajudar. No entanto, o Governo pode considerar, adicionalmente, uma estratégia de desenvolvimento de capacidades mais intencional para todos estes intervenientes, dado que os seus níveis de competência e habilidade pesarão fortemente no sucesso do desenvolvimento rural.

### *Conservação e utilização das capacidades*

Até agora, foi dada muita atenção ao desenvolvimento de capacidades, e, talvez, não se tenha dado atenção suficiente à conservação e utilização das capacidades. As pessoas não só precisam de desenvolver as suas competências, mas também de ter oportunidade de as aplicarem e aperfeiçoarem. O Governo precisará de dar toda a atenção ao ambiente de trabalho dos funcionários públicos – in-

cluindo oportunidades de promoção, estruturas de incentivo e factores culturais para assegurar que o pessoal se mantém motivado para aplicar e desenvolver as suas competências. Isto devia fazer parte da criação de um serviço público adequado e eficaz livre da influência política, e que promova a estabilidade do trabalho, satisfação e segurança e siga princípios como o recrutamento baseado no mérito, promoção baseada no desempenho e se mantenha livre da influência política. O Estatuto do Funcionalismo Público, aprovado pelo Parlamento em Abril de 2004, incorpora muitos destes elementos.

### **Conclusão**

Timor-Leste sobreviveu a um período traumático da sua história. O seu povo mostrou uma capacidade de resiliência e de determinação extraordinária em manter o seu destino nas suas próprias mãos. Agora, encontra-se no processo de formatação desse destino, tomando muitas decisões vitais que determinarão o curso do país nas décadas vindouras.

Sendo assim, Timor-Leste devia ser capaz de contar com o apoio de muitos dos seus amigos além-mar, quer em termos de formas de cooperação eficazes para o desenvolvimento ou obtendo autorização para o justo acesso aos seus próprios recursos naturais. Mas a maioria das batalhas terá de ser travada perto de casa, dado que os timorenses estão num processo difícil de transição de uma sociedade dominada e adulterada pelas forças externas para uma sociedade baseada nas tradições sociais e realidades económicas do próprio país. Têm a sua visão de para onde querem ir, da nação que eles pretendem que seja. Mas ter consciência dessa visão será uma tarefa árdua e longa e existem à sua frente muitas decisões dolorosas que terão de ser tomadas.



# Uma agenda anti-pobreza

**Timor-Leste tem feito um progresso muito lento e permanece um dos países mais pobres da Ásia Oriental. O seu povo tem níveis de saúde baixos – com grandes níveis de fertilidade e de mortalidade. E com um nível de ensino muito reduzido, os timorenses estão genericamente subempregados e dependem tipicamente da agricultura de subsistência para sobreviverem. Qualquer estratégia credível para reduzir a pobreza em Timor-Leste tem de reconhecer este cenário tão triste.**

Os capítulos anteriores abordaram os desafios de Timor-Leste de forma directa e apresentaram diversos grupos de implicações políticas e recomendações. Quais destes deveriam ter prioridade? Como pode Timor-Leste melhor fomentar o desenvolvimento humano e reduzir a pobreza de forma efectiva e sustentável?

As lições aprendidas em muitos países de baixo rendimento mostram que o progresso rápido e politicamente sustentável na redução da pobreza pode apenas ser conseguido no seguimento de uma estratégia que contém dois elementos igualmente importantes.

O primeiro é o de fomentar o grau de capacidade dos pobres – fornecendo serviços básicos sociais, incluindo os relativos aos cuidados de saúde primários, educação/ensino, planeamento familiar e nutrição. O segundo é o de capacitar os pobres a fazerem uso do seu mais basto bem – o seu trabalho – focando a atenção na agricultura e no desenvolvimento rural, bem como oferecendo os incentivos de mercado necessários, incrementando, ao mesmo tempo, as instituições sociais e políticas, as infra-estruturas e a tecnologia.

Contudo, como os recursos são limitados, as políticas e os programas precisam de ser rigorosamente seleccionados. Para tal, as decisões sobre as prioridades sectoriais deviam basear-se em dois critérios chave. Primeiro, são em prol dos pobres? Segundo, ajudam as pessoas a ajudarem-se a si próprias – capacitando os pobres, famílias e comunidades a melhorarem as suas condições sociais e económicas?

## Reforçando as capacidades humanas

Assegurar que os benefícios do desenvolvimento são distribuídos de forma vasta e justa

significará oferecer a todos o acesso a serviços de ensino básico, saúde e nutrição. Além de conceder ao povo os seus direitos básicos, esta situação também ajudará a fomentar a sua produtividade e, portanto, estimulará o crescimento económico. O fundo fiduciário proveniente do petróleo terá, por isso, de ser usado para apoiar estes serviços – através de programas selectivos e relevantes que conduzam a resultados tangíveis e aumente as capacidades da geração seguinte.

### *Ensino básico para todos*

Poucas crianças em Timor-Leste frequentam o ensino de forma adequada – em média, passam apenas quatro anos na escola. Se o país quiser passar para um nível mais elevado de desenvolvimento precisa de implementar um ensino básico compulsório para todos. Tal significa assegurar que a aprendizagem é gratuita, ou pelo menos financeiramente acessível, e que o país tem suficientes professores de elevada qualidade – e, também, que os alunos e os professores trabalham em edifícios escolares decentes e com equipamento adequado.

E se os adultos tiverem de recuperar anos escolares perdidos, devem ser capazes de tirar partido de sistemas de ensino e de formação inovadores e baratos. As mulheres devem receber atenção especial, dado que quanto mais aprenderem e adquirirem conhecimentos, melhor poderão contribuir com o seu potencial e tomar conta das crianças.

São precisos esforços especiais para cumprir com os direitos daqueles que moram nas montanhas e em zonas rurais isoladas, tanto para as crianças como para os adultos. De tudo isto, a maior responsabilidade recai sobre o Governo que também terá de trabalhar de perto com as comunidades locais e os líderes religiosos.

*Se o país quiser passar para um nível mais elevado de desenvolvimento precisa de implementar um ensino básico compulsório para todos*

*Tanto o desenvolvimento agrícola como o aumento de emprego não-agrícola requererão uma melhor infra-estrutura rural*

*Saúde*

Uma das consequências mais persistentes da pobreza é uma saúde deficiente – em particular, das crianças: cerca de 90 por cada 1.000 crianças em Timor-Leste morrem antes de completarem o seu primeiro aniversário. Como resultado, os pais sentem que devem ter o máximo de crianças possível para assegurar que pelo menos algumas sobrevivem, sendo, por isso, as taxas de fertilidade elevadas.

Melhorar o desempenho da saúde requererá uma acção em diversas frentes – em particular, melhores cuidados de saúde públicos, em conjunto com o acesso melhorado a água tratada e saneamento. Também será preciso dar atenção especial à saúde reprodutiva com serviços de planeamento familiar amplamente disponíveis e a uma melhor saúde materna através da provisão de cuidados pré-natais e pós-natais.

*Nutrição e segurança alimentar*

A insegurança alimentar e a pobreza estão a conduzir a elevados níveis de subnutrição infantil. Esta falta de calorias e de proteínas suficientes não só nega às crianças o seu direito a um desenvolvimento saudável, como também reduz a sua capacidade mental e atrasa a sua aprendizagem na escola. Abordar a subnutrição infantil significará acompanhar de perto o progresso das crianças desde os primeiros dias da sua vida, monitorizando o seu peso para detectar quando o crescimento estiver a estagnar, permitindo dar às mães os conselhos necessários.

Adicionalmente, as crianças com idade inferior aos cinco anos deviam ser sujeitas a programas de alimentação – que podem ser baseados em alimentos nutritivos cultivados localmente para fomentar a produção e os rendimentos locais.

Para criar uma consciência pública e assegurar a autonomia local sobre a segurança alimentar e os programas de nutrição, o Governo terá de cooperar com muitos parceiros – incluindo organizações femininas locais, organizações baseadas na comunidade e ONGs locais.

**Alargando as oportunidades e providenciando emprego decente**

A melhor forma de os pobres saírem da pobreza – e manterem-se fora da pobreza – é terem suficientes oportunidades de emprego

decente e de serem capazes de gerar os seus próprios bens. Com quase três quartos de população activa dependente da agricultura e da pesca de subsistência, esta situação significa, na sua essência, fomentar o desenvolvimento agrícola e rural.

*Aumentando a produtividade agrícola*

Quando as pessoas, nas zonas rurais, se tornam mais produtivas, não aumentam os seus rendimentos, como também podem começar a criar novos negócios e novos empregos. Como resultado, é menos provável que emigrem para as zonas urbanas à procura de trabalho. As oportunidades de investimento, aqui, incluem a intensificação agrícola através da subvenção de iniciativas de integração de variedades de culturas altamente rentáveis apropriadas, fertilizantes e pesticidas, bem como de expansão de redes de irrigação e de ajuda aos agricultores no sentido de diversificarem culturas que possam aumentar os preços e aumentem o potencial de exportação.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da agricultura também devia criar mais emprego não-agrícola nas zonas rurais. Isto envolverá actividades agro-comerciais de pequena escala – incluindo cooperativas – bem como diferentes tipos de indústria caseira, comércio, transporte e serviços pessoais.

**Melhorando a infra-estrutura rural**

Tanto o desenvolvimento agrícola como o aumento de emprego não-agrícola requererão uma melhor infra-estrutura rural, em particular, redes de estradas e de irrigação, juntamente com instalações de água tratada e saneamento. À medida que se for melhorando as perspectivas de longo prazo dos pobres rurais, tanto a nível económico como de saúde, também se irá criando imediatamente postos de trabalho. As obras públicas em geral, tais como a construção de estradas asfaltadas e pontes provisórias e o melhoramento dos sistemas de esgoto, podem abrir postos de trabalho temporários e providenciar rendimento para os necessitados e desempregados. Dependendo dos recursos disponíveis, estas actividades podem basear-se no “trabalho por dinheiro” ou “trabalho por comida”. De acordo com a demonstração internacional (OIT, 2000), os programas de infra-estruturas que precisam de mão-de-obra intensiva são entre 10% e 30% menos dispendiosos daqueles que precisam de mais

equipamento, criando cinco vezes mais emprego para o mesmo investimento – e podem reduzir para metade a necessidade de transacções internacionais.

### **Uma agenda anti-pobreza**

Em suma, uma agenda anti-pobreza devia concentrar-se em fornecer benefícios de-

monstrativos aos pobres, desenvolvendo as suas capacidades, fomentando os seus rendimentos e eliminando as restrições que impedem o seu progresso.

O sucesso sustentado para esta agenda, contudo, dependeria de um forte empenho político e apoio público continuado.

---

# Bibliografia

- Acharya, S. S. 2003. *Agricultural Development for Poverty Reduction in East Timor*. Dili, UNDP and ILO.
- AFP Lusa, 2005, "Dengue epidemic kills more than 40 in Timor-Leste", 30 March 2005
- Asia Foundation, 2001, *East Timor National Survey of Voter Knowledge* (Preliminary Findings), Dili, May 2001.
- Asia Foundation, 2002, *Timor Lorosa'e National Survey of Citizen Knowledge*, Dili, May 2002.
- Asian Development Bank, 2001, *The Survey of Sucos in Timor Lorosa'e – Summary of Initial Results and Implications for Poverty Reduction*, Dili, August 2001.
- Barnett, J., Dessai, S. and Jones, R. 2003. *Climate Change in Timor-Leste: Science, Impacts, Policy and Planning*. Melbourne, University of Melbourne and CSIRO, December.
- Bourguignon, F. 2001. *The Pace of Economic Growth and Poverty Reduction* LACEA. Montevideo, Uruguay.
- Bruns B., Mingat A. and Rakotomalala R. 2003. *Achieving UPE by 2015: A Chance for Every Child*. Washington D.C., The World Bank, August.
- Devarajan S., Miller M.J. and Swanson E. V. 2002. *Goals for Development: History, Prospects and Costs*, World Bank Policy Research Working Paper 2819.
- Development Committee. 2003. *Support Sound Policies with Adequate and Appropriate Financing*, September.
- Fan, S. and Hazell, P. 1999. *Linkages between Government Spending, Growth and Poverty in Rural India*. Research Report 110. International Food Policy Research Institute (IFPRI).
- FAO. 2003. *Special Report, FAO/WFP Crop and Food Supply Assessment Mission to Timor-Leste*. Italy, Rome, June.
- House, W. J. 2001. *A Study of the Potential Contribution of the Micro and Small Enterprise (Informal) Sector to the Economic Development of Timor Loro Sa'e (East Timor)*. Project TIM/01/014. Dili, United Nations Development Programme and International Labour Organization.
- IMF. 2003. *Democratic Republic of Timor-Leste: Selected Issues and Technical Appendix*. Country Report No. 03/228, Dili, International Monetary Fund, July.
- Jahan, S. 2002. *Human Rights and MDGs*. Keynote Paper at the International Policy Dialogue on Human Rights and Developing Countries.
- JICA and Ministry of Agriculture, Forests and Fisheries, 2002, *Study on Integrated Agricultural Development of East Timor: Development Plan Report*, prepared by Sanyu Consultants, Dili, 2002.
- Kakwani, N., 2004, *Cost of reducing income poverty to half between 1990 and 2015 in Timor-Leste*. Dili, United Nations Development Programme.
- Kakwani, N. and Pernia, E. M. 2000. *Pro-Poor Growth and Income Inequality*, draft, Asian Development Bank.
- McKinley T. 2003. *The Macroeconomics of Poverty Reduction. Initial Findings of the UNDP Asia-Pacific Regional Program*. New York, United Nations Development Programme (mimeo).
- Millennium Project. 2004. *Millennium Development Goals Needs Assessments: Country Case Studies: Bangladesh, Cambodia, Ghana, Tanzania and Uganda*. Working Paper, 16 January.
- Ministry of Education, Youth, Culture, and Sports and Secretary of Labour and Solidarity, 2004, *Education and Training Priorities and Proposed Sector Investment Program*, September 2004 (unpublished)
- Moxane, B. 2004. *The World Bank's land of kiosks: Community-driven development in East Timor*, Dili, Timor-Leste International and Local Media Monitoring, February.
- PAP. 2003. *Timor-Leste: Poverty in a New Nation: Analysis for Action*. Report of the Poverty Assessment Project – a partnership between the Government of Timor-Leste, the Asian Development Bank, the World Bank, Japan International Coordination Agency, United Nations Development Programme, United Nations Children's Fund, and the United Nations Mission Support in East Timor.
- Ravallion M. and Datt G. 1999. *When is Growth Pro-Poor? Evidence from the diverse experiences of India's States*. Washing-

- ton, D.C., The World Bank (mimeographed).
- RDTL and UNCT. 2004. *Timor-Leste: Millennium Development Goals Report*. Dili, República Democrática de Timor-Leste and the United Nations Country Team.
- RDTL. 2002. *East Timor 2020: Our Nation, our Future*. Dili, Planning Commission, April.
- RDTL. 2003a. *Agriculture, Forestry and Fisheries: Priorities and Proposed Sector Investment Program*. Dili, Ministry of Agriculture, Forest and Fisheries, November.
- RDTL. 2003b. *Education and Training: Priorities and Proposed Sector Investment Program*. Dili, Ministry of Education, Youth, Culture and Sports, Secretary of State for Labour and Solidarity and Ministry of Agriculture, Forestry and Fisheries, November.
- RDTL. 2003c. *Inter-Ministerial Report: Timor-Leste Agriculture and Livestock Sector Investment Program*. Dili.
- RDTL. 2003d. *National Development Plan*. Dili, Planning Commission.
- RDTL. 2003e. *Natural Resources and the Environment: Priorities and Proposed Sector Investment Program*. Dili, Ministry of Agriculture, Forestry and Fisheries, Ministry of Development and Environment and Ministry of Transport, Communications and Public Works, November.
- RDTL. 2003f. *Power Sector: Priorities and Proposed Sector Investment Program*. Dili, Ministry of Transport, Communications and Public Works, November.
- RDTL. 2003g. *Private Sector Development: Priorities and Proposed Sector Investment Program*. Dili, Ministry of Development and Environment, Ministry of Agriculture, Forestry and Fisheries, Ministry of Transport, Communications and Public Works, Ministry of Planning and Finance, Ministry of Justice, Secretariat of Trade and Industry, Secretariat of Labour and Solidarity, Banking and Payments Authority and Timor Sea Office, November.
- RDTL. 2003h. *Timor-Leste: Ita Iha Nebe Ona Ohin Loron*. Dili, Governo da República Democrática de Timor-Leste, February.
- RDTL. 2003i. *Transport Sector: Priorities and Proposed Sector Investment Program*. Dili, Ministry of Transport, Communications and Public Works, November.
- RDTL. 2003j. "The Democratic Republic of Timor-Leste Combined Sources of Budget 2003-04. Budget Paper No. 1". Dili, Ministry of Planning and Finance.
- RDTL 2003k. Background Paper for the Timor-Leste and Development Partners Meeting (TLDPM), Dili, 3-5 June 2003.
- RDTL 2003l *The Road Map for the Implementation of NDP Programmes*, Dili, April 2003.
- RDTL 2004. *Communication: Priorities and Proposed Sector Investment Programme*. Ministry of Transport, Communications and Public Works, 2004, Dili, May 2004.
- RDTL 2005. *Millenium Development Goals. Where are we now?*
- Reddy, S. and Heuty, A. 2004. *Achieving the Millennium Development Goals: a Review and a Strategy*, April. Available at: [www.hsph.harvard.edu/hcpds/calendar\\_presentation.htm](http://www.hsph.harvard.edu/hcpds/calendar_presentation.htm).
- Timmer, P. 2001. "Food Policy in East Timor: Linking Agriculture, Economic Growth and Poverty Alleviation to achieve Food Security" in Hal Hill and João Saldanha, (eds.) in *East Timor Development Challenges for World's Newest Nation*. Canberra, Asia Pacific Press, pp. 99-109.
- Turnbull, P. 2003. *Review and Action Plan for the Statistical System in Timor-Leste*. Final Report. Pacific Financial Technical Assistance Centre, September.
- UNDP and NORAD, 2002, *Assessing Environmental Needs and Priorities in Timor-Leste*. Dili, United Nations Development Programme.
- UNDP. 2002. *Financing the Development Goals: An Analysis of Tanzania, Cameroon, Malawi, Uganda, and the Philippines*. March.
- UNDP. 2002. *East Timor National Human Development Report 2002: Ukun Rasik A'an, The Way Ahead*. Dili, United Nations Development Programme.
- UNDP, 2002, *Facilitating Community Development: Participatory Potential Assessment – East Timor*, Dili, 2002.
- UNDP. 2003. *Human Development Report 2003: Millennium Development Goals: A compact among nations to end human poverty*. New York, Oxford University Press.
- UNDP 2005. *Human Development Report 2005. International cooperation at a cross-*



- roads: Aid, trade and security in an unequal world.* New York, Oxford University Press.
- UNDP. Nd. *Human Development Report Tool Kit for National and Regional HDR Teams: Practical Guidelines, Examples and Resources for Achieving Excellence in HDRs.* New York, Human Development Report Office.
- UNESCAP and UNDP. 2003. *Promoting the Millennium Development Goals in Asia and the Pacific.* New York, UNESCAP and UNDP.
- UNICEF. 2003. *Multiple Indicator Cluster Survey (MICS-2002) Timor-Leste.* Dili, UNICEF, May.
- United Nations Development Group. 2003. *Country Reporting on the Millennium Development Goals – Second Guidance Note,* October.
- United Nations. 2001. *Report of the High Level Panel on Financing for Development (Zedillo Report).* Technical Report.
- United Nations. 2001. *Road Map: Towards the Implementation of the United Nations Millennium Declaration.* A/56/326.
- United Nations. 2002. *Report of the International Conference on Financing for Development.* Monterrey, Mexico, 18-22 March 2002”. A/CONF. 198/11.
- Vandemoortele, J. and Roy R. 2004. *Making Sense of MDG Costing.* New York, UNDP, March (mimeo).
- Vandemoortele, J. 2003. “The MDGs and Pro-Poor Policies: can external partners make a difference?” United Nations Development Group (mimeographed).
- World Bank. 2002. *East Timor Policy Challenges for a New Nation.* Washington, D.C.
- World Bank. 2003. *Progress Report and Critical Next Steps in Scaling Up Education for All, Health, HIV/AIDS, Water and Sanitation.* Dili.
- World Bank, 2003a, *Timor-Leste – Education: The Way Forward,* Dili, October 2003.
- World Bank, 2003b, *Draft Public Expenditure Review,* December 2003
- World Health Organization, 2004, *Demographic Health Survey,* 2004 (unpublished)

# Processo de preparação deste relatório

O Segundo Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano – RNDH 2006 é o resultado de um processo consultivo, que teve início na segunda metade do ano de 2003. O processo arrancou com a realização de um Workshop de Brainstorming sobre o RNDH 2006, realizado nos dias 6 e 7 de Agosto de 2003, que permitiu que todas as partes interessadas do Governo (incluindo alguns Ministros chave), da sociedade civil e da Equipa Nacional da ONU (incluindo o Banco Mundial) pudessem discutir e acordar os aspectos centrais do Relatório. Os participantes no Workshop concordaram que a redução da pobreza nas suas múltiplas dimensões deveria constituir a preocupação central do Relatório. Como a pobreza em Timor-Leste é predominantemente rural, entenderam que se deviam concentrar no desenvolvimento rural como meio principal para reduzir a pobreza no país.

A comissão de direcção constituída para supervisionar a preparação do primeiro Relatório Nacional dos ODM foi alargado de forma a incluir o Banco Asiático de Desenvolvimento, representantes de doadores bilaterais e membros da sociedade civil timorense, e tem como principal tarefa supervisionar a preparação do RNDH 2006. A comissão, por seu turno, constituiu um grupo de trabalho que representa todos os membros da comissão de direcção e cujo vice-presidente é o Ministro da Saúde, Rui Maria Araújo (suplente: Abel Ximenes, Vice-Ministro de

Desenvolvimento e Ambiente), e o Vice-Representante Residente do PNUD, Haoliang Xu (suplente: Elisabeth Huybens, Administradora Nacional do Banco Mundial), para conduzir a preparação deste relatório.

O Grupo de Trabalho reuniu-se no dia 16 de Outubro de 2003 e incumbiu o Secretariado da tarefa de preparar os termos de referência para os redactores locais. Uma breve exposição dos custos do Objectivo 1 dos ODMs (reduzir a incidência de pobreza de rendimento para metade) foi apresentada ao grupo de trabalho em Novembro de 2003. O grupo reuniu-se novamente em Dezembro de 2003 para finalizar a orientação do RNDH 2006, e reafirmou que a principal preocupação deveria centrar-se na revitalização da economia e sociedade rurais de forma a atingir os ODMs. Profissionais timorenses sob a direcção de sectores de ministérios e secretarias prepararam os documentos de base. Reuniram-se estes documentos e preparou-se uma versão preliminar, discutida num seminário do Grupo de Trabalho e outras partes interessadas no dia 22 de Março de 2004. Os participantes reiteraram a necessidade de colocar o desenvolvimento rural em primeiro plano no Relatório. Uma versão revista do Relatório foi apresentada ao grupo de trabalho o seu feedback foi incorporado no relatório final. Assim, a preparação do RNDH 2006 seguiu um processo participativo.

# Conceitos

**Desenvolvimento humano** – Processo de ampliação do leque de opções das pessoas e o seu nível de bem-estar. As opções mudam ao longo dos tempos e variam em cada sociedade, de acordo com o seu nível de desenvolvimento. As três opções essenciais das pessoas, qualquer que seja o sítio onde se encontrem, são (i) levar uma vida longa e saudável, (ii) adquirir conhecimentos e (iii) ter acesso aos meios necessários para um nível médio de vida aceitável. Outras opções altamente valorizadas por muitas pessoas incluem a liberdade política, económica e social, ter oportunidades para se ser criativo e produtivo, gozar de respeito próprio e dos direitos humanos garantidos.

**Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Baseia-se em três indicadores: longevidade, calculada pela esperança de vida à nascença, escolaridade, calculada através da combinação da alfabetização de adultos (dois terços do total) com a combinação da taxa bruta de matrículas nos ensinos primário, secundário e terciário (um terço do total); e o nível de vida, o qual é calculado através do PIB em termos reais *per capita* expresso na paridade de poder de compra.

**Esperança de vida** – Número de anos que um recém-nascido viveria se as taxas de mortalidade à data do nascimento prevalessem as mesmas ao longo da vida da criança.

**Taxa de alfabetização de adultos** – Percentagem de pessoas com idade superior a 15 anos que conseguem ler e escrever um pequeno texto sobre as suas vidas quotidianas, compreendendo o conteúdo.

**Taxas de matrículas** – Baseiam-se no ciclo escolar de referência e na faixa etária referencial para cada ciclo. A *taxa bruta de matrículas no ensino primário* é o número total de crianças (independentemente da sua idade) a frequentar a escola primária expressa como percentagem do número total de crianças em idade escolar para a primária (dos 6 aos 10 anos). A *taxa líquida de matrículas no ensino primário* é o número total de alunos em idade escolar para a primária a frequentar a escola expressa como percentagem do número total de alunos em idade escolar para a primária. A diferença entre a taxa bruta

de matrículas e a taxa líquida de matrículas pode ser usada como indicador da proporção de alunos acima da idade em determinado ciclo. As faixas etárias relevantes para o ensino pré-secundário e secundário são dos 11 aos 13 anos e dos 14 aos 17 anos.

A *taxa de matrículas no ensino terciário* é calculada através da divisão do número de estudantes matriculados em todas as instituições pós-secundárias e universidades pela população da faixa etária dos 20 aos 24 anos. Também são incluídos os estudantes que frequentam escolas profissionais, ensino para adultos e outros programas. A UNESCO adoptou a faixa etária dos 20 aos 24 como denominador uma vez que representa a média da faixa etária no ensino terciário, embora existam pessoas acima e abaixo deste grupo etário matriculadas em instituições de ensino terciário.

**Produto Interno Bruto (PIB)** – a produção total de bens e serviços para uso final produzidos por uma economia, quer por residentes quer por não residentes, independentemente da afectação para satisfazer solicitações internas ou externas. Não inclui deduções para depreciação de capital físico ou esgotamento e degradação dos recursos naturais, cuja referência parte mais do produto bruto do que do líquido.

**Paridade do Poder de Compra (PPC)** – O Programa Internacional de Comparação (PIC) das Nações Unidas desenvolveu medidas do PIB numa escala comparável a nível internacional, através de paridades do poder de compra em vez de taxas de câmbio como factores de conversão. O PIC define o poder de compra da moeda de um país como o número de unidades dessa moeda necessárias para adquirir o conjunto representativo de bens e serviços que a moeda de referência compraria nos Estados Unidos da América (EUA). A paridade do poder de compra (PPC) em Timor-Leste está estimada em cerca de 3, ou seja, o poder de compra de um dólar americano em Timor-Leste seria o equivalente ao de 3 dólares nos EUA.

**Género** – Classificação sociocultural de homens e mulheres e contraste entre os sexos, que se define por uma classificação biológica de mulheres e homens.

**Índice de Desenvolvimento ajustado ao Género (GDI)** – Mede as disparidades entre sexos em matéria de realização em termos de desenvolvimento humano. Desenvolveu-se face às disparidades de realização entre homens e mulheres particularmente nos Países Menos Desenvolvidos (PMDs), os quais se caracterizam pelo baixo rendimento *per capita*, baixo crescimento económico, níveis reduzidos de desenvolvimento de recursos humanos e enorme dependência na ajuda externa. Timor-Leste está classificado como um PMD.

O GDI usa as mesmas variáveis do índice de desenvolvimento humano. No entanto, são calculados índices separados para os homens e para as mulheres. O valor máximo de esperança de vida do homem é de 82,5 anos e o valor mínimo é de 22,5, enquanto que os respectivos valores para a mulher são de 87,5 e 27,5 anos, reflectindo-se, assim, diferenças biológicas nas taxas de sobrevivência, favorecendo a mulher. No caso da alfabetização, escolarização e rendimento, o potencial dos dois grupos não difere e os valores máximos e mínimos são os mesmos do IDH.

**Medida de empowerment tendo em atenção o Género (GEM)** – Indicador introdu-

zido no RDH de 1995 e mostra a atribuição relativa de poderes aos homens e mulheres na esfera política e económica. Esta medida desenvolveu-se de forma a ajudar a direccionar a discrepância de atribuição de poderes a nível político e económico, na participação e tomada de decisões por parte de homens e mulheres na sociedade. Os Países Menos Desenvolvidos caracterizam-se pela baixa participação das mulheres na arena política assim como em posições de gerência, administração, técnicas e profissionais.

**A Medida da Aptidão da Pobreza**, introduzida no RDH de 1996, é um índice de pobreza multidimensional baseado nas aptidões, nomeadamente, uma vida livre de mortalidade evitável (calculada através da percentagem de nascimentos não assistidos por pessoal de saúde qualificado), estar informado e escolarizado (alfabetização dos adultos), nutrição apropriada (crianças com menos de 5 anos com um peso abaixo do normal). As três variáveis têm o mesmo peso na ponderação do índice composto.

*Fonte: PNUD, Relatórios de Desenvolvimento Humano*

# Objectivos, Metas e Indicadores de Desenvolvimento do Milénio

## Objectivo 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome

*Meta 1. Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população cujo rendimento é inferior a \$1 por dia*

1. Proporção da população com menos de \$1 por dia
2. Índice de fosso de pobreza (incidência x grau de pobreza)
3. Parte de quintil mais pobre da população no consumo nacional

*Meta 2. Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome*

4. Prevalência de crianças (com menos de 5 anos) com peso abaixo do normal
5. Proporção da população que não atinge o nível mínimo de consumo dietético de calorias

## Objectivo 2. Alcançar uma educação primária universal

*Meta 3. Garantir que, até 2005, todas as crianças, de ambos os sexos, terminam um ciclo completo de ensino primário*

6. Taxa líquida de matrículas no ensino primário
7. Proporção dos alunos que iniciam o 1.º ano e atingem o 5.º
8. Taxa de alfabetização das pessoas na faixa etária dos 15-24

## Objectivo 3. Promover a igualdade entre os géneros e dar mais poderes à mulher

*Meta 4. Eliminar a disparidade entre os géneros no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015*

9. Relação raparigas/rapazes nos ensinos primário, secundário e terciário
10. Relação mulheres/homens alfabetizados na faixa etária dos 15-24
11. Percentagem de mulheres assalariadas no sector não agrícola
12. Proporção de mandatos ocupados por

mulheres no parlamento nacional

## Objectivo 4. Reduzir a mortalidade infantil

*Meta 5. Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos*

13. Taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos
14. Taxa de mortalidade infantil
15. Proporção de crianças com 1 ano, vacinadas contra o sarampo

## Objectivo 5: Melhorar a saúde materna

*Meta 6: Reduzir em três quartos, entre 1999 e 2015, a taxa de mortalidade materna*

16. Taxa de mortalidade materna
17. Proporção de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado

## Objectivo 6. Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças

*Meta 7. Até 2015, ter detido a propagação do HIV/SIDA e verificar uma inversão na tendência actual*

18. Taxa de prevalência do HIV/SIDA nas mulheres grávidas com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos
19. Taxa de utilização de contraceptivos
20. Número de crianças tornadas órfãs devido ao HIV/SIDA

*Meta 8. Até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e verificar uma inversão na tendência actual*

21. Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à malária
22. Proporção da população das zonas de risco que utilizam meios de prevenção e tratamento eficazes contra a malária
23. Incidência da tuberculose (por cada 100.000 pessoas)
24. Proporção de casos de tuberculose detetados e curados no âmbito de tratamentos de curta duração sob vigilância directa



## **Objectivo 7. Assegurar a sustentabilidade ambiental**

*Meta 9. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais*

25. Proporção das áreas florestais  
26. Áreas de terras protegidas para manter a biodiversidade  
27. PIB por unidade energética consumida (rendimento energético)

28. Emissões de dióxido de carbono (*per capita*)  
*Meta 10. Reduzir para metade, até 2015, a proporção de pessoas sem acesso permanente a água potável salubre*

29. Proporção de pessoas com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada

*Meta 11. Até 2020, conseguir obter uma melhoria significativa da vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados*

30. Proporção da população com acesso a condições melhoradas de saneamento  
31. Proporção da população com acesso à segurança de ocupação da habitação (urbana/rural)

## **Objectivo 8. Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento**

*Meta 12. Continuar a implementar um sistema comercial e financeiro multilateral aberto regulamentado, previsível e não discriminatório. Inclui um compromisso em relação à boa governação, ao desenvolvimento e à redução da pobreza – tanto a nível nacional como internacional.*

*Meta 13. Satisfazer as Necessidades Especiais dos Países Menos Desenvolvidos. Inclui: o acesso isento de pagamento de direitos e não sujeito a pagamento de quotas das exportações dos PMD; um programa reforçado de redução da dívida dos PPAE (Países Pobres Altamente Endividados) e anulação da dívida bilateral oficial; e uma APD (Ajuda Pública para o Desenvolvimento) mais generosa para os países empenhados na luta contra a pobreza.*

*Meta 14. Satisfazer as necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (mediante o Programa Barbados de Acção para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e as disposições da 22.ª sessão extraordinária da Assembleia Geral)*

*Meta 15. Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo*

AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO (APD)  
32. APD líquida como percentagem do RNB (Rendimento Nacional Bruto) dos países doadores membros do CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento [metas de 0,7% no total e 0,15% para os PMD]

33. Proporção da APD para serviços sociais básicos (educação básica, cuidados de saúde primários, nutrição, água salubre e saneamento)

34. Proporção da APD que não está vinculada

35. Proporção da APD dedicada ao ambiente nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

36. Proporção da APD dedicada aos transportes nos países sem acesso ao mar

ACESSO AOS MERCADOS

37. Proporção das exportações (por valor e excluindo armas) admitidas sem pagamento de direitos nem submetidas a quotas

38. Taxas médias de direitos e quotas aplicadas aos produtos agrícolas, têxteis e vestuário

39. Subsídios agrícolas internos e para a exportação nos países da OCDE

40. Proporção da APD atribuída para o reforço das capacidades comerciais

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

41. Proporção da dívida oficial bilateral dos Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) anulada

42. Serviço da dívida como percentagem das exportações de bens e serviços

43. Proporção de APD fornecida como redução da dívida

44. Número de países que tenham atingido pontos de decisão e de cumprimento da iniciativa a favor dos PPAE

*Meta 16. Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e implementar estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo*

45. Taxa de desemprego dos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos

*Meta 17. Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, nos países em desenvolvimento*

46. Proporção da população com acesso a medicamentos essenciais a preço acessível

*Meta 18. Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial da tecnologia de informação e de comunicação*

47. Linhas telefónicas por 1.000 habitantes

48. Computadores pessoais por 1.000 habitantes

# Conceitos de indicadores de Desenvolvimento do Milénio

## Objectivo 1 - Pobreza

*População com menos de \$1 (dólar americano) por dia* – Proporção da população cujo rendimento é inferior a \$1 por dia segundo os preços internacionais de 1993 (equivalente a \$1 de acordo com os preços de 1985, ajustados à paridade do poder de compra). As taxas de pobreza comparam-se entre países; contudo, como resultado das revisões das taxas cambiais da PPC, não podem ser comparados com as taxas de pobreza expostas em cálculos anteriores de países individuais. (Banco Mundial).

*Índice de fosso de pobreza a \$1 por dia* – Défice médio do limiar da pobreza (sendo atribuído aos não pobres um défice zero), expresso como percentagem do limiar de pobreza. Esta medida reflecte a intensidade de pobreza bem como a sua incidência. (Banco Mundial).

*Distribuição percentual de rendimentos ou de consumo dos 20% mais pobres* - Distribuição que se infere ao mais baixo quintil da população. (Banco Mundial)

*Prevalência de subnutrição infantil* – A percentagem de crianças com idade inferior a 5 anos, cujo peso, de acordo com a idade, é inferior a menos dois desvios padrão do mediano da população de referência internacional com idades compreendidas entre 0 e 59 meses. A população de referência adoptada pela OMS em 1983 baseia-se em crianças dos Estados Unidos, que, pressupõe-se, são bem nutridas. (Organização Mundial de Saúde)

*Proporção de população cujo consumo dietético de calorias é inferior ao nível mínimo* – Dados ainda não disponíveis.

## Objectivo 2 – Educação

*Taxa líquida de matrículas no ensino primário* – Relação entre crianças em idade escolar oficial (de acordo com o sistema nacional de

educação) que estejam matriculadas na escola e a população em idade escolar oficial correspondente. O ensino primário proporciona às crianças níveis básicos de leitura, escrita e conhecimentos matemáticos em conjunto com uma compreensão elementar de disciplinas como a História, a Geografia, as Ciências Naturais, as Ciências Sociais, Arte e Música. De acordo com a Classificação Internacional Tipo da Educação, 1997 (ISCED97). (UNESCO – Instituto de Estatística)

*Percentagem do coorte que atinge o 5.º ano* – Percentagem de crianças matriculadas na escola primária que atingem eventualmente o 5.º ano. O cálculo é baseado no método de reconstrução do coorte. (UNESCO – Instituto de Estatística)

*Taxa de alfabetização de jovens* – Percentagem de pessoas com idades dos 15 aos 24 anos que conseguem ler e escrever um pequeno texto sobre as suas vidas quotidianas, compreendendo o conteúdo. (UNESCO – Instituto de Estatística)

## Objectivo 3 – Igualdade entre os géneros

*Relação entre raparigas e rapazes no ensino primário e secundário* – Percentagem de raparigas e rapazes matriculados no ensino primário e secundário em escolas públicas e privadas. (UNESCO – Instituto de Estatística)

*Relação entre homens e mulheres jovens alfabetizados* – Relação entre homens e mulheres com idades dos 15 aos 24 anos que conseguem ler e escrever um pequeno texto sobre as suas vidas quotidianas, compreendendo o conteúdo. (UNESCO – Instituto de Estatística)

Relação entre mulheres e homens assalariados no sector não agrícola – Percentagem de mulheres que trabalham no sector não agrícola (indústria e serviços), expressa em percentagem total. A indústria inclui exploração de minas e pedreiras (inclusive produção de petróleo), fabricação, construção,

electricidade, gás e água, correspondentes às divisões 2-5 (CITA – Classificação Internacional Tipo por Actividades – revisão 2) ou às categorias tabeladas C-F (CITA – revisão 3). Os serviços incluem o comércio Brutoista e retalhista, restauração e hotéis; transportes, armazenamento e comunicações; serviços financeiros, seguros, imobiliária, e serviços empresariais; serviços comunitários, sociais e pessoais, correspondendo às divisões 6-9 (CITA – revisão 2) ou às categorias tabuladas G-P (CITA – revisão 3). (Organização Internacional do Trabalho)

*Proporção de mandatos ocupados por mulheres no parlamento nacional* – Percentagem de mandatos ocupados por mulheres nas assembleias legislativas nacionais. O número de mandatos refere-se tanto a membros eleitos como nomeados. (Nações Unidas, Base de Dados de Indicadores e Estatísticas relativamente às Mulheres)

#### **Objectivo 4 – Mortalidade Infantil**

A taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos corresponde à probabilidade de morte de recém nascidos antes dos cinco anos de idade, considerando as actuais taxas de mortalidade relacionadas com a idade. A probabilidade expressa-se por cada 1.000 nados vivos. (Relatório da População e Estatísticas Vitais da Divisão de Estatística das Nações Unidas; institutos nacionais de estatística; Levantamentos Demográficos e de Saúde; Estado das Crianças do Mundo 2000 do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF)

*Taxa de mortalidade infantil* – Número de crianças que morrem antes de fazerem um ano de idade, expresso por cada 1.000 nados vivos de um determinado ano. (Relatório da População e Estatísticas Vitais da Divisão de Estatística das Nações Unidas; institutos nacionais de estatística; Levantamentos Demográficos e de Saúde e Estado das Crianças do Mundo 2000 do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF)

*Crianças vacinadas contra o sarampo* – Percentagem de crianças com menos de um ano de idade vacinadas contra o sarampo. Considera-se que uma criança está adequadamente imunizada contra o sarampo após a administração de uma dose da vacina. (Organização Mundial de Saúde e Fundo das Nações Unidas para a Infância)

#### **Objectivo 5 – Saúde Materna**

*Taxa de mortalidade materna* – Número anual registado de mortes de mulheres devido a gravidez por cada 100.000 nados vivos. (Levantamentos Demográficos e de Saúde, Programa de Cuidados Maternos da Organização Mundial de Saúde (1997) e outras fontes da OMS, Fundo das Nações Unidas para a Infância, e institutos nacionais de estatística)

*Nascimentos acompanhados por pessoal de saúde qualificado* – Percentagem de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado com formação para realizar a necessária supervisão, tratamento e aconselhamento às mulheres durante a gravidez, período de parto e pós-parto, assistir a partos autonomamente, e tratar dos recém nascidos. (Organização Mundial de Saúde)

#### **Objectivo 6 – HIV/SIDA**

*Taxa de prevalência do HIV, mulheres* – Percentagem de mulheres com idades entre os 15-24 anos infectadas com HIV (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/SIDA – [ONUSIDA])

*Taxa de utilização de contraceptivos* – Percentagem de mulheres que usam (ou cujos parceiros sexuais usam) qualquer forma de contracepção. Calcula-se normalmente apenas para mulheres casadas com idades entre os 15 e os 49 anos. (Levantamentos – tais como o Levantamento Demográfico e de Saúde ou o Estudo de Cálculo dos Níveis de Vida [Living Standards Measurement Study] – com base em fontes nacionais)

*Número de crianças tornadas órfãs devido ao HIV/SIDA* – Número estimado de crianças que, até ao final de 1999, perderam as suas mães ou ambos os pais devido à SIDA, antes dos 15 anos de idade, desde que a epidemia apareceu. Algumas das crianças órfãs incluídas neste total cumulativo já faleceram; outras já não têm uma idade inferior aos 15 anos. (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/SIDA – [ONUSIDA])

*Incidência de tuberculose* – Número estimado de novos casos de tuberculose (pulmonar, esfregaço positivo, extra-pulmonar). (Organização Mundial de Saúde) A taxa de detecção DOTS constitui a percentagem estimada de novos casos de tuberculose infecciosa detectados em tratamentos de curta duração sob vigilância directa (DOTS) na detecção de casos e estratégias de tratamento. (Organização Mundial de Saúde)

## Objectivo 7 – Ambiente

*Proporção de áreas florestais* – Áreas de cobertura de árvores naturais ou plantadas, produtivas ou não, enquanto percentagem do total. (FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura)

*Áreas protegidas nacionais* – Áreas totalmente ou parcialmente protegidas, enquanto percentagem da área total, de pelo menos 1.000 hectares, designados parques nacionais, monumentos nacionais, reservas ou santuários naturais, paisagens terrestres e marítimas protegidas, ou reservas científicas com acesso público restrito. Os dados não incluem áreas protegidas por legislação local ou regional. (Centro Mundial de Monitorização da Conservação, Unidade de Dados das Áreas Protegidas)

*PIB por unidade energética consumida* – PPC do PIB por quilograma de petróleo equivalente ao consumo energético comercial. (Agência Internacional de Energia)

*Emissões de dióxido de carbono per capita* – Emissões que resultam da combustão de combustíveis fósseis and da manufactura de cimento. Incluem contribuições para o dióxido de carbono produzido durante o consumo de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos e explosões de gás. (Carbon Dioxide Information Analysis Center (Centro de Análise e Informação sobre Dióxido de Carbono), Environmental Sciences Division (Divisão das Ciências Ambientais), Oak Ridge National Laboratory (Laboratório Nacional de Oak Ridge), EUA, estado de Tennessee)

*Acesso a uma fonte de água melhorada* – Percentagem da população com acesso razoável a uma quantidade considerada adequada de água de uma fonte melhorada, tais como canalização doméstica, canalização pública, poço, fonte ou nascente protegida, e recolha de águas pluviais. As fontes não melhoradas incluem vendedores, camiões-cisterna, e poços e nascentes desprotegidos. Define-se o acesso razoável como a disponibilidade de, pelo menos, 20 litros por pessoa por dia de uma fonte a uma distância de até um quilómetro do local de residência. (Organização Mundial de Saúde e Fundo das Nações Unidas para a Infância, Relatório de Avaliação Mundial do Abastecimento de Água e Saneamento de 2000)

*Acesso a condições melhoradas de saneamento* – Percentagem da população com pelo me-

nos instalações adequadas de escoamento de excrementos (privadas ou partilhadas, mas não públicas) que possam efectivamente prevenir contra o contacto humano, animal e de insectos com os excrementos. As instalações melhoradas vão de latrinas simples mas protegidas a sanitas com autoclismo ligadas a uma rede de saneamento. De forma a garantir a sua eficácia, as instalações têm de construídas correctamente e ter manutenção adequada. (Organização Mundial de Saúde e Fundo das Nações Unidas para a Infância, Relatório de Avaliação Mundial do Abastecimento de Água e Saneamento de 2000)

*Proporção da população com acesso à segurança de ocupação da habitação* – Dados ainda não disponíveis.

## Objectivo 8 – Parcerias

*Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) Líquida* – Desembolsos de empréstimos concedidos sob termos concessionais (reembolso do capital líquido) e subsídios de agências oficiais dos membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), por instituições multilaterais, e por determinados países árabes, para promover o desenvolvimento económico e de previdência social nas economias receptoras, classificadas como países em desenvolvimento pelo CAD. Empréstimos com um subsídio de pelo menos 25% (calculado a uma taxa de desconto de 10%) são incluídos na APD, bem como a cooperação e a assistência técnica. Os dados são apresentados como uma percentagem do RNB. (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)

*Proporção da APD para serviços sociais básicos* – Ajuda registada pelos doadores CAD para o ensino básico, cuidados de saúde primários, nutrição, água salubre e saneamento. (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)

*Proporção da APD que não está vinculada* – A proporção da APD que não está sujeita a restrições por parte dos doadores relativamente a fontes de aprovisionamento (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)

*Proporção das exportações admitidas sem pagamento de direitos nem submetidas a quotas* – Valor das exportações de bens (excluindo armas) recebido de países em desenvolvimento e admitido sem pagamento de direitos como percentagem das exportações totais

dos países em desenvolvimento. (calculado pelo Banco Mundial, com base na Solução Mundial Integrada para o Comércio [World Integrated Trade Solution])

*Imposto médio simples* – Média não ponderada das taxas efectivamente aplicadas a todos os produtos sujeitos a pagamento de direitos. Produtos agrícolas constituídos por produtos de origem vegetal e animal, incluindo a arboricultura, mas excluindo produtos dos sectores da madeira e das pescas. Têxteis e vestuário que incluem fibras e tecidos naturais e sintéticos e peças de vestuário feitas com estes materiais. (estimativa do Banco Mundial, com base na Solução Mundial Integrada para o Comércio [World Integrated Trade Solution])

*Apoio total à agricultura* – Valor dos subsídios atribuídos ao sector agrícola. (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)

*Proporção de APD fornecida como redução da dívida* – Percentagem de ajuda fornecida pelos doadores CAD que contribui para a redução da dívida. (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)

*Ponto de decisão PPAE* – Data em que um país pobre altamente endividado com um registo histórico de bom desempenho sob os programas de ajuste apoiados pelo FMI e o Banco Mundial, se compromete a de-

envolver reformas adicionais e a formular e implementar uma estratégia para a redução da pobreza. (Banco Mundial)

*Ponto de conclusão PPAE* – Data em que o país conclui com sucesso as reformas estruturais chave acordadas no ponto de decisão, incluindo o desenvolvimento e implementação da sua estratégia para a redução da pobreza. O país recebe então a maior parte da subvenção da Iniciativa PPAE, sem condições políticas adicionais. (Banco Mundial)

*Taxa de desemprego de jovens entre os 15 e os 24 anos de idade* – Refere-se à proporção da população activa sem trabalho mas disponível para e à procura de emprego entre os jovens com idades entre os 15-24 anos. (Organização Internacional do Trabalho)

*Telefones fixos e telemóveis* – Linhas telefónicas que ligam o equipamento do cliente à rede telefónica pública comutada e telefones móveis que subscrevem um serviço público automático de telefones móveis utilizando tecnologia celular que fornece um acesso à rede telefónica pública comutada, por cada 1.000 habitantes. (União Internacional das Telecomunicações)

*Computadores pessoais* – Computadores autónomos concebidos para o uso por um único indivíduo. (União Internacional das Telecomunicações)

*Fontes: Banco Mundial e PNUD*



# Situação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

	Situação 2001-02	Meta 2010	Meta 2015	Meta global
--	---------------------	--------------	--------------	----------------

## Objectivo 1 – Erradicar a extrema pobreza e a fome

### Meta 1 – Reduzir para metade a proporção da população cujo rendimento é inferior a um dólar por dia

1. Proporção da população com menos de \$1 por dia (valores PPC)	20%		14%	Metade do nível de 1990
1a. Proporção da população abaixo do limiar da pobreza nacional	40%			
2. Índice de fosso de pobreza [incidência x grau de pobreza] baseado no limiar da pobreza nacional	12%			
3. Parte de quintil mais pobre da população no consumo nacional	7%			

### Meta 2 – Reduzir para metade a proporção da população que sofre de fome

4. Prevalência de crianças com peso abaixo do normal, com menos de 5 anos	45%		31%	Metade do nível de 1990
5. Proporção da população que não atinge o nível mínimo de consumo dietético de calorias	Sem dados			

## Objectivo 2 – Alcançar uma educação primária universal

### Meta 3 – Garantir que, em 2015, as crianças terminam o ensino primário

6. Taxa líquida de matrículas em				
a. Ensino primário	73%	86%	95%	100%
b. Ensino secundário	21%	30%	40%	
c. Ensino terciário	1,2%	2,5%	3,0%	
7. Proporção de alunos que iniciam o 1.º ano e atingem o 5.º	47%	75%	90%	
8. Taxa de alfabetização das pessoas na faixa etária dos 15-24	50%	80%	95%	

## Objectivo 3 – Promover a igualdade entre os géneros e dar mais poderes à mulher

### Meta 4 – Eliminar a disparidade entre os géneros no ensino primário e secundário

9. Relação raparigas/rapazes nos ensinos primário, secundário e terciário				
a) Primário	91%	99%	100%	100%
b) Secundário	128%	99%	100%	
c) Terciário	58%	–	–	
10. Relação mulheres/homens alfabetizados na faixa etária dos 15-24	96%	98%	100%	
11. Percentagem de mulheres assalariadas no sector não agrícola	35%	–	–	
2. Proporção de mandatos ocupados por mulheres no parlamento nacional	28%	–	–	

	Situação 2001-02	Meta 2010	Meta 2015	Meta global
--	---------------------	--------------	--------------	----------------

*Objectivo 4 – Reduzir a mortalidade infantil*

**Meta 5 – Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos**

13. Taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos	128	108	96
14. Taxa de mortalidade infantil	88	66	53
15. Proporção de crianças com 12-23 meses vacinadas contra o sarampo	47%	68%	100%

*Objectivo 5 – Melhorar a saúde materna*

**Meta 6 – Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna**

16. Taxa de mortalidade materna	420-800	480	252
17. Proporção de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado	24%	60%	80%

*Objectivo 6 – Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças*

**Meta 7 – Ter detido a propagação do HIV/SIDA e verificar uma inversão na tendência actual**

18. Prevalência do HIV nas mulheres grávidas entre os 15-24 anos nos centro urbanos importantes	Desconhece-se
19. Taxa de prevalência de uso de contraceptivos	<1% (est.)
20. Número de crianças órfãs devido ao HIV/SIDA	Desconhece-se

**Meta 8 – Ter detido e começado a reverter a incidência da malária e de outras doenças importantes**

21. Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à malária	Desconhece-se		
Prevalência	9%	6,1%	4,6%
Prevalence	200	140	140
22. Proporção da população das zonas de risco que utilizam meios de prevenção e tratamento eficazes contra a malária	20%	45%	60%
22a. Proporção de famílias com, pelo menos, uma rede anti-mosquitos (%)	Desconhece-se		
23. Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à tuberculose			
Prevalência (n.º de casos por cada 100.000 pessoas)	139/100.000	95/100.00	70/100.000
Taxa de mortalidade	Desconhece-se		
24. Proporção de casos de TB detectados e curados no âmbito de DOTS (tratamentos de curta duração sob vigilância directa)			
Detectados	1.288	874	644
Curados	80%	90%	90%

*Objectivo 7 – Assegurar a sustentabilidade ambiental*

**Meta 9 – Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais**

25. Proporção de áreas florestais	35%		30%
26. Área de terras protegidas para manter a biodiversidade			
27. PIB por unidade energética consumida (rendimento energético)			
28. Emissões de dióxido de carbono (toneladas métricas per capita)			

**Meta 10 – Reduzir para metade a proporção de pessoas sem acesso a água salubre**

			Reduzir para metade a proporção sem acesso a partir do nível de 1990
29. Proporção de pessoas com acesso a água melhorada			
a) Urbano	72%		86%
b) Rural	51%		75%
c) Total	56%		78%

**Meta 11 – Até 2020, conseguir obter uma melhoria significativa da vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados**

			Reduzir para metade a proporção sem acesso a partir do nível de 1990
30. Proporção de pessoas com acesso a saneamento melhorado			
a) Urbano	44%		63%
b) Rural	10%		41%
c) Total	19%		46%
31. Proporção de pessoas com acesso à segurança de ocupação da habitação			

*Objectivo 8 – Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento*

**Meta 16: Em cooperação com países em desenvolvimento, formular e implementar estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho**

45. Taxa de desemprego dos jovens entre os 15-24 anos (urbano)	43%		
--	-----	--	--

**Meta 17 – Em cooperação com empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, nos países em desenvolvimento**

46. Proporção da população com acesso a medicamentos essenciais a preço acessível			
---	--	--	--

**Meta 18 – Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial da tecnologia de informação e de comunicação**

47. Linhas telefónicas por cada 1.000 pessoas			
48. Computadores pessoais por cada 1.000 pessoas			

# Cálculo dos índices de desenvolvimento humano

## O índice de desenvolvimento humano (IDH)

O IDH é um cálculo sumário do desenvolvimento humano. Calcula a média de alcances num país, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano, nomeadamente:

- Uma vida longa e saudável, medida pela *esperança de vida à nascença*.
- Conhecimento adquirido, medido pela *taxa de alfabetização do adulto* (dois terços de ponderação) e a *taxa bruta combinada de matrículas no ensino primário, secundário e terciário* (um terço de ponderação).
- Um nível de vida aceitável, medido pelo *PIB per capita (PPC US\$)*.

Sendo assim, o IDH é formulado através da combinação das três dimensões num só valor. Contudo, uma vez que cada dimensão é medida em diferentes unidades, isto é, anos, percentagens e PPC em US\$ (dólares americanos), cada uma das dimensões é *normalizada* antes de se poder calcular um índice composto de IDH.

Para calcular os índices das dimensões — índices de esperança de vida, educação e PIB — são escolhidos valores mínimos e máximos (valores limite) para cada um dos indicadores existentes. O desempenho em cada dimensão é expresso como um valor entre 0 e 1, aplicando a seguinte fórmula genérica:

$$\begin{aligned} &\text{Índice da dimensão} \\ &= \frac{\text{valor actual} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}} \end{aligned}$$

## Valores limite para calcular o IDH

Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Esperança de vida à nascença (anos)	85	25
Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e acima)	100	0
Percentagem bruta combinada de matrículas (%)	100	0
PIB per capita (PPC \$)	40.000	100

O IDH é, então, calculado como uma média simples dos índices das dimensões.

O cálculo do IDH para Timor-Leste apresenta-se mais baixo.

### 1. Calcular o índice de esperança de vida

O índice de esperança de vida mede o alcance relativo de um país com respeito à esperança de vida à nascença. Para Timor-Leste, com uma esperança de vida de 55,5 anos em 2004, o índice de esperança de vida é 0,508.

$$\begin{aligned} &\text{Índice de esperança de vida} \\ &= \frac{55,5 - 25}{85 - 25} = 0,508 \end{aligned}$$

### 2. Calcular o índice de educação

O índice de educação mede o alcance relativo tanto no que respeita à alfabetização de

adultos como ao valor bruto combinado de matrículas no ensino primário, secundário e terciário.

Primeiro, são calculados o índice de alfabetização de adultos e o índice do valor bruto combinado de matrículas. Depois, estes dois índices são combinados para saber o índice de educação, com um valor de dois terços dada a alfabetização de adultos e o valor de um terço para o valor bruto combinado de matrículas.

Para Timor-Leste, com uma taxa de alfabetização de adultos de 50,1% em 2004 e uma percentagem bruta combinada de matrículas de 66% no ano escolar de 2004/05, o índice de educação é 0,554.

$$\text{Índice de alfabetização de adultos} = \frac{50,1 - 0}{100 - 0} = 0,501$$

$$\text{Índice bruto de matrículas} = \frac{66 - 0}{100 - 0} = 0,660$$

$$\begin{aligned} \text{Índice de educação} &= \frac{2}{3} (\text{índice de alfabetização de adultos}) \\ &+ \frac{1}{3} (\text{índice bruto de matrículas}) \\ &= \frac{2}{3} (0,501) + \frac{1}{3} (0,660) = 0,554 \end{aligned}$$

#### 4. Calcular o IDH

O índice do PIB é calculado, usando o PIB ajustado per capita (PPC \$). No IDH, o rendimento serve de suplente para todas as dimensões do desenvolvimento humano não reflectidas numa vida longa e saudável e nos conhecimentos. O rendimento está ajustado porque alcançar um nível de desenvolvimento aceitável não requer um rendimento ilimitado. O logaritmo do rendimento é usado correlativamente. Para Timor-Leste, com um PIB per capita de \$366 em 2004, o índice do PIB é de 0,217.

$$\text{Índice do PIB} = \frac{\log(366) - \log(100)}{\log(40,000) - \log(100)} = 0,217$$

Se o PIB per capita for expresso na PPC em dólares americanos – estimada em \$732 –, o índice do PIB para Timor-Leste em 2004 é 0,332.

#### O índice de pobreza humana para os países em desenvolvimento (IPH-1)

Enquanto o IDH calcula a média alcançada, o IPH-1 calcula as privações nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano encontradas no IDH, nomeadamente:

- Uma vida longa e saudável – vulnerabilidade à morte numa idade relativamente nova, como medido pela probabilidade à nascença de não sobreviver até aos 40.
- Conhecimentos adquiridos – exclusão do mundo da leitura e comunicações, como medido pela taxa de alfabetização de adultos.
- Um nível de vida aceitável – falta de acesso a toda provisão económica, como medido pela média não ponderada de dois indicadores, a percentagem da população sem acesso sustentável a fontes de água melhorada e a percentagem de crianças com peso inferior ao normal para a sua idade.

Calcular o IPH-1 é mais fácil do que calcular o IDH. Os indicadores usados para medir as privações já estão normalizados entre 0 e 100 (porque já estão expressos em percentagem), não havendo, por isso, a necessidade de saber os índices das dimensões como acontece com o IDH. O cálculo do IPH-1 para o ano de 1999 para Timor-Leste apresenta-se mais abaixo.

##### 1. Medir a privação num nível de vida aceitável

É usada uma média não ponderada de dois indicadores para medir a privação num nível de



vida aceitável.

Média não ponderada =  $1/2$  (população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada) +  $1/2$  (crianças com peso insuficiente para a idade)

População sem acesso a uma fonte de água melhorada = 43,8%

Crianças com peso insuficiente para a idade = 55,2%

Média não ponderada =  $1/2 (43,8) + 1/2 (55,2) = 49,5\%$

## 2. Calcular o IPH-1

A fórmula para calcular o IPH-1 é a seguinte:  $HPI-1 = [1/3 (P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha)]^{1/\alpha}$

De onde:

$P_1$  = Probabilidade à nascença de não sobreviver até aos 40 anos (vezes 100)

$P_2$  = Taxa de analfabetismo adulto

$P_3$  = Média não ponderada de população sem acesso a uma fonte de água melhorada e crianças com peso insuficiente para a idade

$\alpha = 3$

Valores dos indicadores do IPH de Timor-Leste em 2004:

$P_1 = 21,3\%$

$P_2 = 49,9\%$

$P_3 = 49,5\%$

$HPI-1 = [1/3 (21,3^3 + 49,9^3 + 49,5^3)]^{1/3} = 44,6$

## Índice de desenvolvimento ajustado ao género (GDI)

Enquanto o IDH calcula a média alcançada, o GDI ajusta a média alcançada para reflectir as desigualdades entre homens e mulheres nas seguintes dimensões:

- Uma vida longa e saudável, como medido pela esperança de vida à nascença.
- Conhecimentos adquiridos, como medido pela taxa de alfabetização de adultos e percentagem bruta combinada de matrículas no ensino primário, secundário e terciário.
- Um nível de vida aceitável, como medido pelo rendimento estimado (PPC \$).

O cálculo do GDI envolve três passos. Em primeiro lugar, os índices femininos e masculinos são calculados em cada dimensão de acordo com esta fórmula genérica:

Índice da dimensão =  $\frac{\text{valor actual} - \text{mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$

Em segundo lugar, os índices femininos e masculinos em cada dimensão são combinados de forma a penalizar as diferenças de alcance entre homens e mulheres. O índice resultante, referido como o índice igualmente distribuído, é calculado de acordo com esta fórmula genérica:

Índice igualmente distribuído =  $\{[parte da população feminina (\text{índice feminino} - \epsilon)] + [parte da população masculina (\text{índice masculino} - \epsilon)]\} / 1 - \epsilon$

$\epsilon$  mede a aversão à desigualdade. No GDI  $\epsilon = 2$ .

Por isso, resulta a equação genérica:

Índice igualmente distribuído =  $\{[parte da população feminina (\text{índice feminino} - 1)] + [parte da população masculina (\text{índice masculino} - 1)]\} - 1$

que dá o meio harmonioso dos índices femininos e masculinos.

Em terceiro lugar, o GDI é calculado por meio da combinação dos três índices igualmente distribuídos numa média não ponderada.

*Valores limite para o cálculo do GDI*

Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Esperança de vida feminina à nascença (anos)	87,2	27,5
Esperança de vida masculina à nascença (anos)	82,5	22,3
Taxa de alfabetização de adultos (%)	100	0
Percentagem bruta combinada de matrículas (%)	100	0
Rendimento estimado (PPC \$)	40.000	100

Nota: Os valores máximos e mínimos (valores limite) para a esperança de vida apresentam uma adição de cinco anos em relação às mulheres em consideração à sua maior esperança de vida.

*1. O cálculo do valor do GDI de Timor-Leste em 2004 apresenta-se mais abaixo.*

O primeiro passo é calcular índices separados para os alcances de esperança de vida femininos e masculinos, usando a fórmula genérica relativa aos índices das dimensões.

FEMININOS

Esperança de vida: 56,6 anos

$$\text{Índice Esperança de vida} = \frac{56,6 - 27,5}{87,5 - 27,5}$$

$$\text{Índice Esper. de vida, feminino} = 0,485$$

MASCULINOS

Esperança de vida: 54,4 anos

$$\text{Índice Esperança de vida} = \frac{54,4 - 22,5}{82,5 - 22,5}$$

$$\text{Índice Esper. de vida, masculino} = 0,532$$

Depois, os índices femininos e masculinos são combinados para saber o índice de esperança de vida igualmente distribuído, usando a fórmula genérica para os índices igualmente distribuídos.

Mulheres

Parte da população: 0,491

Índice Esperança de vida: 0,485

Homens

Parte da população: 0,509

Índice Esperança de vida: 0,532

$$\text{Índice Esperança de vida igualmente distribuído} = \{[0,491(0,485^{-1})] + [0,509(0,532^{-1})]\}^{-1} = 0,488$$

*2. Calcular o índice de educação igualmente distribuído*

Em primeiro lugar, são calculados em separado os índices femininos e masculinos para a taxa de alfabetização de adultos e para a percentagem bruta combinada de matrículas no ensino primário, secundário e terciário. Calcular estes índices é fácil, uma vez que os indicadores usados já estão normalizados entre 0 e 100.

FEMININOS

Taxa de alfab. de adultos: 43,9%

Índice Alfabetização de adultos: 0,439

Rácio bruto de matrículas: 63,6%

Índice bruto de matrículas: 0,636

MASCULINOS

Taxa de alfab. de adultos: 56,3%

Índice Alfab. de adultos: 0,603

Rácio bruto de matrículas: 68,3%

Índice bruto de matrículas: 0,683

Em segundo lugar, o índice de educação, que dá dois terços de ponderação ao índice de alfabetização de adultos e um terço de ponderação ao índice bruto de matrículas, é calculado, em separado, para os grupos feminino e masculino.

$$\text{Índice de educação} = 2/3 (\text{índice de alfabetização de adultos}) + 1/3 (\text{índice bruto de matrículas})$$

$$\text{Índice de educação feminina} = 2/3 (0,439) + 1/3 (0,636) = 0,505$$

$$\text{Índice de educação masculina} = 2/3 (0,603) + 1/3 (0,683) = 0,629$$

Finalmente, os índices de educação feminino e masculino são combinados para saber o índice de educação igualmente distribuído.

#### FEMININOS

Parte da população: 0,491

Índice de educação: 0,505

#### MASCULINOS

Parte da população: 0,509

Índice de educação: 0,603

$$\begin{aligned} \text{Índice de educação igualmente distribuído} &= \{[0,491(0,505^{-1})] + [0,509(0,603^{-1})]\}^{-1} \\ &= 0,550 \end{aligned}$$

### 3. Calcular o índice de rendimento igualmente distribuído

Em primeiro lugar, são estimados os rendimentos femininos e masculinos (PPC \$) (para saber pormenores sobre este cálculo, ver a adenda a estas notas técnicas). Depois, é calculado o índice de rendimento para cada género. Tal como para o IDH, o rendimento é ajustado usando o logaritmo do rendimento estimado (PPC \$):

$$\text{Índice de rendimento} = \frac{\log(\text{valor actual}) - \log(\text{valor mínimo})}{\log(\text{valor máximo}) - \log(\text{valor mínimo})}$$

Mulheres

Rendimento estimado

(\$ nominal): 126,5

Homens

Rendimento estimado

(\$ nominal): 625,9

Índice

$$\begin{aligned} \text{rendimento} &= \frac{\log(126,5) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} \\ &= 0,039 \end{aligned}$$

Índice

$$\begin{aligned} \text{rendimento} &= \frac{\log(625,9) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} \\ &= 0,306 \end{aligned}$$

Em segundo lugar, os índices femininos e masculinos são combinados para saber o índice de rendimento igualmente distribuído:

#### FEMININOS

Parte da população: 0,491

Índice Rendimento: 0,039

#### MASCULINOS

Parte da população: 0,509

Índice Rendimento: 0,306

$$\begin{aligned} \text{Índice de rendimento igualmente distribuído} &= \{[0,491(0,039^{-1})] + [0,509(0,306^{-1})]\}^{-1} \\ &= 0,071 \end{aligned}$$

### 4. Calcular o GDI

Calcular o GDI é fácil. É simplesmente a média não ponderada dos três índices componentes — o índice de esperança de vida igualmente distribuído, o índice de educação igualmente distribuído e o índice de rendimento igualmente distribuído.

$$\begin{aligned} \text{GDI} &= 1/3 (\text{índice de esperança de vida}) + 1/3 (\text{índice de educação}) + 1/3 (\text{índice de rendimento}) \\ &= 1/3 (0,488) + 1/3 (0,550) + 1/3 (0,071) = 0,369 \end{aligned}$$

Se o rendimento ganho estimado aplicar o deflactor da PPC \$ – \$263 para o feminino e \$1.302 para o masculino – o valor GDI em 2004 para Timor-Leste é 0,422.

# Notas sobre estatísticas

Os indicadores apresentados no relatório baseiam-se no melhor uso dos dados disponibilizados por diversas fontes. Como o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano em Timor-Leste foi publicado em 2002, foram disponibilizados muitos dados novos ao país, entre outros, através do Inquérito de Grupo sobre Indicadores Múltiplos (IGIM) em 2002, Inquérito Demográfico e de Saúde Geral em 2003 e do mais recente Censo de 2004 sobre a População e o Acolhimento. Contudo, a existência de dados sobre os indicadores de desenvolvimento humano e sobre outros indicadores socioeconómicos em Timor-Leste é limitada, e mesmo que existam mais, a sua fiabilidade é questionável. Diferentes fontes calculam diferentes estimativas para os mesmos indicadores. É, portanto, importante usar os dados com cuidado, especialmente quando comparando os dados de 2001 e de 2004 com os de anos anteriores.

O cálculo do índice de desenvolvimento humano (IDH), do índice de pobreza humana (IPH-1), do índice de desenvolvimento ajustado ao género (GDI) e de outros indicadores relacionados abrangidos por este relatório, baseia-se nos métodos de medição padronizados, tal como aplicado no Relatório Global de Desenvolvimento Humano. Embora os indicadores apresentados neste relatório possam tornar-se valores de referência na avaliação da extensão do progresso do desenvolvimento humano, o melhoramento posterior dos dados e do sistema de monitorização devem fornecer indicadores de desenvolvimento humano mais fiáveis no futuro.

Esta secção descreve as fontes de dados e os limites dos indicadores, bem como as estatísticas apresentadas neste relatório.

## *Esperança de vida à nascença*

A esperança de vida à nascença é estimada, aplicando o método indirecto com base nos dados observados de diversos inquéritos e levantamentos conduzidos nos últimos quinze anos em Timor-Leste. Estes incluem o censo de 1990 sobre a população na Indonésia em 1990, o inquérito entre dois censos de 1995

(SUPAS), uma série de inquéritos às famílias para obter informação nuclear (SUSENAS 1993, 1996, 1999), o resultado do inquérito sobre as condições de vida das famílias de Timor-Leste em 2001, o Inquérito de Grupo sobre Indicadores Múltiplos (IGIM) de 2002 e o Censo de 2004 sobre a População e o Acolhimento em Timor-Leste. A informação recolhida sobre o número médio de nados vivos entre as mulheres de idade compreendida entre os 15 e os 50 anos, foi inserida no programa *Mortpak*. O resultado obteve os seguintes índices: probabilidade de morrer antes de atingir a idade X, taxa de mortalidade infantil, probabilidade de morrer entre os 1 e 5 anos e esperança de vida à nascença. O resultado também fornece dois modelos com as suas variantes possíveis, mas para Timor-Leste – assim como para outros países em desenvolvimento – as estimativas destes indicadores usam Modelos de Coale-Demeny (equações de Trussel) com uma variante do modelo *West*. Cada estimativa de esperança de vida à nascença e outros índices de mortalidade correspondentes refere-se aos quatro anos que antecederam o inquérito com a referência temporal.

Dado que as estimativas resultantes destes índices produzem uma tendência errónea, devido a diferentes amplitudes de ensaio nestes inquéritos, as estimativas finais apresentadas neste relatório basearam-se na extrapolação, aplicando a melhor curva de regressão logística com a seguinte fórmula:

$$Y = L + \{U/(1 + be^{at})\}$$

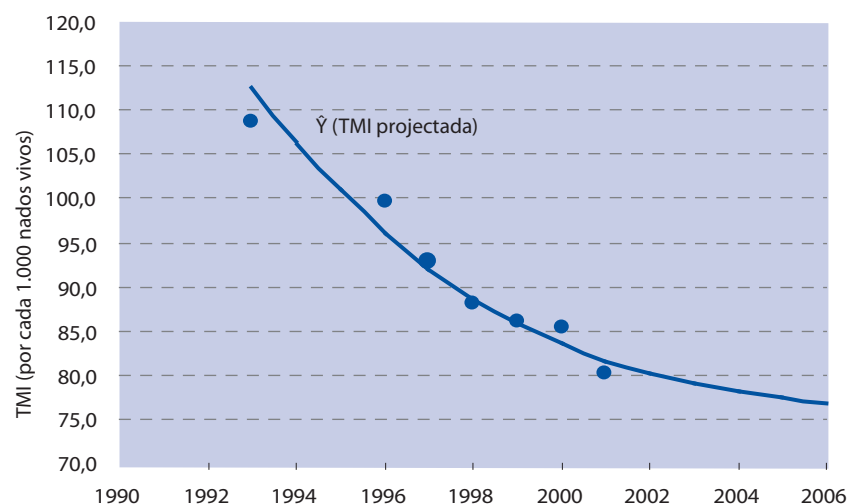
Y é o indicador projectado, L é uma estimativa de asymptota baixa, U é uma estimativa de asymptota alta, a e b são coeficientes logísticos, e é uma constante exponencial e t refere-se ao tempo (ano).

O gráfico AVII.1 apresenta uma linha de ajuste relativa à Taxa de Mortalidade de Crianças de Colo (IMR) em Timor-Leste com base na tendência de 1993-2001.

## *Taxa de alfabetização de adultos*

As taxas de alfabetização de adultos neste relatório basearam-se na informação nuclear do SUSENAS (para estimativas em 1993, 1996, 1997 e 1999), no Inquérito sobre as

Gráfico A VII.1 – Linha de ajuste da TMI em Timor-Leste



Condições de Vida das Famílias de Timor-Leste em 2001 (relativamente aos dados de 2001) e no Censo de 2004 sobre a População e o Acolhimento em Timor-Leste (para os dados de 2004). As taxas de alfabetização de adultos são medidas como a percentagem da população com 15 anos ou mais que podem ler e/ou escrever em Tétum, Português e/ou em Bahasa Indonésio em relação à população com 15 anos ou mais. Estes dados podem não ser comparáveis com exactidão devido à diferente cobertura de ensaio. O Censo de 2004 sobre a População e o Acolhimento em Timor-Leste fornece uma boa base para o indicador de alfabetização de adultos, uma vez que tem uma cobertura nacional completa.

#### *Rácio bruto combinado de matrículas no ensino primário, secundário e terciário*

Os rácios brutos combinados de matrículas (GER) neste relatório também usam as estimativas dos dados recolhidos pelo SUSENAS, pelo Inquérito às Famílias de Timor-Leste de 2001 e pelo Censo de 2004 sobre a População e o Acolhimento em Timor-Leste. É crucial considerar a comparabilidade relativa aos GER combinados entre estas fontes de dados. Os rácios de 2001 e dos anos anteriores basearam-se na informação sobre o número de estudantes, matriculados em cada nível de ensino e o número relativo à população com a idade escolar específica para o nível, ambos recolhidos nos respectivos inquéritos. O Censo de 2004 não pediu informação sobre os estudantes matriculados, embora possa providenciar dados sobre o número relativo à população com idade

escolar específica para esse nível.

Foi obtida informação sobre o número de estudantes matriculados para o ano escolar de 2004/2005 por parte do Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto.

Os rácios brutos de matrículas são definidos de acordo com o número de estudantes matriculados em cada nível escolar como uma percentagem do número relativo à população do grupo etário correspondente a esse nível (idade para o ensino primário: 6-11 ou 7-12; idade para o ensino secundário inferior: 12-14 ou 13-15; idade para o ensino secundário superior: 15-17 ou 16-18; e idade para o ensino terciário: 18-23 ou 19-24).

Os rácios são, portanto, influenciados pelas estimativas relativas à população de acordo com a idade e com o sexo. Também podem esconder diferenças importantes entre países, devido às diferenças existentes nas margens de idades correspondentes a um nível de ensino e na duração dos programas escolares.

A incidência de repetição de níveis também pode causar uma distorção nos rácios. Os rácios líquidos de matrículas são melhores indicadores como valores aproximados relativos ao acesso ao ensino ou aos conhecimentos, uma vez que calculam as matrículas apenas para um grupo etário em particular. Contudo, este relatório baseia-se num rácio bruto combinado de matrículas relativo aos conhecimentos (com taxa de alfabetização de adultos) como uma componente do índice de desenvolvimento humano (IDH) de forma a manter a comparação internacional.



*PIB per capita em valores nominais e PPC em dólares americanos (\$)*

Os dados sobre o PIB *per capita* (em \$ nominais) usados neste relatório basearam-se na Declaração do Fundo Monetário Internacional (FMI) aos Doadores no Encontro sobre Timor-Leste em Oslo (11-12 de Dezembro de 2001) e no Relatório Nacional do FMI sobre “Questões Seleccionadas e Apêndice Estatístico”.

É muito difícil obter uma só estimativa do PIB que seja fiável, devido à falta de estatísticas económicas no país. Não só faltam as estatísticas sobre o PIB total, como o cálculo do PIB também é um problema para determinar o denominador – a população total estimada. As estimativas do GDP *per capita* em valores nominais em \$ são usadas para o cálculo do IDH em Timor-Leste para observar o progresso do desenvolvimento humano no país.

Todavia, para efeitos de comparabilidade internacional, o IDH para cada país é ajustado por meio do uso do deflactor da paridade de poder de compra (PPC) para o PIB *per capita* como uma componente de um nível de vida aceitável. O PIB nominal é primeiramente convertido para a taxa de câmbio de mercado em \$, cujo resultado é depois multiplicado pelo relativo poder de compra de um dólar num país. Uma vez que o deflactor da PPC ainda não está disponí-

vel para Timor-Leste, é estimado através da comparação entre os preços do consumidor em Timor-Leste e na Indonésia, dado que o deflactor da PPC para a *Rupiah* indonésia já é conhecido. O deflactor de Timor-Leste/EUA pode ser aproximadamente calculado, usando uma álgebra simples como (Timor-Leste/Indonésia)\*(Indonésia/EUA). O deflactor de Timor-Leste/Indonésia é estimado ao comparar o índice de preços do consumidor (CPI) entre os dois países.

*Estatísticas relativas a outros indicadores*

Este relatório também apresenta outros indicadores que estão relacionados com o desenvolvimento humano, tais como indicadores sobre a demografia básica (tamanho e estrutura da população, fertilidade e mortalidade, educação/ensino, saúde, mão-de-obra e economia. Estes indicadores derivam de diversas fontes de dados, incluindo a informação mais recentemente recolhida pelo Censo de 2004 sobre a População e o Acolhimento em Timor-Leste, Inquérito de Grupo sobre Indicadores Múltiplos (IGIM) de 2002, informação nuclear recolhida pelo SUSENAS da Indonésia, inquérito às famílias de Timor-Leste de 2001 e a partir de uma série de Relatórios Nacionais do FMI. As diferentes fontes de dados e metodologias têm, portanto, de ser consideradas, estabelecendo comparações temporais entre estes indicadores.

# Conceitos dos termos estatísticos

**Taxa de analfabetismo de adultos:** Calculada como 100 menos a taxa de alfabetização de adultos.

**Taxa de alfabetização de adultos:** Percentagem de pessoas com 15 anos ou mais que podem ler e escrever, com compreensão, uma breve história sobre o seu dia-a-dia.

**Partos assistidos por pessoal de saúde qualificado:** Percentagem de partos assistidos por um médico (especialista, não-especialista ou pessoa com competências para assistir a partos que possa diagnosticar e gerir complicações de ordem obstétrica bem como partos normais), enfermeira ou parteira (pessoa que já tenha completado com sucesso o curso de parteira e está apta a realizar a supervisão, a providenciar os cuidados e a dar os conselhos necessários às mulheres durante a gravidez, trabalho de parto e período pós-parto e a cuidar dos recém-nascidos e crianças pequenas), ou por uma pessoa assistente com formação em parto tradicional (pessoa que adquiriu experiência em partos de crianças ou através de uma aprendizagem a outros assistentes sobre parto tradicional e que teve formação extensiva subsequente e está agora integrada no sistema formal de cuidados de saúde).

**Crianças nascidas de mulheres entre 15-49 anos, número médio:** Refere-se ao número de crianças que nasceram de mulheres com idade compreendida entre os 15-49 anos, como percentagem do total da população de mulheres com 15-49 anos de idade.

**Rácio crianças-mulheres:** Refere-se ao número relativo à população com idade compreendida entre os 0-4 anos, como percentagem do número relativo à população feminina com 15-45 anos.

**Índice do preço do consumidor (CPI):** Refere-se a alterações no custo relativo ao consumidor médio para adquirir um conjunto de bens e serviços, podendo ser fixo ou alterável em determinados períodos de tempo.

**Taxa de uso de contraceptivos com base em métodos modernos, total:** Percentagem de mulheres actualmente casadas com ida-

de compreendida entre os 15-49 anos que usam métodos modernos de contracepção como percentagem de todas as mulheres actualmente casadas com 15-49 anos.

**Trabalhadores que contribuem para a família:** definido de acordo com a Classificação Internacional por Estatuto no Emprego (ICSE) como a pessoa que trabalha sem salário numa empresa económica gerida por uma pessoa de família que vive no mesmo lar.

**Rácio de dependência:** Refere-se ao número relativo à população com idade < 15 anos e ≥ 65 anos como percentagem da população em idade laboral de 15-64 anos de idade.

**Rendimento ganho (PPC \$), estimado (feminino e masculino):** Deriva aproximadamente com base no rácio entre o salário não-agrícola feminino e o salário não-agrícola masculino, as percentagens feminina e masculina da população economicamente activa, total da população feminina e masculina e PIB *per capita* (PPC \$). Para mais detalhes sobre o cálculo do índice, ver “Notas Técnicas”.

**Rendimento ganho, rácio estimado entre o feminino e o masculino:** Rácio do rendimento ganho estimado para o sexo feminino em relação ao rendimento ganho estimado para o sexo masculino.

**Índice de educação:** Um dos três índices sobre os quais assenta o desenvolvimento humano. Baseia-se na taxa de alfabetização de adultos e no rácio bruto combinado de matrículas no ensino primário, secundário e terciário. Para mais detalhes sobre o cálculo do índice, ver “Notas Técnicas”.

**Nível de ensino:** Categorias que correspondem aos níveis pré-primário, primário, secundário e terciário de acordo com a Classificação Internacional de Educação/Ensino (ISCED). O *ensino pré-primário* (ISCED – Nível 0) é disponibilizado em escolas como infantários, creches e jardins-de-infância, e destina-se a crianças com idade inferior àquela própria para entrar para a escola primária. O *ensino primário* (ISCED – Nível 1) fornece os elementos básicos da educação nas escolas primárias e elementares. O *ensino*

*secundário* (ISCED – Níveis 2 e 3) tem por base, pelo menos, quatro anos de aprendizagem prévia no primeiro nível e fornece uma aprendizagem geral ou especializada, ou ambas, na escola intermédia, escola secundária, escola superior, escola de formação de professores a este nível e escola vocacional ou técnica. O *ensino terciário* (ISCED – Níveis 5-7) refere-se ao ensino em instituições como universidades, colégios e escolas profissionais de nível superior – tem como requisito mínimo para admissão, a conclusão com sucesso do ensino ao nível secundário ou uma prova que confirme a posse de conhecimentos ao mesmo nível.

**Estrutura de emprego por sector principal:** Emprego na indústria, agricultura ou serviços tal como está definido no sistema de Classificação Standard Industrial Internacional (ISIC) – revisões 2 e 3. Por indústria entende-se a exploração mineira e pedreira, manufactura, construção e obras públicas (gás, água e electricidade). Por agricultura entende-se a agricultura, a caça, a silvicultura e a pesca. Por serviços entende-se o comércio por Bruto e a retalho; restauração e hotelaria; transporte, mercadorias e comunicações; finanças, seguros, imobiliária e negócios; e serviços comunitários, sociais e pessoais.

**Rácio de matrículas, bruto:** Número de estudantes matriculados num nível de ensino, independentemente da idade, como percentagem da população em idade oficialmente escolar para esse nível. Ver nível de ensino.

**Rácio de matrículas, líquido:** Número de estudantes matriculados num nível de ensino com idade oficialmente escolar para esse nível, como percentagem da população com idade oficialmente escolar para esse nível. Ver nível de ensino.

**Mulher, chefe de família:** Número de famílias cujo chefe de família é encabeçado por mulheres como percentagem relativa ao total de famílias.

**Vantagem da longevidade feminina na taxa de esperança de vida:** indica a diferença existente na esperança de vida (em anos) entre homens e mulheres.

**Fosso homens-mulheres:** calculado através da divisão do valor relativo às mulheres pelo valor relativo aos homens em determinados indicadores.

**PIB (produto interno bruto):** Resultado total de bens e serviços para uso final produzidos por uma economia, pelos residentes e não-residentes, independentemente da dotação a aspi-

rações internas ou externas. Não inclui deduções para depreciação do capital físico ou gasto e degradação de recursos naturais.

**Índice do PIB:** Um dos três índices com base nos quais se constitui o índice de desenvolvimento humano. Baseia-se no PIB *per capita* (PPC \$). Para mais detalhes sobre o cálculo do índice, ver “Notas Técnicas”.

**PIB *per capita* (PPC \$):** Ver PIB (produto interno bruto) e PPC (paridade de poder de compra).

**Taxas de crescimento anual do PIB *per capita*:** Taxa de crescimento anual dos mínimos quadrados, calculada a partir do PIB *per capita* a um preço constante em unidades da moeda local.

**Índice de desenvolvimento ajustado ao género (GDI):** Índice composto que mede a média do alcance nas três dimensões básicas capturadas no índice de desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimentos e um nível de vida aceitável – ajustado para considerar as desigualdades entre homens e mulheres. Para mais detalhes sobre o cálculo do índice, ver “Notas Técnicas”.

**Índice de Gini:** Mede até que ponto a distribuição do rendimento (ou despesa de consumo) entre as pessoas ou famílias dentro de um país ou região se desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0 representa a igualdade perfeita e o valor 100 refere-se à desigualdade perfeita.

**PNB (produto nacional bruto):** Abrange o PIB mais o factor líquido de rendimento do exterior, que é o rendimento que os residentes recebem de fora por factor de serviços (trabalho e capital), menos o similar ao pagamento feito a não-residentes que contribuem para a economia interna.

**Extensão da família, média:** número médio de pessoas por família.

**Família com menos de 10 metros quadrados de área *per capita*:** Refere-se ao número de famílias com menos de 10 metros quadrados de área *per capita* como percentagem do número total de famílias.

**Família com chão de terra/bambu:** Refere-se ao número de famílias a viver em casas com chão de terra/bambu como percentagem do número total de famílias.

**Família com iluminação eléctrica:** Refere-se ao número de famílias a viver em casas com iluminação eléctrica como percentagem do número total de famílias.

**Família com telhado de madeira/erva/fo-**

**lhas:** Refere-se ao número de famílias a viver em casas com telhado de madeira/erva/folhas como percentagem do número total de famílias.

**Família com paredes em bambu:** Refere-se ao número de famílias a viver em casas com paredes de bambu como percentagem do número total de famílias.

**Família com instalações próprias de abastecimento de água potável:** Refere-se ao número de famílias a viver em casa com instalações próprias de abastecimento de água potável como percentagem do número total de famílias.

**Família com instalações de saneamento próprias:** Refere-se ao número de famílias a viver em casas com instalações de saneamento próprias como percentagem do número total de famílias.

**Família com conduta/bomba como fonte de abastecimento de água potável:** Refere-se ao número de famílias a viver em casas com conduta/bomba como fonte de abastecimento de água potável como percentagem do número total de famílias.

**Família com sistema de esgotos ou fossas cépticas:** Refere-se ao número de famílias a viver em casas com sistema de esgotos ou fossas cépticas como percentagem do número total de famílias.

**Família com instalações sanitárias:** Refere-se ao número de famílias a viver em casas com instalações sanitárias como percentagem do número total de famílias.

**Índice de desenvolvimento humano (IDH):** Índice composto que mede a média de alcance em três dimensões básicas do desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimentos e nível de vida aceitável. Para mais detalhes sobre o cálculo do índice, ver “Notas Técnicas”.

**Índice de pobreza humana (IPH-1) para países em desenvolvimento:** Índice composto que mede as privações em três dimensões básicas do índice de desenvolvimento humano – longevidade, conhecimentos e nível de vida. Para mais detalhes sobre o cálculo do índice, ver “Notas Técnicas”.

**Crianças vacinadas com menos de 5 anos (idade entre 0-4), total:** Refere-se ao número relativo à população com idade compreendida entre 0-4 anos que recebeu qualquer tipo de vacina, como percentagem da população total com idade entre 0-4 anos.

**Limiar da pobreza de rendimento, população ao nível inferior:** Refere-se à percen-

tagem de população a viver abaixo do limiar da pobreza pré-determinado.

**Taxa de mortalidade de crianças de colo:** Probabilidade de morrerem crianças com idade compreendida exactamente entre 0-1 ano por cada 1.000 nados vivos.

**Taxa de participação da população activa, total:** Refere-se à percentagem do total da população activa com 15 anos ou mais, que está actualmente a trabalhar/empregada e a procurar trabalho/desempregada durante a semana que antecedeu o inquérito ao total da população activa com 15 anos ou mais.

**Mão-de-obra, crianças com 10-14 anos de idade:** Refere-se à incidência de mão-de-obra infantil, definida como o número de crianças com idade compreendida entre os 10-14 anos que integram actualmente a população activa (a trabalhar e à procura de trabalho), como percentagem do número total relativo à população entre 10-14 anos de idade.

**Mão-de-obra (população activa):** Todos os empregados (incluindo as pessoas acima de uma determinada idade – este relatório usa como base os 15 anos e acima) que, durante o período de referência (este relatório usa como base a semana que antecedeu o inquérito), integravam a classe assalariada, se encontravam no trabalho, tinham um emprego mas não se encontravam no trabalho ou tinham emprego próprio, e os desempregados (incluindo as pessoas acima de uma certa idade, que, durante o período de referência, não tinham trabalho, estando actualmente disponíveis para trabalhar e à procura de trabalho).

**Esperança de vida à nascença:** Número de anos que um recém-nascido viveria se os padrões de prevalência das taxas de mortalidade a uma certa idade no momento do nascimento se mantivessem inalterados ao longo da vida criança.

**Índice de esperança de vida:** Um dos três índices em que assenta o índice de desenvolvimento humano. Ver “Notas sobre Estatísticas”.

**Rácio de mortalidade materna reportada:** Número de mortes anuais reportadas de mulheres por cada 100.000 nados vivos, cuja causa está relacionada com a gravidez, não ajustado para os problemas de registo ou classificação deficientes bem documentados.

**Taxa de morbilidade, total, mensal:** Refere-se ao número relativo à população que ficou doente e teve de interromper as actividades diárias, tais como o trabalho/escola, no mês

que antecedeu o inquérito, como percentagem da população total.

**População abaixo do limiar da pobreza nacional (%):** Os limiares da pobreza nacional são os seguintes: para o ano de 1996 – 32.742 *rupiah per capita* por mês (dados da SUSENAS); 1999 – 78.396 *rupiah per capita* por mês (dados da SUSENAS); 2001 – 154.374 *rupiah per capita* por mês (Inquérito às famílias de Timor-Leste de 2001).

**Taxa de crescimento da população, anual:** Refere-se à taxa de crescimento exponencial anual da população para o período indicado.

**População, total:** Refere-se à população *de facto*, que inclui todas as pessoas realmente existentes numa determinada área a um dado momento.

**PPC (paridade de poder de compra):** Taxa de câmbio responsável pelas diferenças de preços entre países, permitindo a realização de comparações, a nível internacional, entre o produto final real e os rendimentos. A taxa de PPC \$ tem o mesmo poder de compra na economia interna como tem \$1 dólar nos EUA.

**Probabilidade à nascença de não sobreviver até aos 40 anos de idade (% de coorte)** – A probabilidade à nascença de não sobreviver até aos 40 anos de idade é calculada com base no modelo de extrapolação (linha de melhor ajuste) de diversas estimativas provenientes de dados originais de várias fontes, incluindo os resultados do inquérito às famílias de Timor-Leste de 2001, usando os modelos de Coale-Demeny (equações de Trussel) para o modelo *West*.

**Probabilidade à nascença de não sobreviver até uma determinada idade:** Probabilidade de um recém-nascido não sobreviver até uma determinada idade, se estiver sujeito à prevalência dos padrões de taxas de mortalidade a uma certa idade.

**PIB real per capita** (PPC \$) – O PIB real relativo à PPC \$ utiliza 1996 como o ano de base para assumir uma paridade de poder de compra. Ver “Notas sobre Estatísticas”.

**Escolaridade, média de anos:** Refere-se à média de anos de escolaridade concluída entre a população com idade compreendida entre os 20-54 anos.

**Rácio dos sexos:** Refere-se ao rácio do número respeitante à população masculina comparado com o número respeitante à população feminina.

**Taxa de fertilidade total:** Média de número de crianças que uma mulher poderia dar

à luz se as taxas de fertilidade a uma certa idade se mantivessem inalteradas durante a sua vida.

**Taxa de mortalidade de crianças com idade inferior a cinco anos:** Probabilidade de morrer entre a data de nascimento e exactamente os cinco anos de idade, expressa por cada 1.000 nados vivos.

**Peso insuficiente por idade, crianças com menos de cinco anos:** Inclui o peso insuficiente moderado e severo, que se define como estando abaixo dos desvios padrão em relação ao peso médio por idade da população correspondente.

**Taxa de desemprego:** Refere-se à percentagem da população com 15 anos ou mais que está actualmente à procura de trabalho (desemprego aberto), mais o desemprego disfarçado (não procuraram trabalho devido a trabalhos indisponíveis) durante a semana que antecede o inquérito à população activa total com 15 anos de idade ou mais.

**Desemprego, juvenil:** Refere-se ao desemprego de jovens com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos.

**População urbana:** População a meio do ano de áreas definidas como sendo urbanas.

**Taxa de visitas às instalações de saúde modernas/pessoal de saúde, total:** Refere-se ao número relativo à população que visita as instalações médicas modernas (hospital, centros de saúde, clínicas) ou o pessoal de saúde (médicos ou outro pessoal com formação) durante o mês que antecede o inquérito, como percentagem da população total.

**Fontes de água melhorada (população não utente):** Calculado a 100 menos a percentagem de população que utiliza fontes de água melhorada. Ver “Fontes de água melhorada (população utente)”.

**Fontes de água melhorada (população utente):** Percentagem da população com acesso razoável a uma quantidade adequada de água potável proveniente de fontes melhoradas. Entende-se por acesso razoável a disponibilização de, pelo menos, 20 litros por pessoa por dia a partir de uma fonte no alcance de um quilómetro desde a sua casa. As fontes melhoradas incluem ligações aos lares, fontes públicas, furos com bombas manuais, poços protegidos, fontes protegidas e recolha de águas pluviais (não estão incluídos os vendedores, camiões cisterna e poços e fontes não protegidas).



# **Indicadores de Desenvolvimento Humano**

# 1. Para seguir uma vida longa e saudável...

## Tendências demográficas

	1993	1996	1999	2001	2004	Alteração % 2001-04	Alteração % 1995-04
População total	810.680	843.560	815.600	790.000	923.198	16,9	13,2
Rácio dos sexos	..	1,03	1,03	1,02	1,04	2,0	1,0
Estrutura da população							
idade 0-4 anos (% da população total)		18,0 <sup>4</sup>	16,2	16,8	16,4	-2,4	1,2
abaixo de 15 anos (% da população total)		43,5 <sup>4</sup>	41,1	45,3	43,2	-4,6	5,1
idades 15-64 anos (% da população total)		54,8 <sup>4</sup>	57	51,9	51,1	-1,5	-10,4
65 anos e acima (% da população total)		1,7 <sup>4</sup>	1,9	2,8	5,7	103,7	200,2
Rácio de dependência		82 <sup>4</sup>	75	93	96	3,3	26,9
Taxa de fertilidade total (nados vivos por mulheres)		5,1 <sup>4</sup>	3,8	7,6 <sup>1</sup>	7,0	-7,9	84,2
Crianças nascidas de mulheres entre 15-49 anos		4,8 <sup>4</sup>	4,5	4,2	4,9	-6,7	16,7
Rácio crianças-mulheres		69,3 <sup>4</sup>	66,0	77,7	69,6	17,7	-10,4
Extensão média da família (número de pessoas)		4,9 <sup>4</sup>	4,7	5,1	4,7	-7,8	0,0

## Longevidade e estado de saúde

	1996	1999	2001	2004	Alteração % 1999-01	Alteração % 2001-04
Esperança de vida à nascença (anos) <sup>2</sup>	53,9	56,0	57,4	55,5	6,5	-3,3
Probabilidade de não sobreviver até:						
aos 40 anos (% da população total) <sup>2</sup>	41,1	35,6	32,2	27,3	-21,7	-15,2
aos 60 anos (% da população total) <sup>2</sup>	93,8	83,2	76,6	67,6	-18,3	-11,7
Taxa de mortalidade de crianças de colo (por cada 1.000 nados vivos) <sup>2</sup>	100	86	80	90	-19,8	12,5
Taxa de mortalidade infantil (por cada 1.000 nados vivos) <sup>2</sup>	67	57	50	46	-25,4	-8,0
Taxa de mortalidade de crianças com idade inferior a 5 anos (por cada 1.000 nados vivos) <sup>2</sup>	184	159	144	136	-21,5	-23,6
Taxa de morbilidade, mensal (%)	21	18	13	15 <sup>3</sup>	-38,1	15,4
Taxa de visitas às instalações de saúde modernas/pessoal de saúde (%)	13	14	24	30 <sup>3</sup>	84,6	25,0

Notas: 1. Refere-se a 2002.

2.A esperança de vida à nascença, a probabilidade à nascença de não sobreviver até aos 40 e 60 anos, e os indicadores de mortalidade baseiam-se na extrapolação linear de diversas estimativas de várias fontes de dados que são calculadas através do modelo Coale-Demeny. Ver "Notas sobre Estatísticas" para mais explicações.

3. Baseado na estimativa aproximada do Gabinete do Ministério de Saúde de Timor-Leste.

4. Refere-se a 1995.

.. Refere-se a dados não disponíveis.

Fontes: Relatório de Desenvolvimento Humano em Timor-Leste de 2002 do PNUD (2002); Censo de 2004 sobre a População e o Acolhimento em Timor-Leste.

## 2. ...para adquirir conhecimentos...

### Situação da educação

	1999	2001	2004	Taxa média anual de alteração % 2001-04	Média de alteração em pontos percentuais 1999-2004
Taxa de alfabetização de adultos, total (como % da pop. com 15 anos ou mais)	40,6	43,0	50,1	5,2	1,6
Mulheres	33,9	42,8	43,9	0,8	1,7
Homens	49,9	43,1	56,3	9,3	1,1
Áreas urbanas	80,4	62,5	.. <sup>1</sup>	..	..
Áreas rurais	36,6	34,1	.. <sup>1</sup>	..	..
Rácio bruto de matrículas, total (%)	59,1	56,1	66,0	5,6	1,2
Mulheres	57,9	60,3	63,6	1,8	1,0
Homens	62,1	50,1	68,3	10,9	1,0
Áreas urbanas	63,2	58,4	.. <sup>1</sup>	..	..
Áreas rurais	54,3	55,1	.. <sup>1</sup>	..	..
Rácio líquido de matrículas (%)	45,6	41,2	46,3	4,0	0,1
Mulheres	42,7	38,4	44,0	4,6	0,2
Homens	48,5	44,9	48,6	2,7	0,0
Áreas urbanas	49,1	47,5	.. <sup>1</sup>	..	..
Áreas rurais	40,2	38,1	.. <sup>1</sup>	..	..
Rácio de matrículas no ensino secundário inferior (%)					
Bruto	94,4	111,6 <sup>2</sup>	115,6	1,2	3,5
Líquido	74,2	76,2	78,3	0,9	0,7
Rácio de matrículas no ensino terciário (%)					
Bruto	63,9	62,4	59,4	-1,6	-0,8
Líquido	36,3	33,1	37,6	4,3	0,2
Rácio de matrículas no ensino secundário superior (%)					
Bruto	37,2	27,0	46,5	19,9	1,6
Líquido	20,4	17,6	19,9	4,2	-0,1
Rácio de matrículas no ensino terciário (%)					
Bruto	5,1	3,9	6,6	19,2	0,3
Líquido	3,8	2,8	2,9	1,2	-0,2
Média de anos de escolaridade <sup>3</sup>	3,8	3,5	4,1	5,4	0,1
Mulheres	2,9	3,2	3,4	2,0	0,1
Homens	4,5	4,5	4,9	2,9	0,1

Note: 1. A informação sobre as áreas urbanas e rurais não foi pedida no questionário às famílias no Censo de 2004 sobre a População e o Acolhimento em Timor-Leste. 2. A informação excede os 100% em como havia pessoas matriculadas no ensino primário com idade superior àquela adequada para tal. 3. A informação refere-se à idade preferencial da população activa entre 20-54 anos. .. Refere-se a dados não disponíveis.

Fontes: Relatório de Desenvolvimento Humano em Timor-Leste de 2002 do PNUD (2002); Censo de 2004 sobre a População e o Acolhimento em Timor-Leste.

### 3. ...para ter acesso aos recursos necessários para levar um nível de vida aceitável...

#### Indicadores económicos

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
PIB a preços actuais de mercado, total (milhões \$)	270	316	368	343	336	339
PIB a preços constantes de mercado em 2000, total (milhões \$)	278	316	369	344	323	329
Crescimento real do PIB (alteração %)	-35	13,7	16,5	-6,7	-6,2	1,8
PIB <i>per capita</i> (actual \$) <sup>1</sup>	331	406	466	413	383	366
PIB per capita (PPC \$)	1054	885	967	871	775	732
Taxa de inflação	140	3	0	10	4	2,5
<i>PIB por origem industrial a preços actuais de mercado (milhões \$)</i>						
Agricultura, silvicultura e pesca	116,6	81,5	84,7	91,2	97,4	107,1
Exploração mineira e pedreira	2,7	3,7	4,0	3,3	2,7	2,8
Manufactura	7,5	8,7	11,3	11,4	12,1	12,5
Exploração mineira e pedreira	2,1	2,6	1,4	2,7	3,3	3,3
Construção	33,0	43,3	45,6	37,9	31,0	31,9
Comércio, hotelaria e restauração	15,1	24,7	26,3	24,5	25,1	25,4
Transporte e comunicações	14,6	22,9	26,3	28,3	31,2	31,8
Finanças, bancos e negócios	10,8	20,5	25,0	25,6	26,7	29,4
Administração pública e defesa	66,2	106,3	141,4	116,3	104,1	92,7
Serviços pessoais e comunitários	1,6	1,9	1,9	2,0	2,1	2,1
<i>Parte do PIB por indústria a preços actuais (% para o PIB total)</i>						
Agricultura, silvicultura e pesca	43,2	25,8	23,0	26,6	29,0	31,6
Exploração mineira e pedreira	1,0	1,2	1,1	1,0	0,8	0,8
Manufactura	2,8	2,8	3,1	3,3	3,6	3,7
Electricidade, gás e água	0,8	0,8	0,4	0,8	1,0	1,0
Construção	12,2	13,7	12,4	11,0	9,2	9,4
Comércio, hotelaria e restauração	5,6	7,8	7,1	7,1	7,5	7,5
Transporte e comunicações	5,4	7,2	7,1	8,2	9,3	9,4
Finanças, bancos e negócios	4,0	6,5	6,8	7,5	8,0	8,7
Administração pública e defesa	24,5	33,6	38,4	33,9	31,0	27,3
Serviços pessoais e comunitários	0,6	0,6	0,5	0,6	0,6	0,6

**Actividade económica**

	1999	2001	2004	Taxa média anual de alteração % 1999-2004	Média de alteração em pontos percentuais 1999-2004
<i>Estrutura de emprego por sector (como % do total de trabalhadores)</i>					
Agricultura	72	82	70	-0,4	-0,3
Indústria	7	4	2	-21,7	-0,8
Serviços	22	14	28	5,2	1,1
<i>Taxa de participação da população activa</i>					
	67	60	60	-2,3	-1,2
Áreas urbanas	63	53	..	..	..
Áreas rurais	70	62	..	..	..
Taxa de desemprego, total (%)	5,8	5,3	8,9 <sup>2</sup>	8,9	0,5
Taxa de desemprego juvenil (%)	15,6	15,0	23,1 <sup>2</sup>	8,2	1,3
<i>Estatuto no emprego (como % do total de trabalhadores)<sup>3</sup></i>					
Pessoas com emprego próprio	51	63	87	..	..
Trabalhadores que contribuem para a família	30	25	..	..	..
Empregador	1	1	..	..	..
Assariado	18	11	13	-6,3	-0,8
<i>Intensidade de horas de trabalho (como % do total de trabalhadores)</i>					
Menos de 25 horas por semana	26	17	..	-8,4	..
25 a 44 horas por semana	55	46	..	-3,4	..
45 horas ou mais por semana	19	37	..	14,2	..

Notas: 1. Calculado com base na divisão do PIB a preços actuais de mercado com o número estimado da população a meio dos respectivos anos.

2. A taxa de desemprego em 2004 incluiu aqueles que procuravam trabalho e os que estavam disponíveis para começar a trabalhar (desemprego aberto), e ainda aqueles que se faziam de desempregados (não procuravam trabalho devido à indisponibilidade de emprego; o desemprego juvenil refere-se às idades entre 15-24 anos).

3. O sector industrial refere-se a três categorias principais: o sector A (agricultura, silvicultura, pesca e caça); o sector M (exploração mineira e pedreira, indústria de manufactura, electricidade, gás e água, e construção); e o sector S (incluindo o comércio, restauração e hotelaria, transporte, mercadorias e comunicações, finanças e negócios, serviços públicos e outros serviços).

4. Este quadro inclui trabalhadores com emprego próprio, trabalhadores agrícolas e pescadores de subsistência disponíveis no Censo de 2004.

.. Refere-se a dados não disponíveis.

Fontes: Relatório de Desenvolvimento Humano em Timor-Leste de 2002 do PNUD (2002); Censo de 2004 sobre a População e o Acolhimento em Timor-Leste; Relatório do FMI N.º 05/250, Junho de 2005.



## 4. ...enquanto preservando-o para futuras gerações...

### Pressões demográficas

	1993	1996	1999	2001	2004
População total	810.680	843.560	815.600	790.000	923.198
Densidade da população (pessoas/quilómetros quadrados)	55	57	55	54	62
População rural (como % do total)	92	93	93	77	74
Extensão da família (número médio de pessoas)	..	4,9	4,7	5,1	4,7
Urbana <sup>1</sup>	..	6,0	4,7	5,4	..
Rural <sup>1</sup>	..	4,8	4,7	4,7	..
Mão-de-obra rural a trabalhar na agricultura (%)	..	79	..	89	..
População rural tendo a agricultura como meio de rendimento principal (%)	..	76	..	78	..

### Uso da terra

	1996	1998	2001	2004
Área de terra própria para				
Agricultura (hectares)	..	..	600.000	600.000
Cultivo (hectares)	..	..	260.000	287.000
Área cultivada como % da área total de terra	..	..	43,3	47,8
Produção de culturas				
Milho (toneladas métricas)	106.616	58.931	69.000	70.175
Arroz, arroz com casca (toneladas métricas)	52.607	36.848	53.845	65.433
Raízes e tubérculos	44.000	38.000	40.000	43.000
Mandioca (toneladas métricas)	53.781	32.092	55.845	41.525
Batata doce (toneladas métricas)	15.681	11.989	24.705	26.000
Amendoins (toneladas métricas)	3.335	4.669	1.468	4.000
Soja (toneladas métricas)	1.244	690	819	640
Produção total de arroz com casca				
Terras húmidas (toneladas)	48.835	33.968	49.637	58.930
Terras secas (toneladas)	3.772	2.880	4.208	6.503
Rácio da produção de arroz com casca em terras húmidas/secas	13	12	12	9
Colheita média de arroz com casca				
Terras húmidas (quintais por hectare)	28,04	28,18	..	29,23
Terras secas (quintais por hectare)	16,65	16,25	..	16,03
Rácio da colheita de arroz com casca em terras húmidas/secas	2	2	..	2
Área total de arroz com casca colhido				
Terras húmidas (hectares)	17.418	12.054	..	19.800
Terras secas (hectares)	2.266	1.772	..	4.321
Rácio de arroz com casca colhido em terras húmidas/secas	8	7	..	5

**Condições de alojamento e de vida**

	1996	1999	2001	2004
<i>Percentagem do total de famílias com</i>				
Chão de terra e/ou bambu	70	65	73	67 <sup>2</sup>
Áreas urbanas	25,0	20,4	42,5	..
Áreas rurais	73,7	69,8	80,5	..
Parede de bambu	42	41	37	33 <sup>2</sup>
Áreas urbanas	21,4	21,8	13,5	..
Áreas rurais	43,7	43,0	43,7	..
Telhado de madeira, erva e/ou folhas	49	43	34	31 <sup>2</sup>
Áreas urbanas	12	8	16	..
Áreas rurais	53	48	38	..
Iluminação eléctrica	23	30	23	27 <sup>2</sup>
Áreas urbanas	73	83	69	..
Áreas rurais	18	24	10	..
Instalações próprias de abastecimento de água potável	14	20	34	34 <sup>2</sup>
Áreas urbanas	47	41	43	..
Áreas rurais	11	18	32	..
Conduta e/ou bomba como fonte de abastecimento de água potável	24	28	40	40 <sup>2</sup>
Áreas urbanas	84	78	62	..
Áreas rurais	19	22	34	..
Instalações de saneamento próprias	46	54	39	42 <sup>2</sup>
Áreas urbanas	69	78	67	..
Áreas rurais	44	51	31	..
Instalações sanitárias	11	14	29	30 <sup>2</sup>
Áreas urbanas	40	54	35	..
Áreas rurais	9	10	27	..
Sistema de esgotos ou fossas cépticas	13	13	12	17 <sup>2</sup>
Áreas urbanas	53	41	38	..
Áreas rurais	9	9	5	..

Notas: 1. A informação sobre as áreas urbanas ou rurais não foi pedida no questionário às famílias para o Censo de 2004 sobre a População e o Acolhimento em Timor-Leste.

2. Estimativa baseada na informação das autoridades (Ministério da Saúde, Obras Públicas, Direcção Nacional de Estatística)

3. A informação sobre as áreas urbanas ou rurais não foi pedida no questionário às famílias para o Censo de 2004 sobre a População e Acolhimento em Timor-Leste.

.. Refere-se a dados não disponíveis.

Fontes: Relatório de Desenvolvimento Humano em Timor-Leste de 2002 do PNUD (2002); UNICEF (2003) Inquérito de Grupo sobre Indicadores Múltiplos (IGIM) Timor-Leste 2002; Censo de 2004 sobre a População e o Acolhimento em Timor-Leste; Website da OAA: <http://fao.org/es/ess/top/country.jsp> and <http://faostat.fao.org/faostat/>.

# 5. ...protegendo a segurança pessoal...

## Segurança pessoal

	1996	1999	2001	2004
Probabilidade à nascença de não sobreviver até aos 40 anos (% de coorte) <sup>1</sup>				
Mulheres	39	33	30	26
Homens	44	38	35	29
Taxa de analfabetismo de adultos (como % da pop. com 15 anos ou mais)	59,6	59,4	57,0	49,9
<i>Incidência da pobreza</i>				
Número total de pessoas pobres (milhares)	267,6	270,3	328,6	..
Rácio à cabeça (pessoas pobres como % da população total)	32	30	40	..
Parte de alimentação no consumo (como % do consumo total)	71	73	66	..
Coefficiente de Gini	0,34	0,31	0,35	
Taxa de desemprego (como % do total de mão-de-obra) <sup>2</sup>				
Mulheres	8,2	8,3	6,8	5,4
Homens	3,6	3,9	4,6	8,3
Áreas urbanas	14,6	13,8	12,4	..
Áreas rurais	4,6	4,7	3,3	..
Taxa de desemprego juvenil (como % do total de mão-de-obra) <sup>2</sup>				
Mulheres	..	13,4	13,0	19,4
Homens	..	17,7	17,2	26,4

## Segurança infantil

	1996	1999	2001	2004
Crianças vacinadas com menos de 5 anos (0-4 anos), total (%)	74	75	..	..
Crianças com peso insuficiente com menos de 5 anos (%)	51	45	45	43 <sup>3</sup>
Mão-de-obra infantil (como % do total de mão-de-obra)	20	21	10	6
Raparigas	18	19	10	7
Rapazes	21	23	9	5
Áreas urbanas	6	6	6	..
Áreas rurais	22	23	11	..

Notas: 1. Baseado na extrapolação linear de diversas estimativas de várias fontes de dados que são calculadas através do modelo Coale-Demeny. Ver "Notas sobre Estatísticas" para mais explicações.

2. A taxa de desemprego em 2004 incluiu aqueles que procuravam trabalho e os que estavam disponíveis para começar a trabalhar (desemprego aberto), e ainda aqueles que se faziam de desempregados (não procuravam trabalho devido à indisponibilidade de emprego; o desemprego juvenil refere-se às idades entre 15-24 anos).

3. Refere-se ao ano de 2002.

.. Refere-se a dados não disponíveis.

Fontes: Relatório de Desenvolvimento Humano em Timor-Leste de 2002 do PNUD (2002); Censo de 2004 sobre a População e o Acolhimento em Timor-Leste; UNICEF (2003) Inquérito de Grupo sobre Indicadores Múltiplos (IGIM) Timor-Leste 2002.

## 6. ...e alcançando a igualdade para todos.

### Equidade na saúde

	1996	1999	2001	2004
População total	839.719	779.567	790.000	923.198
População feminina (como % da população total)	49,3	49,3	49,1	49,1
Esperança de vida feminina à nascença (anos) <sup>1</sup>	55,5	57,7	59,2	60,1
Vantagem da longevidade feminina <sup>2</sup>	3,2	3,5	3,6	3,5
Probabilidade à nascença de as mulheres não sobreviverem até aos 40 anos (como % da população total) <sup>1</sup>	38,7	33,1	29,8	26,1
Taxa de mortalidade materna (por cada 100.000 nados vivos)	..	420	..	..
Partos assistidos por pessoal de saúde qualificado (%)	23	30	..	37 <sup>4</sup>
Áreas urbanas	54	62	..	..
Áreas rurais	20	25	..	..
Taxa de mortalidade de raparigas com menos de 5 anos (por cada 100.000 nados vivos)	172	147	132	102
Prevalência de uso de contraceptivos com base em métodos modernos	19	20	8	6,7
Áreas urbanas	30	27	9	..
Áreas rurais	17	19	8	..
Mulheres chefe de família (como % do total de famílias)	8,9	8,9	9,9	18,9

### Equidade na educação e equidade na economia

Taxa de alfabetização de mulheres adultas (como % da pop. com 15 anos ou mais)	32	34	34	41
Fosso mulheres-homens <sup>3</sup>	66	68	70	77
Rácio bruto de matrículas femininas, total (%)	54	58	55	64
Fosso mulheres-homens <sup>3</sup>	93	93	97	94
Rácio líquido de matrículas femininas, total (%)	38	43	38	44
Fosso mulheres-homens <sup>3</sup>	87	88	86	91
Média feminina de escolaridade (anos)	2,9	3,2	3,0	3,4
Fosso mulheres-homens <sup>3</sup>	64	71	64	69
Equidade na economia				
Taxa de participação da população activa feminina	53,4	52,4	39,6	51,5
Fosso mulheres-homens <sup>3</sup>	60	60	49	75
Taxa de desemprego feminino (como % do total de mão-de-obra)	8,2	8,3	6,8	5,4
Fosso mulheres-homens <sup>3</sup>	228	213	148	65

Notas: 1. A esperança de vida à nascença, a probabilidade à nascença de não sobreviver até aos 40 e 60 anos, e os indicadores de mortalidade baseiam-se na extrapolação linear de diversas estimativas de várias fontes de dados que são calculadas através do modelo Coale-Demeny. Ver "Notas sobre Estatísticas". 2. A vantagem da longevidade feminina indica a diferença na esperança de vida entre as mulheres e os homens. 3. O fosso entre homens-mulheres é calculado dividindo os valores femininos pelos valores masculinos, 100 indica a igualdade entre os géneros; Consultar 2002. .. Refere-se a dados não disponíveis.

Fontes: Relatório de Desenvolvimento Humano em Timor-Leste de 2002 do PNUD (2002); Censo de 2004 sobre a População e o Acolhimento em Timor-Leste; UNICEF (2003) Inquérito de Grupo sobre Indicadores Múltiplos (IGIM) Timor-Leste 2002.